



Tribunal Regional Eleitoral
de Goiás

2023

RELATÓRIO DE GESTÃO

Relato Integrado do ano de 2023
Instrução Normativa-TCU nº 84/2020
Decisão Normativa - TCU nº 198/2022

Goiânia/GO
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás - TRE-GO

2024

Justiça Eleitoral
Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Relatório Integrado de Gestão
Exercício 2023

Relatório Integrado de Gestão do exercício de 2023, elaborado de acordo com a Instrução Normativa - TCU nº 84/2020 e a Decisão Normativa – TCU nº 198/2022, apresentado aos órgãos de Controle Interno e Externo e à sociedade como Prestação de Contas Anual desta Unidade Jurisdicional, nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Diretoria-Geral
Goiânia, março de 2024

Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

www.tre-go.jus.br

Composição do Tribunal Pleno

em dezembro de 2023

Presidente	Des. Itaney Francisco Campos
Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral	Des ^a . Amélia Martins de Araújo
Desembargadores Substitutos	Des. Luiz Cláudio Veiga Braga Des. Ivo Favaro
Juízes Federais	Carlos Augusto Tôrres Nobre Paulo Ernane Moreira Barros - Substituto
Juízes de Direito	Ana Cláudia Veloso Magalhaes Laudo Natel Mateus - Substituto Alessandra Gontijo do Amaral José Mendonça Carvalho Neto - Substituto
Juristas	Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior Rodrigo de Melo Brustolin - Substituto Adenir Teixeira Peres Júnior Roberto Neiva Borges - Substituto
Procurador Regional Eleitoral	Marcello Santiago Wolff João Gustavo de Almeida Seixas - Substituto
Ouvidor Regional Eleitoral	Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior
Escola Judiciária Eleitoral	Adenir Teixeira Peres Júnior

Estrutura Administrativa

em dezembro de 2023

Diretor-Geral	Wilson Gamboge Júnior
Secretaria-Geral da Presidência	Fernanda Souza Lucas
Secretaria da Vice-Presidencia e Corregedoria	Juliana Saddi Artiaga
Secretaria-Geral da Diretoria-Geral	Pedro Henrique Gomes Pereira de Souza Azzi
Secretaria Judiciária	Leonardo Sapiência Santos
Secretaria de Administração e Orçamento	Giselle de Bastos Vieira Delfino e Castro
Secretaria de Gestão de Pessoas	Milena Jorge Gonçalves
Secretaria de Tecnologia da Informação	Frank Wendell Ribeiro
Secretaria de Auditoria Interna	Sandra Fleury Nogueira

Elaboração do Relatório

Organização	André Luiz Soares
Revisão	Pedro Henrique Gomes Pereira de Souza Azzi Maria Thereza Rodrigues de Oliveira
Arte e diagramação	Otávio Augusto de Souza

Apresentação

O presente documento foi elaborado com a participação de cada segmento institucional, reunindo, de forma íntegra, todos os resultados do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, possibilitando uma visão sistêmica de como a governança foi organizada para direcionar as estruturas de gestão rumo aos objetivos institucionais.

O relatório está estruturado nos seguintes capítulos:

MENSAGEM DO PRESIDENTE

01 Visão geral organizacional e ambiente externo

02 Riscos, oportunidades e perspectivas

03 Governança, estratégia e desempenho

04 Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Mensagem do presidente



Quem somos? O **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás** é um órgão que compõe a Justiça Eleitoral brasileira, previsto na Constituição Federal de 1988, nos art. 118, inciso II, e art. 120, caput.

Esse órgão, a exemplo dos outros estados da federação, trata-se elemento constituidor do macroprincípio ou princípio continente da democracia, porquanto busca como principal função garantir o legítimo exercício dos direitos políticos dos cidadãos nas eleições nacionais, estaduais e municipais, por meio do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral e da prestação jurisdicional.

E nossa governança? O planejamento estratégico constitui-se de um núcleo de diretrizes elementares destinado ao cumprimento da missão do TRE-GO, mediante a implementação dos programas, projetos e ações planejadas, além de avaliar a gestão sob aspectos objetivos delineados a partir de seus desdobramentos. A gestão de riscos, o desenvolvimento de liderança, de mecanismos de controles e monitoramento como o Business Intelligence (BI) e do sistema e auditorias de qualidade, de modo consistente e sistemático para garantir o monitoramento e eficiência de atuação em todos os processos de trabalho demonstra a crescente maturidade dos indicadores de governança do TRE-GO.

Nesse contexto, os resultados dos indicadores de desempenho das metas, detalhados neste relatório de gestão, indicam que, na execução da estratégia institucional, o TRE-GO conseguiu evoluir consideravelmente no alcance das metas definidas para os objetivos do Planejamento Estratégico Institucional.

E nossa realidade? Induvidosamente, a democracia brasileira está permeada de intensa polarização no campo político, porém não a ponto de abalar o êxito deste Tribunal em organizar as Eleições Gerais de 2022, assegurando o livre exercício do direito de votar aos eleitores aptos ao sufrágio no Estado de Goiás, mantendo-se a necessária equidistância do Poder Judiciário ao aparar os excessos e ilícitos de

toda a pluralidade política, garantindo-se, mais uma vez, a consolidação do regime ou “continente” democrático, não obstante um contexto político excessivamente divergente.

Verificou-se que ações adotadas para o combate à desinformação e às fake news, em colaboração com o TSE e entidades, parceiras contribuíram decisivamente para a regularidade nos pleitos. Destaque-se a otimização dos procedimentos de auditoria de funcionamento da urna em condições normais de uso e o acompanhamento das eleições por missões de observadores nacionais e internacionais, que fomentaram a efetiva fiscalização do resultado das eleições pelas entidades interessadas, servindo como mais uma ferramenta de reforço à credibilidade no processo eleitoral.

Registre-se, inclusive, que não raras vezes, especialmente em razão da proximidade geográfica com o órgão central de representação internacional desta Justiça Especializada (TSE), ao TRE-GO é outorgada a missão de recepcionar, também durante o período eleitoral, representantes dos mais variados organismos e delegações internacionais. Nesse passo, durante as últimas eleições majoritárias de 2022, acompanhado de minha assessoria, recepcionei pessoalmente alguns representantes da Transparência Internacional, os quais acompanharam e monitoraram, em conjunto com o Ministério Público de Goiás, todos os processos de trabalho (carga e lacre; auditoria de urnas; contagem e totalização de votos etc) realizados durante o final de semana de votação.

E na nossa Memória? Antes de tudo, o sentimento de gratidão. Aos Juízes e servidores, que por mais um ciclo exerceram suas funções eleitorais com zelo, dedicação e, não raras, com excelência.

Ademais, contando com a expertise do seu corpo funcional, esse Tribunal também se conectou com a sua história e a de seu estado, humanizou a gestão com sarais culturais, ensejando que vozes de poetas ecoassem entre seus salões; pintores consagrados expuseram e enfeitaram suas paredes, que também preservaram a música erudita, corais, orquestras sinfônicas, palestras em defesa das mulheres e, no final, os nossos prédios e olhos testemunharam que a presença da arte, da busca pela igualdade, da nossa história também são formas de confirmação e constituição da democracia, princípio continente, onde todas as liberdades repousam. Tais como as liberdades de votar e ser votado (sufrágio); de expressão artística e ideológica; de culto e crença; de manifestação cultural e cívica. Sim, entendemos que a Justiça Eleitoral neste biênio serviu como apoio institucional a todas as liberdades possíveis dentro do universo democrático.

E o futuro? Na perspectiva da eficiência administrativa contínua, foram otimizados muitos processos de trabalho visando à realização das atividades relacionadas ao processo eleitoral e à melhoria do desempenho das atividades ordinárias. O trabalho remoto demonstrou ainda ser uma excelente ferramenta de racionalização dos recursos públicos. O projeto de uma Assessoria de Apoio aos cartórios eleitorais, para atender igualmente à Secretaria do TRE-GO e reforçar os trabalhos de prestação de contas e dos juízes auxiliares; o estabelecimento de forças-tarefas, que contaram com a participação de diversos servidores para execução de ações relativas ao pleito eleitoral ordinário e eleições suplementares; o lançamento da campanha “SGP vai até você”, com a realização de diversas ações ao longo do ano, incluindo eventos de integração para motivação e engajamento dos servidores, a fim de diminuir o absenteísmo e aumentar a qualidade de vida no trabalho, além de promover o sentimento de pertencimento à Instituição, devem ser ações perenes dentro do Tribunal, máxime diante os crescentes ataques diretos e indiretos de sua eficiência e credibilidade nos meios de comunicações virtuais e ordinários.

Importante registrar que o Tribunal atualizou sua Cadeia de Valor, consolidando um mecanismo de gestão representativo dos macroprocessos de trabalho da Instituição que geram valor público à sociedade. Nesse diapasão, além das atividades relacionadas diretamente às suas funções precípua como a realização das eleições e a prestação jurisdicional, desenvolveu outras ações e projetos dirigidos ao cumprimento dos seus objetivos estratégicos, a exemplo das parcerias para o aperfeiçoamento dos sistemas de validação biométrica e prevenção a fraudes nos bancos de dados compartilhados com a Justiça Eleitoral; a instituição do canal Ouvidoria da Mulher com o objetivo de atender demandas relativas à violência política de gênero e a adesão ao Juízo 100% Digital em todas as unidades jurisdicionais da Justiça Eleitoral de Goiás, de modo a viabilizar a prática de todos os atos processuais exclusivamente por meio eletrônico e remoto.

E a conclusão. A formulação colaborativa deste Relatório de Gestão contou com as informações apresentadas pelas unidades desta Secretaria, em forma concisa – utilizando-se infográficos e tabelas simplificadas – com o atendimento das orientações do Tribunal de Contas da União, consubstanciando regular e autêntica prestação de contas à sociedade. Por essa razão, na condição de responsável pela governança deste Órgão, este Presidente assegura a integridade do presente Relatório de Gestão.

Desembargador Itaney Francisco Campos
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás

Sumário

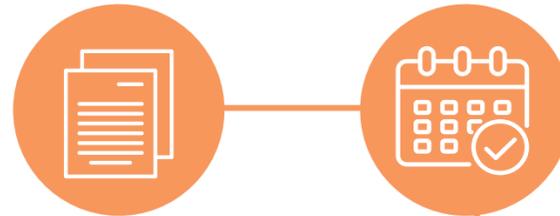
Processo de elaboração do Relatório Integrado	9	Mapa Estratégico	34	3.2 Gestão de Pessoas	61
1. Visão geral, organizacional e ambiente externo	11	Objetivos Estratégicos	35	3.3 Gestão de Licitações e Contratos	68
Quem Somos	12	Plano de Gestão	36	3.4 Gestão Patrimonial e Infraestrutura	72
Nossa missão, visão e valores	13	Desdobramento da estratégia	36	3.5 Gestão da Tecnologia da Informação	75
Estrutura organizacional	13	Plano de Transformação Digital - PTD	38	3.6 Gestão de Custos	80
Organograma	14	Perspectivas e desafios para os próximos exercícios	38	3.7 Sustentabilidade Ambiental	83
Composição do TRE-GO	15	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC ..	38	4. Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	86
Secretarias	15	Plano de Logística Sustentável - PLS	39	Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis	87
Estrutura de Governança	16	Indicadores Estratégicos	40	Resumo da Situação Financeira e Contábil	87
Cadeia de Valor	17	Índice de cumprimento das metas	41	Balanco Patrimonial	87
Processos de trabalho certificados	18	Indicadores de desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026	41	Ativo	87
Relação com o Ambiente Externo	19	Indicadores de Governança	43	Evolução patrimonial	88
Relação com usuários dos bens e serviços	20	Avaliações de Órgãos de Controle	44	Passivo e patrimônio líquido	89
Ouvidoria	21	Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão	45	Demonstração das variações patrimoniais -DVP	89
Relação institucional com a sociedade	22	Eleições Suplementares 2023	45	Balanco financeiro e demonstração do fluxo de caixa	91
Cooperação judiciária nacional	23	Eleições dos Conselhos Tutelares em 2023	46	Principais critérios e políticas contábeis	92
Determinação da Materialidade das Informações	24	Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão	47	Mecanismos para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização	93
Modelo integrado de geração de valor (modelo de negócio)	25	Principais ações de supervisão, controle e correição adotadas ..	47	Informações acerca do setor de contabilidade da UPC	93
2. Riscos, oportunidades e perspectivas	26	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário	48	Declaração do Contador	94
Gestão de riscos e controles internos	27	Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário	48	Lista de figuras	95
Principais riscos identificados	27	Auditoria Interna	48		
Principais oportunidades específicas identificadas	28	Índice de execução do Plano Anual de Auditoria 2023	49		
As linhas de defesa do TRE-GO	29	3.1 Gestão orçamentária e financeira	51		
3. Governança, estratégia e desempenho	30				
Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor	31				
Programa de Integridade e Compliance	32				
Partes interessadas	32				
Atendimento a partes interessadas	33				

Processo de elaboração do Relatório Integrado

O processo de elaboração do Relatório Integrado seguiu o roteiro ilustrado abaixo. A determinação dos temas a serem abordados e sua forma de quantificação e avaliação iniciou-se com a análise dos conteúdos exigidos pelos normativos do Tribunal de Contas da União – TCU, destacando-se a [Instrução Normativa TCU nº 84/2020](#), a [Decisão Normativa nº 198 de 23 de março de 2022](#) e detalhes trazidos no Guia TCU para elaboração do Relatório de Gestão na forma de Relatório Integrado – 3ª edição/2020, e considerando, ademais, as diretrizes instituídas para a Justiça Eleitoral pelo TSE e órgãos de controle externo, a exemplo do CNJ.

1 - Apresentação e Esclarecimento dos normativos

Apresentação e esclarecimentos da [IN nº 84/2020](#), [DN nº 187/2020](#), Guia para Elaboração na forma de Relatório Integrado e outros normativos e orientações do TCU.



2 - Elaboração de cronograma e emissão de portaria

Elaboração do cronograma de reunião e entrega das informações por parte das unidades.



4 - Releitura do relatório integrado do exercício anterior

Reuniões com as áreas para releitura do relatório integrado anterior, com foco nos desafios e oportunidades informadas.



3 - Esclarecimentos sobre a estrutura dos elementos de conteúdo do Relatório Integrado de Gestão

Reuniões individuais com as unidades para esclarecimentos, definição das informações que constarão no relatório integrado.

5 - Consolidação e revisão das informações

Elaboração do projeto gráfico do documento, consolidação e revisão das informações, editoração e diagramação pela área de Governança e Gestão Estratégica, com apoio da Assessoria de Imprensa e Comunicação Social.



6 - Providências finais

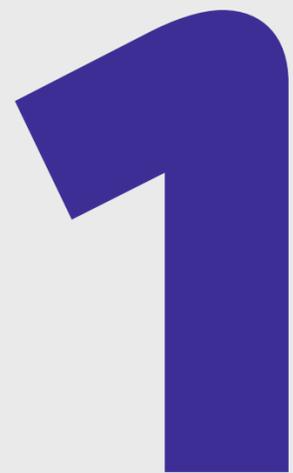
Apresentação do relatório à auditoria interna, ajustes das recomendações.

7 - Homologação e publicação do Relatório

Apreciação e homologação do Relatório Integrado de Gestão pela Presidência. Publicação no portal do TRE-GO do Relatório na página “Transparência e Prestação de Contas”.



Figura 1: Processo de elaboração do Relatório Integrado

A large, stylized purple number '1' with a rounded top and a thick, solid body.

Visão geral,
organizacional e
ambiente externo



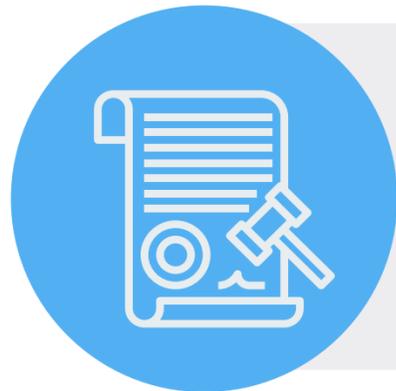
Quem Somos



O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) é um órgão integrante do Poder Judiciário Federal, nos termos do art. 92, V da Constituição Federal de 1988. Juntamente com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), os demais Tribunais Regionais Eleitorais, os Juízes Eleitorais e as Juntas Eleitorais compõem a Justiça Eleitoral (JE), prevista no art. 118 da Constituição Federal.



Figura 2: Pirâmide Justiça Eleitoral



No primeiro grau de jurisdição, o Tribunal atua por meio de zonas eleitorais, unidades que podem englobar mais de um município ou parte dele. Atualmente, a Justiça Eleitoral goiana é composta por 92 zonas.

Em segunda instância, o TRE-GO, que tem sede em Goiânia, capital do estado de Goiás, é composto por 2 (dois) desembargadores do Tribunal de Justiça de Goiás, 1 (um) Juiz Federal, 2 (dois) Juízes de Direito e 2 Advogados (art. 120 da CF).



A competência e atribuições da Justiça Eleitoral estão disciplinadas no art. 121 da Constituição Federal, no Código Eleitoral e em outras normas complementares. Tem como finalidade primordial garantir o respeito à soberania popular e assegurar os direitos de cidadania - essencialmente o de votar e ser votado. Como órgão do Poder Judiciário Federal, exerce a função jurisdicional, que consiste no julgamento dos feitos pertinentes à matéria eleitoral.

A função administrativa destaca-se pelo planejamento, organização e execução das eleições e consultas populares, além da realização de ações de cunho social com o propósito de promover o desenvolvimento da consciência política dos eleitores. Já a função consultiva, em questões de matéria eleitoral, está materializada no pronunciamento, sem caráter decisório, diante de questões que lhe são apresentadas em tese. A composição, organização e funcionamento do TRE-GO, bem como os procedimentos relativos ao julgamento dos processos de sua competência também estão disciplinados em seu Regimento Interno.



TRE-GO

92 zonas eleitorais

246 municípios

4.964.850 eleitores

Praça Cívica, 300, Centro,
Goiânia - GO - 74003-010

Geral: (62) 3920-4114

Figura 3: Estrutura TRE-GO

Nossa missão, visão e valores



MISSÃO

Para que existimos?

Para promover a cidadania e garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional a fim de fortalecer a democracia.



VISÃO

O que queremos?

Consolidar-nos como instituição transparente, garantidora da legitimidade do processo eleitoral, inovadora na prestação de serviços à sociedade de forma segura, acessível e sustentável.



VALORES

Como queremos atuar?

Com ética, celeridade, comprometimento, transparência, inovação e modernidade, integração, eficiência, probidade, acessibilidade, imparcialidade e sustentabilidade.



POLÍTICA DA QUALIDADE

Como queremos servir?

Garantindo a efetividade do exercício da soberania popular, por meio de serviços de qualidade, prestados de forma célere e eficaz, aprimorados pela melhoria e análise de riscos do processo eleitoral, visando à excelência.

Estrutura organizacional

Decorre das disposições constantes na [Lei nº 8.868, de 14/04/1994](#), regulamentada pelo Tribunal Superior Eleitoral, [Lei nº 10.842, de 20/02/2004](#), e [Lei nº 11.202, de 29/11/2005](#) e [Resolução TRE-GO nº 95, de 21/06/2006](#).

A [Resolução TRE-GO nº 275](#), publicada em 19/12/2017, dispõe sobre o Regulamento Interno da Secretaria e da Corregedoria do TRE-GO.

A estrutura organizacional da Secretaria do órgão foi atualizada por meio da [Resolução TRE-GO nº 349/2021](#).

As [Resoluções TRE-GO nº 369, 371 e 372/22](#) alteraram o nivelamento, competências e aumentaram o número de cargos comissionados, sem aumento de despesa, pelo uso de recursos orçamentários provenientes do saldo de trinta e cinco por cento (35%) do valor integral do cargo em comissão, quando houver opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo, a teor de que preceitua o artigo 24, parágrafo único, da [Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006](#).

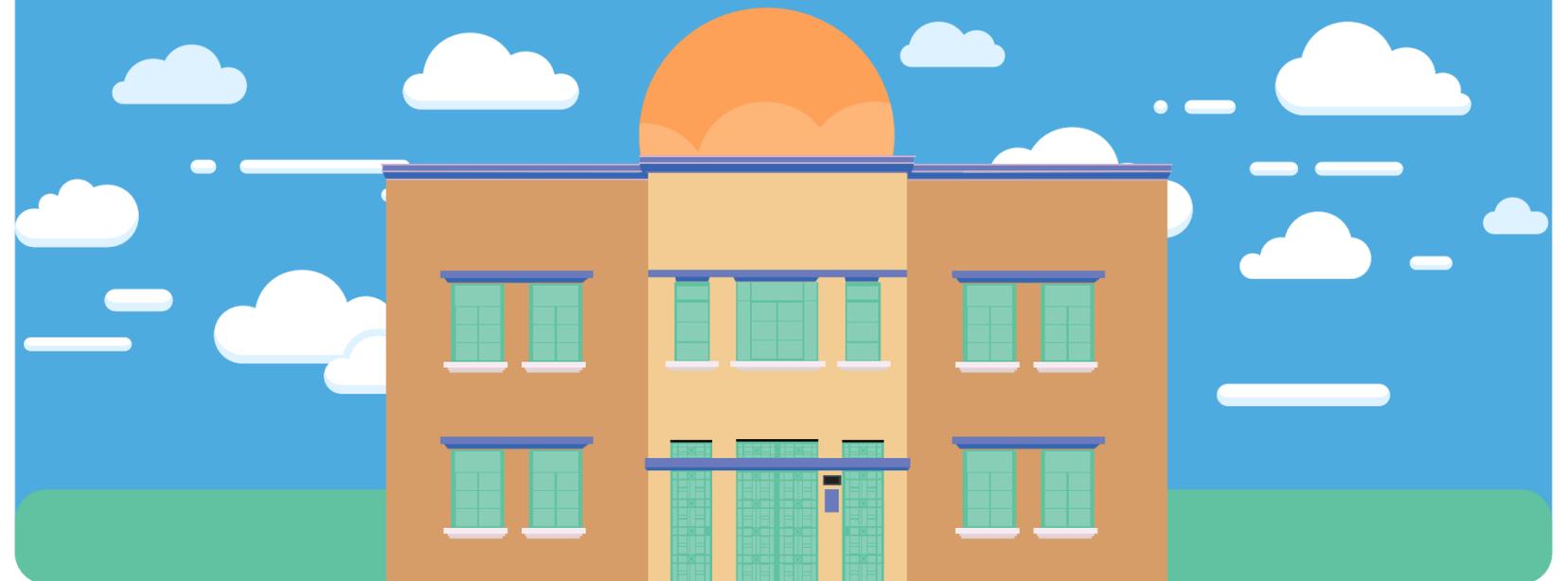


Figura 4: Missão, visão, valores e política de qualidade

Organograma

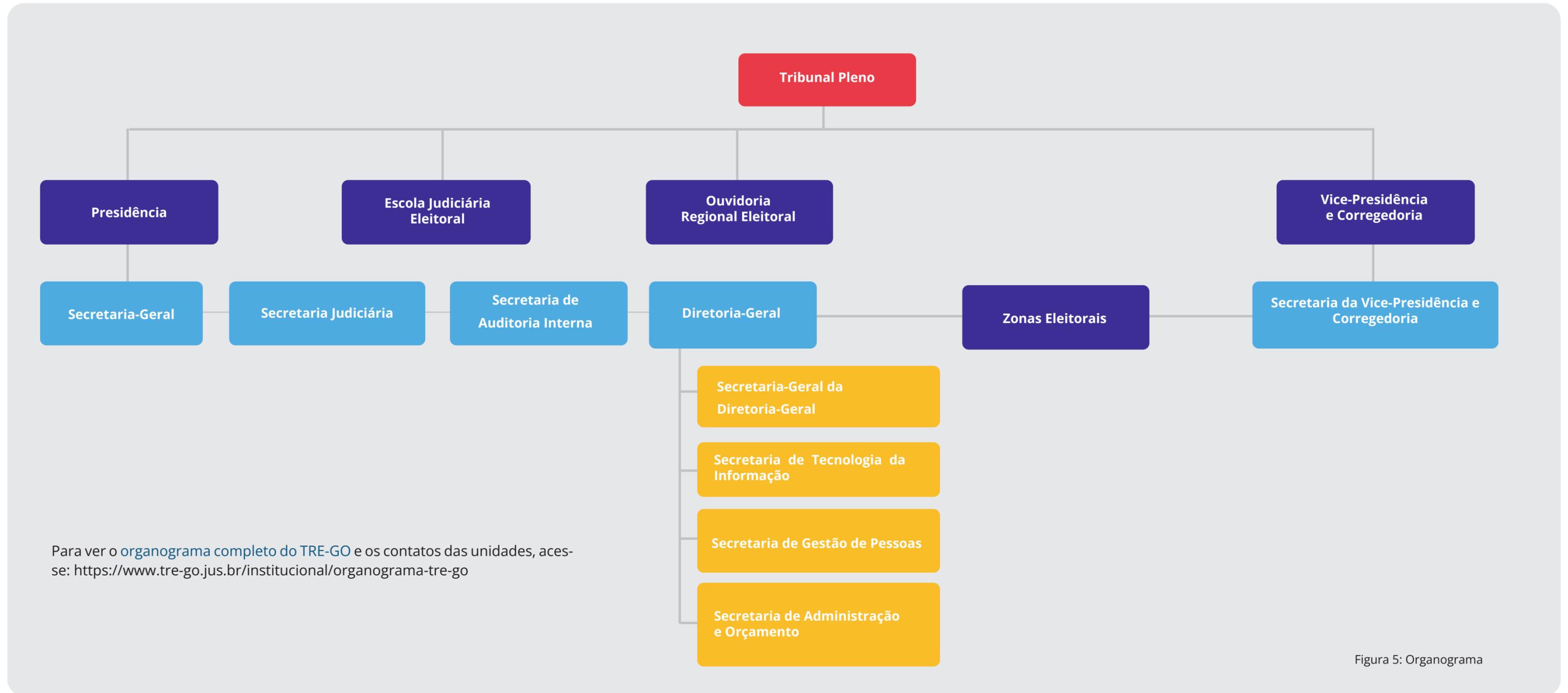


Figura 5: Organograma

Composição do TRE-GO

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás é um órgão colegiado que toma decisões por meio do Plenário da Corte. É composto por juízes eleitos por voto secreto. Dois juízes são escolhidos entre os desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO), dois juízes são escolhidos entre os juízes de direito pelo TJGO, e um juiz federal é escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Além disso, o Presidente da República nomeia dois juízes entre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. Os juízes substitutos são escolhidos pelo mesmo processo que os efetivos, em número igual ao de cada categoria. O Ministério Público Eleitoral atua junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Goiás como fiscal da lei.

Composição do colegiado do TRE-GO em 31/12/2023:

Classe Desembargadores



Desembargador
Itaney Francisco Campos
Presidente



Desembargadora
Amélia Martins de Araújo
Vice-Presidente e Corregedora Eleitoral



Desembargador
Luiz Cláudio Veiga Braga
1º Suplente da classe de Desembargadores



Desembargador
Ivo Favaro
Substituto da classe de Desembargadores

Classe Juízes Federais



Carlos Augusto Tórres Nobre
Juiz-Membro Titular Classe dos Juízes Federais



Paulo Ernane Moreira Barros
Juiz-Membro Substituto da Classe dos Juízes Federais

Classe Juízes de Direito



Ana Cláudia Veloso Magalhães
Juíza Membro Titular Classe dos Juízes de Direito I



Laudo Natel Mateus
Juiz Membro substituto Classe dos Juízes de Direito I



Alessandra Gontijo do Amaral
Juíza Membro Titular Classe dos Juízes de Direito II



José Mendonça Carvalho Neto
Juiz Membro substituto Classe dos Juízes de Direito II

Classe Advogados



Márcio Antônio de Sousa Moraes Júnior
Juiz Membro Titular Classe dos Advogados Jurista I Ouidor Regional Eleitoral



Rodrigo de Melo Brustolin
Juiz Membro Substituto Classe dos Advogados Jurista I



Adenir Teixeira Peres Júnior
Juiz Membro Titular Classe dos Advogados Jurista II



Roberto Neiva Borges
Juiz Membro Substituto Classe dos Advogados Jurista II

Ministério Público Eleitoral



Marcello Santiago Wolff
Procurador Regional Eleitoral

João Gustavo de Almeida Seixas
Procurador Regional Eleitoral Substituto

Secretarias

Composição em 31/12/2023:

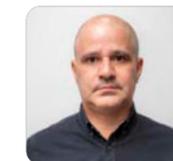
Presidência



Fernanda Souza Lucas
Secretaria-Geral da Presidência



Sandra Fleury Nogueira
Secretaria de Auditoria Interna



Leonardo Sapiência Santos
Secretaria Judiciária

Vice-Presidência e Corregedoria



Juliana Saddi Artiaga
Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria

Diretoria-Geral



Wilson Gamboge Júnior
Diretor-Geral



Pedro Henrique Gomes Pereira de Souza Azzi
Secretaria-Geral da Diretoria-Geral



Giselle de Bastos Vieira Delfino e Castro
Secretaria de Administração e Orçamento



Milena Jorge Gonçalves
Secretaria de Gestão de Pessoas



Frank Wendell Ribeiro
Secretaria de Tecnologia da Informação

SAIBA MAIS EM: Conheça o TRE-GO

Estrutura de Governança

A Resolução nº 310/2019 regulamenta a forma como a Justiça Eleitoral de Goiás é gerenciada. Ela foi criada com base em regras que disciplinam o Poder Judiciário e nas boas práticas de governança e gestão. A resolução inclui um conjunto de diretrizes que ajudam a melhorar a qualidade dos serviços prestados pela instituição.

Com a mudança nas regras internas da Secretaria (Resolução TRE-GO nº 275/2017) pela Resolução TRE-GO nº 349/2021, foi necessário reformular o modelo de Governança Corporativa da Justiça Eleitoral de Goiás. A reformulação foi necessária para adequar a composição das instâncias internas de governança, contemplando unidades criadas na nova estrutura organizacional e novos colegiados.

SAIBA MAIS EM: Sistema de Governança Corporativa.

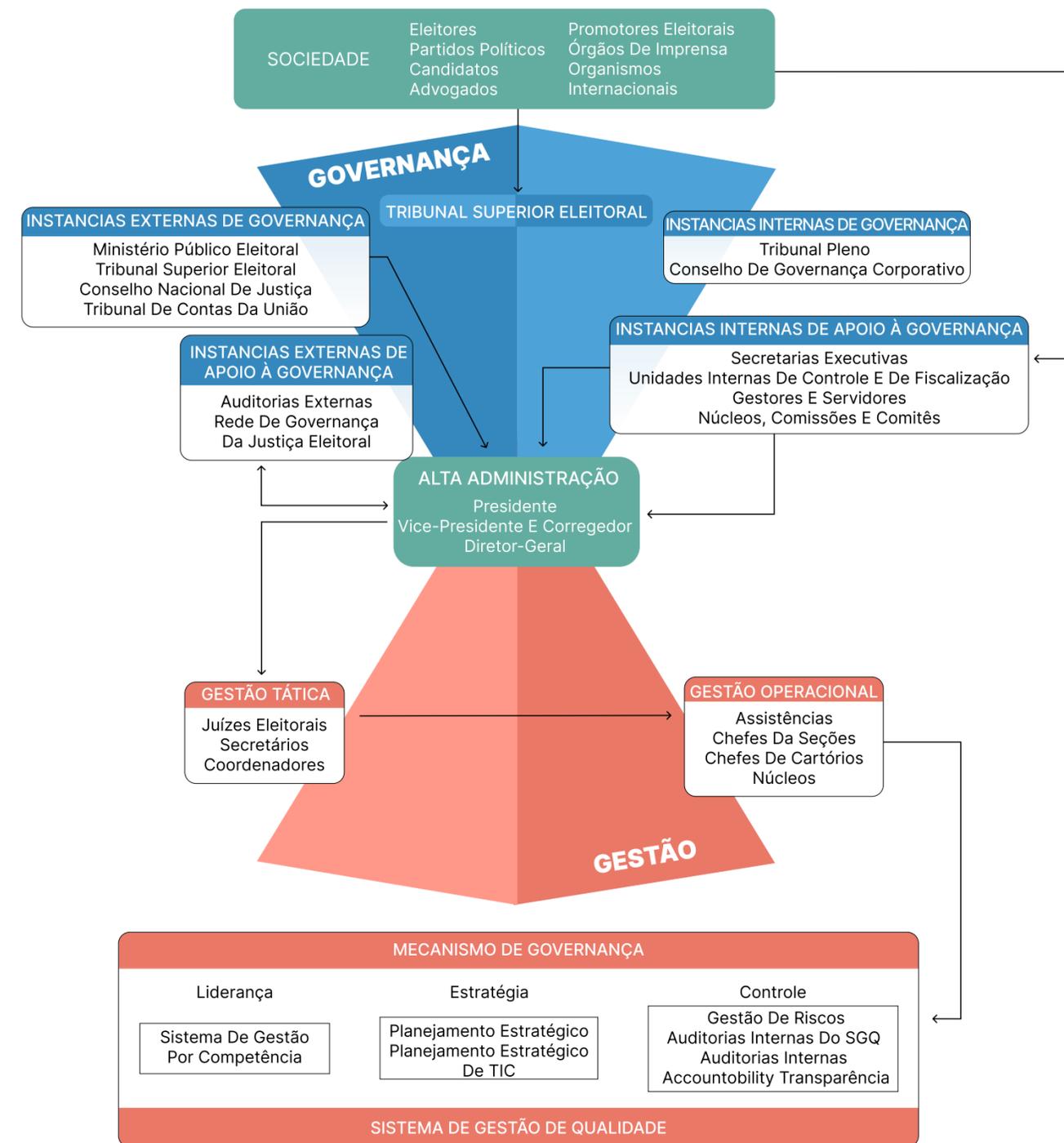
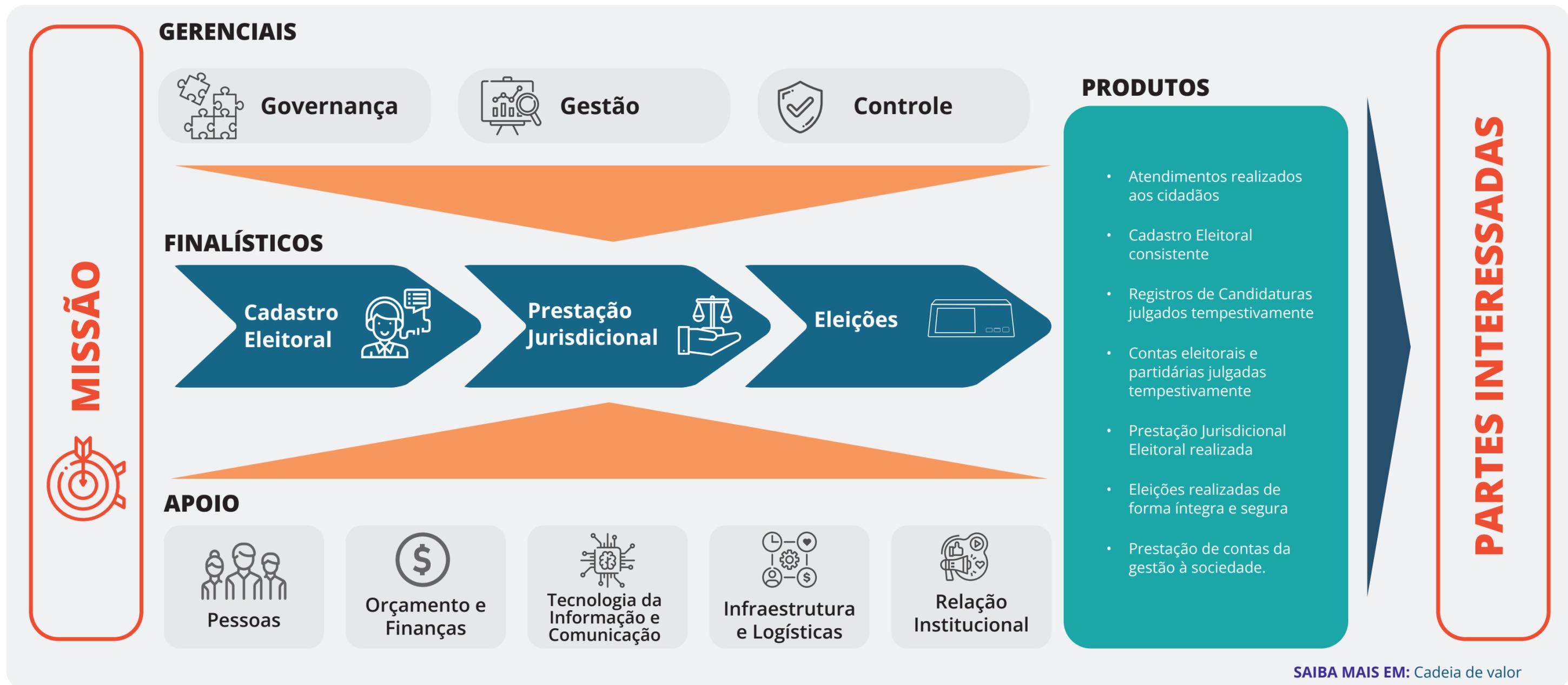


Figura 06: Estrutura de governança

Cadeia de Valor

A Portaria PRES nº 321, de 18 de setembro de 2023 atualizou a estrutura geral dos sistemas de processos de trabalho da instituição, com o objetivo de gerar valor e satisfazer as necessidades dos clientes (partes interessadas). A nova estrutura é dividida em três níveis. O nível gerencial é formado por três macroprocessos: Governança, Gestão e Controle. O segundo nível reúne os macroprocessos finalísticos do Cadastro Eleitoral, Prestação Jurisdicional e Eleições. Por fim, o terceiro nível é composto pelos macroprocessos de Apoio, Pessoas, Orçamento e Finanças, Tecnologia da Informação e Comunicação, Infraestrutura e Logística e Relação Institucional. Os macroprocessos se desdobram em 62 processos, conforme disposto na figura abaixo:



SAIBA MAIS EM: Cadeia de valor

Figura 07: Cadeia de Valor

Processos de trabalho certificados

O processo de certificação do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás teve início em 2005 com a criação do Núcleo da Qualidade, por meio da Portaria PRES nº 1133/2005. Em 2011, o Tribunal obteve as certificações do Programa da Qualidade da Justiça Eleitoral (PQJE), instituído pela Portaria TSE 584/2011 e atualizado pela Portaria TSE nº 370/2018, pelo Tribunal Superior Eleitoral, e de Organismo Certificador com base na NBR ISO 9001:2015.

A Resolução nº 310/2019 do TRE-GO instituiu o Sistema de Governança Corporativa, que posicionou a Qualidade na base da pirâmide de Governança. O objetivo é qualificar os processos das instâncias internas de apoio à Governança, promover a excelência e a transparência na gestão da organização.

O SGQ é composto por 16 processos certificados que visam garantir a qualidade e a eficiência dos serviços prestados pelo Tribunal.

Macroprocesso Finalístico – Eleições



Planejamento das Eleições

Processo pelo qual são realizadas as atividades de planejamento, monitoramento da execução, avaliação e suporte à implementação de melhorias no processo de realização das eleições.



Gestão de Urnas Eletrônicas

Executar atividades que envolvem a preparação e distribuição das urnas eletrônicas.



Registro de Candidaturas

Processo pelo qual são realizadas as atividades de processamento dos pedidos de registro de candidaturas, com a utilização dos sistemas oficiais, mediante revisão dos dados de autuação e distribuição dos processos, análise da documentação apresentada, julgamento dos pedidos, publicação das decisões.



Divulgação de Resultados

Processo pelo qual são realizadas as atividades de cerimônia de divulgação dos resultados das eleições para a sociedade.



Cerimônia de Diplomação

Processo pelo qual são realizadas as atividades de confecção de diplomas, organização da sessão regimental de formalização do ato de jurisdicional de entrega dos mesmos, o qual legitima e habilita os candidatos eleitos a tomarem posse nos respectivos cargos, até o número de suplências definido pelo Tribunal Pleno.



Prestação de Contas

Processo pelo qual são realizadas as atividades de exame das prestações de contas de campanha eleitoral, capacitação de servidores envolvidos e orientação a prestadores de contas (candidatos e partidos políticos).

Macroprocesso Finalístico – Cadastro Eleitoral



Cadastro Eleitoral

Realizar e supervisionar as operações relativas ao cadastro de eleitores, assim como as alterações da situação de eleitores. Promover correções e retificações no cadastro.



Zona Eleitoral - Cartório Modelo

Realizar e supervisionar as operações relativas ao cadastro de eleitores, assim como as alterações da situação de eleitores. Promover correções e retificações no cadastro.

Macroprocesso Finalístico – Prestação Jurisdicional



Publicação de Acórdãos

Processo pelo qual são realizadas as atividades de identificação dos arquivos a serem publicados, publicação dos acórdãos de HC, MS, AC e PC que tramitam no PJe.



Administração dos registros e do processamento dos feitos judiciais (Trâmite Judicial)

Processo pelo qual são realizadas as atividades de autuação no PJE, verificação e certificação de dados dos processos de Habeas Corpus, Mandado de Segurança, Ação Cautelar, Recurso Eleitoral, Recurso Criminal, Recurso em Habeas Corpus, Recurso em Mandado de Injunção e Recurso em Mandado de Segurança protocolados, identificando eventuais causas que possam gerar prevenção.

Macroprocesso Finalístico – Processo Gestão do Quadro de Pessoal



Provimento de Cargo Efetivo Vago

Processo pelo qual são realizadas as atividades de nomeação do candidato aprovado em concurso para o cargo vago, posse, início do exercício e atividades de cadastro no SGRH.



Gestão das competências organizacionais (capacitação ordinária de servidores)

Processo que identifica as competências necessárias para execução de tarefas específicas na instituição, qualifica o servidor com as competências alinhadas aos objetivos organizacionais e mantém o registro de competências atualizado.



Capacitação jurídica de magistrados e servidores

Processo de execução de tarefas específicas na instituição que qualifica o magistrado e servidor com as competências alinhadas aos conhecimentos jurídicos.

Processos de Apoio



Teleatendimento

Processo pelo qual são realizadas as atividades de atendimento a pedidos de informações mais frequentes (loais de votação, total de votos do candidato, seção de votação, pesquisa eleitoral e outros).



Atendimento das Demandas

Processo pelo qual são realizadas as atividades de atendimento às demandas dirigidas à Ouvidoria (denúncias, reclamações, elogios, sugestões, solicitações, pedidos de informação e outros).



Educação para a Cidadania

Realizar campanhas de temas diversos, promovendo ações sobre o exercício da cidadania. Prestar esclarecimentos de modo a contribuir para o desenvolvimento da consciência política nos atuais e futuros eleitores.

Figura 08: Processos de trabalho certificados

Relação com o Ambiente Externo

O TRE-GO está sujeito a variáveis externas que impactam o desempenho da estratégia institucional e a forma como o órgão executa os processos de trabalho para cumprir sua relevante missão perante a sociedade. Com as eleições de 2024 se aproximando, há uma preocupação crescente sobre o impacto das notícias falsas na opinião pública e no processo democrático.

O uso da inteligência artificial potencializa os recursos utilizados para a propagação de vídeos manipulados que parecem reais, mas que na verdade são fabricados. A Justiça Eleitoral vem se preparando para o enfrentamento desse tipo de crime que pode ser cometido com o intuito de difundir informações falsas e enganosas, o que pode influenciar a opinião pública.

As sucessivas tentativas de ataques cibernéticos aos sistemas da Justiça Eleitoral são uma ameaça real à democracia e à integridade das eleições. Para combater esses ataques, o TRE-GO investiu em medidas de segurança cibernética robustas e eficazes.

Adicionalmente, o cenário econômico em 2023 foi de incerteza quanto à obtenção dos recursos necessários para o alcance dos resultados esperados face aos desafiantes objetivos estratégicos traçados e em linha com os macrodesafios da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, especialmente no que diz respeito à recomposição da força de trabalho - cada vez mais escassa - que afeta direta ou indiretamente a provisão de valor público esperado por toda a sociedade.

Apresentam-se abaixo as oportunidades e ameaças que levaram à formulação da estratégia institucional implementada, mais sólida e focada na antecipação dos desafios do atual ciclo estratégico.

SAIBA MAIS EM: Matriz SWOT

1. Revisão e aperfeiçoamento dos processos de contratação
2. Aprimoramento da governança corporativa
3. Divulgação das atribuições e ações da Justiça Eleitoral
4. Revisão e aperfeiçoamento da política de Gestão de Pessoas
5. Acordos de colaboração com incentivos de inovação e boas práticas
6. Institucionalização do processo de inovação e transformação digital por meio do Laboratório de Inovações
7. Melhorias e automação de processos críticos de trabalho
8. Sistematização de demandas orçamentárias e execução do orçamento

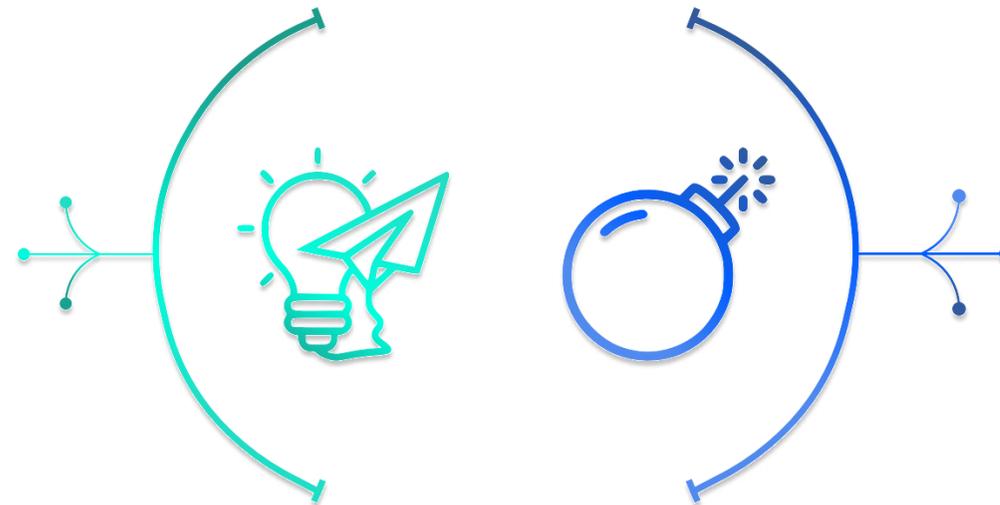


Figura 09: Relação com o ambiente externo

1. Efeitos de eventual reforma administrativa
2. Disseminação de notícias falsas, com ataques à atuação da Justiça Eleitoral (desinformação)
3. Agravamento das restrições para a recomposição do quadro de pessoal
4. Valor do benefício de alimentação de mesário defasado
5. Acirramento da disputa político-partidária e polarização ideológica
6. Desvalorização do servidor público perante a sociedade
7. Ataques cibernéticos aos sistemas da Justiça Eleitoral
8. Demandas externas desproporcionais à força de trabalho
9. Descrédito do processo eleitoral
10. Ressurgência do cenário de pandemia

Relação com usuários dos bens e serviços



Figura 10: Relação com usuários dos bens e serviços

Ouvidoria

Em 2023, a Ouvidoria da Justiça Eleitoral, em suas diferentes frentes de prestação de serviços aos usuários, desenvolveu inúmeros atendimentos, tarefas e projetos, objetivando implementar e divulgar o exercício da cidadania e a participação no fortalecimento da democracia.

Ouvidoria em Ação

Ouvidoria em Ação

O Projeto Ouvidoria em Ação realizou mais uma ação na Comunidade Kalunga, no município de Cavalcante - GO, com o objetivo de fortalecer a relação da Justiça Eleitoral e implementar as atividades apresentadas por aquela comunidade.

O **Projeto Origens - Línguas Ordinárias na Justiça Eleitoral: Respeito e Cidadania**, lançado em 2023, tem como objetivo fortalecer a relação da Justiça Eleitoral com a sociedade e valorizar todos os povos que formam o estado de Goiás. O projeto visa implementar atividades que promovam cidadania inclusiva aos povos indígenas no âmbito da Justiça Eleitoral, respeitando sua diversidade cultural e linguística. O programa inclui diversas reuniões virtuais e culminou com uma visita à aldeia Yny Karajá em setembro do ano passado.



Buscando simplificar o acesso à informação pelos usuários, uma **nova Carta de Serviços** foi lançada com melhorias na apresentação, forma de pesquisa e na distribuição das informações, facilitando a pesquisa pelo serviço desejado.

Ouvidoria da Mulher



Criada em 2021, a Ouvidoria da Mulher, é um canal precursor de atendimento às mulheres vítimas de assédio ou discriminação no âmbito da Justiça Eleitoral, sejam

elas magistradas, promotoras eleitorais, advogadas, estagiárias, servidoras, colaboradoras ou eleitoras. Vale registrar que, em 2023, houve aumento na procura por esclarecimentos e no número de casos relatados, tendo a Ouvidoria da Mulher recebido quatro denúncias de matérias de sua competência, entre os quais não estão os dados de violência política de gênero, pois estes, para fins de esclarecimentos, são encaminhados à Procuradoria Regional Eleitoral para apuração e providências.

No tocante à prevenção e enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e Discriminação, foi organizada a **1ª Semana de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação do TRE-GO**, no período de 19 a 23 de junho de 2023, a qual contou com o engajamento de diversas unidades do Tribunal e de outras comissões, obtendo a participação de 266 pessoas, além das que assistiram virtualmente ou não quiseram registrar presença ou obter certificado.

Cabe relatar que foi realizado um atendimento de assédio pela Comissão de Enfrentamento, a qual tomou todas as medidas necessárias para sua elucidação.



Demandas encaminhadas e atendidas pela OUVIDORIA:



Estatística dos atendimentos pelos diversos canais:



As estatísticas de atendimento estão disponíveis no **painel de Business Intelligence da Ouvidoria**. Destacam-se os atendimentos via telefone realizados em 2023, totalizando mais de 74% dos atendimentos.

E-mail:
ouvidoria@tre-go.jus.br
(informe nome completo, CPF, nome da mãe e data de nascimento).

Formulário Web
acesse aqui

Correspondência
Avenida T-1 com a T-52, Ed. Ialba-Luza, n. 1403, 5º andar, Setor Bueno, Goiânia (GO).

Atendimento presencial
Avenida T-1 com a T-52, Ed. Ialba-Luza, n. 1403, 5º andar, Setor Bueno, Goiânia (GO). Atendimento das 12h às 19h, com agendamento prévio, via Tele-Eleitoral e/ou e-mail: ouvidoria@tre-go.jus.br

Recebimento de denúncias de assédio moral, sexual e discriminação, no âmbito do TRE-GO:
enfrentamentoaoassedio@tre-go.jus.br /ouvidoriadamulher@tre-go.jus.br
WhatsApp: (62) 3920-4342

Figura 11: Canais de Comunicação

Relação institucional com a sociedade

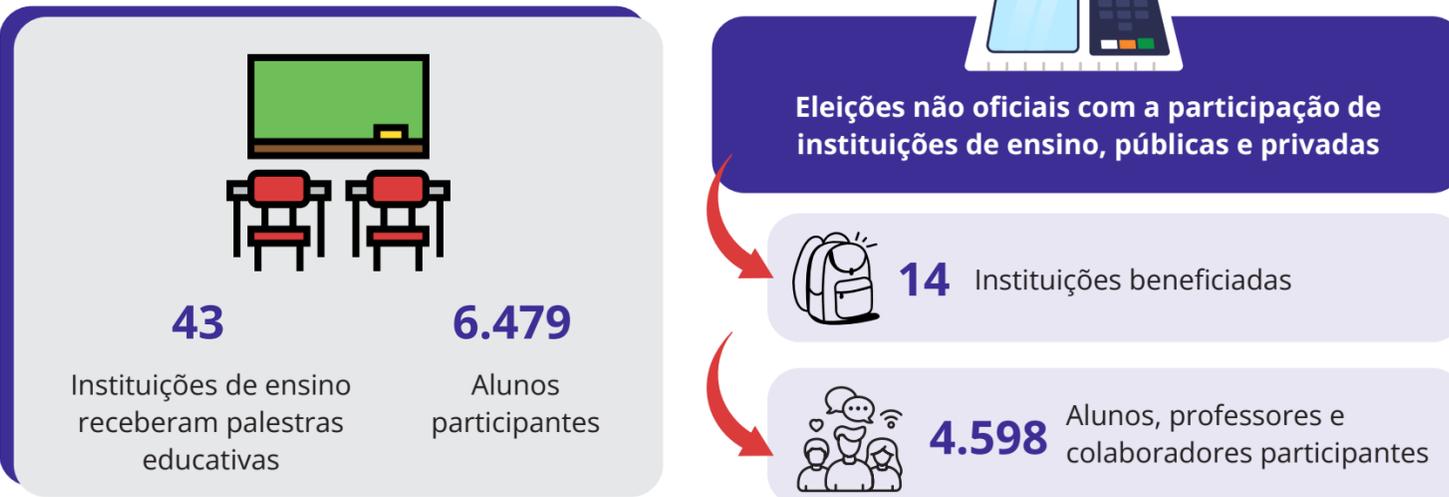
Objetivo Estratégico 2

Fortalecer a relação institucional da Justiça Eleitoral com a sociedade



Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento da Justiça Eleitoral como instituição garantidora da legitimidade do processo eleitoral. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

No decorrer de 2023, o TRE-GO dedicou-se no fortalecimento do exercício da cidadania por meio de uma série de iniciativas educativas e engajadoras, promovidas pela Escola Judiciária Eleitoral do órgão, em consonância com sua missão de promover a conscientização cívica e o entendimento dos processos eleitorais, com a realização de diversas atividades, obtendo resultados significativos:



3 Termos de Colaboração com a Câmara de Nova Veneza, com a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia e com a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Programa "Visita Guiada"

Recepção nas dependências do Tribunal de alunos de universidades públicas e privadas, além de representantes da Comissão da Advocacia Jovem da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção de Goiás (OAB/GO).



Programa "Conversando com a Justiça Eleitoral"

O programa tem o objetivo de disseminar informações e aprofundar o entendimento sobre o funcionamento do processo eleitoral, são promovidas uma série de ações que englobam cursos e palestras acadêmicas. Essas iniciativas são direcionadas aos eleitores, partidos políticos, advogados, estudantes e professores universitários, bem como ao público em geral, em 2023 foram realizadas as seguintes ações:

- Realização de 1 Audiência Pública, reforçando o papel da Justiça eleitoral com a transparência e interação direta com a comunidade;
- 5 escolas e 1 faculdade receberam palestras sobre cidadania;
- 1 instituição (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE), receberam a ação do alistamento eleitoral para associados.



Cooperação judiciária nacional

No ano de 2023, o Laboratório de Inovações do TRE-GO deu continuidade às atividades de implantação dos painéis de BI em outros Tribunais, por meio de cooperação, em atendimento à [Resolução CNJ nº 350/2020](#).

Foram implantados nos Tribunais Regionais do Espírito Santo, do Amapá, de Pernambuco, do Pará, do Maranhão, da Paraíba, de Minas Gerais, de Santa Catarina e no Tribunal de Justiça do Estado do Amapá.

Foram implantados em média quarenta painéis em cada tribunal. O objetivo dos painéis implantados é fornecer estatísticas processuais em especial aquelas determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para contribuir no aperfeiçoamento da atividade jurisdicional nesses órgãos. Além disso, a ferramenta disponibiliza, em poucos cliques, todas as informações necessárias para o gerenciamento dos tribunais, por meio de painéis customizáveis em níveis estratégicos, táticos e operacionais. Como os dados se referem a cada estado, a sua implantação conferiu personalidade para cada realidade.

Para conhecer mais sobre o impacto em alguns tribunais:

- 🔗 [Presidente do TRE-ES faz homenagem ao presidente e ao diretor-geral do TRE-GO durante 81º Coptrel — Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo](#)
- 🔗 [Inteligência de Negócios: TJAP fecha acordo de cooperação com TRE-GO para realização de workshop sobre uso de ferramenta que apoiará decisões cada vez mais consistentes por meio de obtenção customizada de dados](#)
- 🔗 [TRE-PE implanta tecnologia Business Intelligence \(B.I.\) — Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco](#)
- 🔗 [TRE de Goiás apresenta ferramenta Business Intelligence \(BI\) na sede do TRE Pará — Tribunal Regional Eleitoral do Pará \(\[tre-pa.jus.br\]\(http://tre-pa.jus.br\)\)](#)
- 🔗 [JE do MA passa a usar ferramenta de inteligência que facilita gestão e leitura de dados — Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão \(\[tre-ma.jus.br\]\(http://tre-ma.jus.br\)\)](#)
- 🔗 [TRE-PB implanta painéis gerenciais com tecnologia Business Intelligence \(B.I.\) — Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba](#)
- 🔗 [TRE Amapá recebe a equipe do TRE de Goiás para a implantação de novo software de interpretação de dados — Tribunal Regional Eleitoral do Amapá \(\[tre-ap.jus.br\]\(http://tre-ap.jus.br\)\)](#)



Determinação da Materialidade das Informações

A revisão da Cadeia de Valor, ocorrida em 2023, permitiu atualizar de modo ativo as expectativas das partes interessadas na gestão do TRE-GO. Isso foi alcançado por meio da definição dos produtos que agregam valor público em alinhamento ao propósito do órgão. Nesse sentido, foram reforçadas as prioridades para o próximo triênio (2024-2026), por meio da revisão do Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 e a continuidade da adoção das boas práticas de governança.

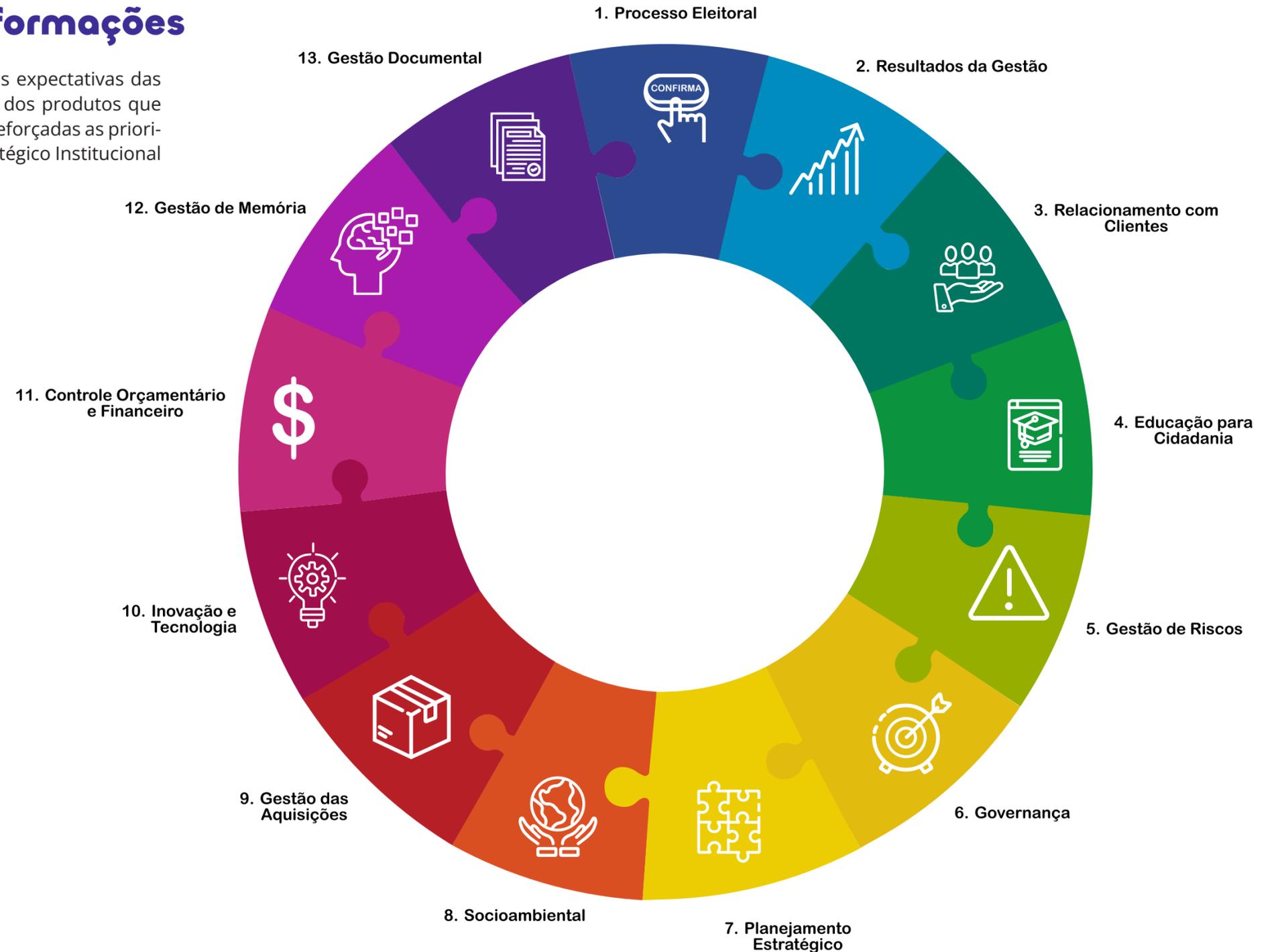


Figura 12: Determinação da Materialidade das Informações

Modelo integrado de geração de valor (modelo de negócio)

O modelo integrado de geração de valor ou modelo de negócio demonstra os recursos-chave empregados pelo órgão. Em destaque estão o capital humano, social e relacional, intelectual, tecnológico, infraestrutura, bens e serviços de apoio, financeiro, estruturas, processos, relacionamentos, informação e outros aspectos do órgão que permitem a criação de valor sustentável para a sociedade, com forte impacto na redução da corrupção, no fortalecimento da democracia, em maior confiança na instituição, além de garantir sua viabilidade e desempenho ao longo do tempo.



Figura 13: Modelo de negócios

2

Riscos, oportunidades e perspectivas



Gestão de riscos e controles internos

POLÍTICA DA QUALIDADE
Como queremos servir?

Garantindo a efetividade do exercício da soberania popular por meio de serviços de qualidade, prestados de forma célere e eficaz, aprimorados pela melhoria e análise de riscos do processo eleitoral, visando à excelência.

Figura 14: Política da qualidade

A Portaria nº 657/2016-PRES, alterada pela Portaria 207/2016-PRES, em fase de atualização pelo nº SEI 22.0.000006298-0, instituiu a política de gestão de riscos.

A Gestão de Riscos do TRE-GO está alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2026 do Tribunal em sua análise de cenários e ainda regulamentada na Resolução nº 310/2019, que dispõe sobre o Sistema de Governança Corporativa da Justiça Eleitoral de Goiás e institui o Conselho de Governança Corporativa do órgão.

O processo de Gestão de Riscos segue o fluxo abaixo demonstrado e tem como base a NBR ISO 31000:2018.



Figura 15: Registro do processo de gestão de risco

Principais riscos identificados

Os principais riscos identificados foram diretamente relacionados ao processo das Eleições 2022, sob o aspecto de gestão.

Foram identificados **28 riscos** diretamente relacionados aos processos da estratégia institucional

+ 101 controles existentes

Em 2023, foram identificados os 28 riscos estratégicos do órgão, que podem ser acessados por meio do painel de BI "Riscos e Controles" (dentro do Laboratório de Inovações), selecionando no filtro à esquerda denominado "Processo" o item "Riscos Estratégicos". Apresentamos os eventos de riscos, o quadro abaixo:

RISCOS ESTRATÉGICOS

- ✓ Planejamento estratégico não aplicado
- ✓ Quadro reduzido/envelhecido/concessão de aposentadorias/reforma administrativa
- ✓ Resistência por inovações e uso de novos recursos tecnológicos
- ✓ Não estar em compliance
- ✓ Comunicação interna ineficaz
- ✓ Resistência às condutas necessárias/desrespeito à integridade
- ✓ Restrição orçamentária
- ✓ Abstenção crescente
- ✓ Polarização partidária
- ✓ Descredito do processo eleitoral
- ✓ Processo de contratações prejudicado (fornecedores despreparados para
- atender às demandas do processo eleitoral)
- ✓ Defasagem benefício do mesário
- ✓ Ataques cibernéticos
- ✓ Desinformação (fake news)
- ✓ Acessibilidade - infraestrutura digital inadequada
- ✓ Resultados da modalidade do teletrabalho
- ✓ Necessidade de desenvolvimento da liderança em todos os níveis
- ✓ Precária avaliação de desempenho
- ✓ Planejamento de eleições desconectado do plano tático de logística de eleições
- ✓ Capacitação não efetiva

Figura 16: Riscos estratégicos

Principais oportunidades específicas identificadas

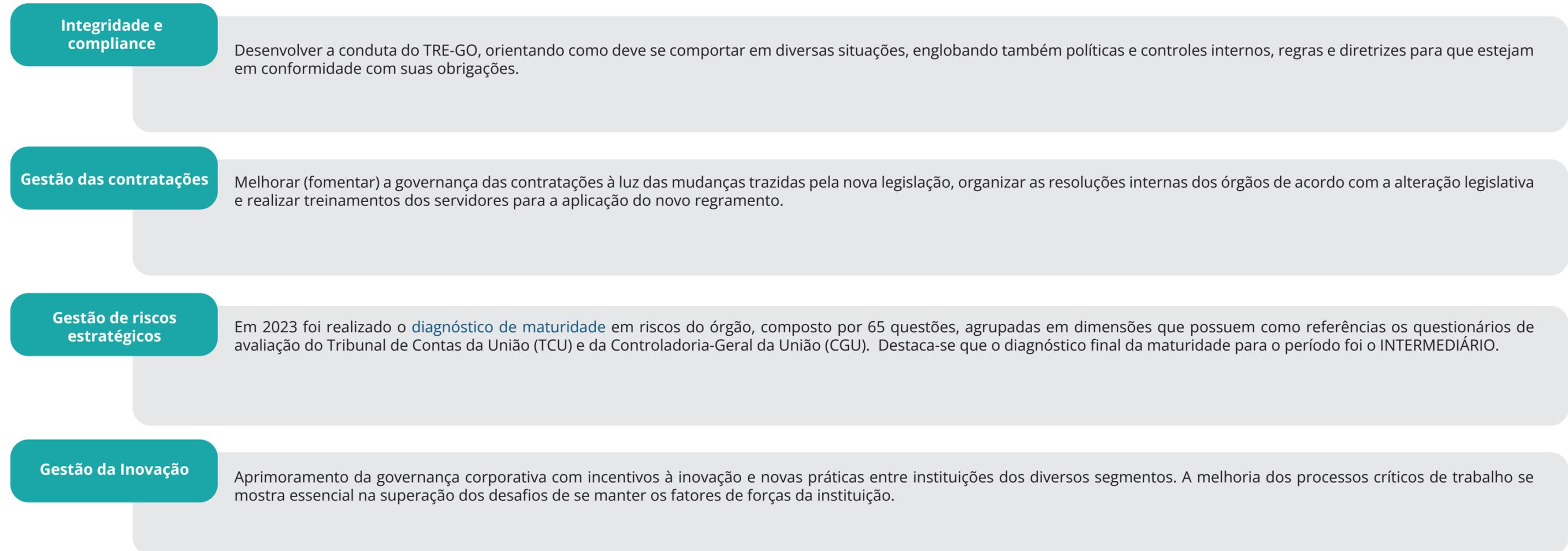


Figura 17: Principais oportunidades específicas identificadas

SAIBA MAIS EM: Riscos e controles.

As linhas de defesa do TRE-GO

O modelo de três linhas de defesa é uma forma simples e eficaz de melhorar a comunicação do gerenciamento de riscos e controle por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais

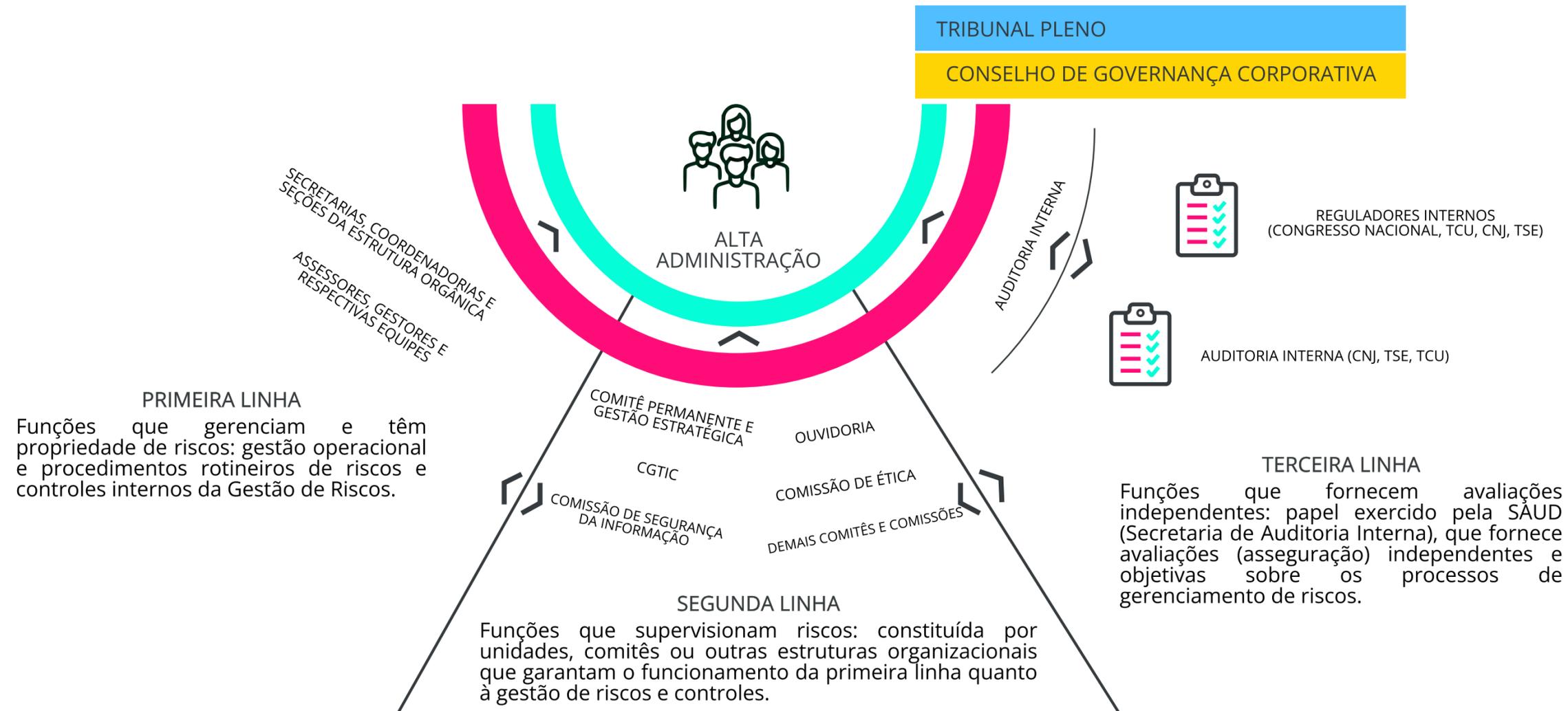


Figura 18: Linhas de defesa do TRE-GO

3 Governança, estratégia e desempenho



Como a estrutura de governança da organização apoia sua capacidade de gerar valor

Os órgãos de gestão interna, elencados na Estrutura de Gestão no capítulo “Visão geral da organização e ambiente externo”, permitem aos representantes e partes interessadas da organização avaliar a sua situação e necessidades, gerir as suas ações e monitorar o seu funcionamento de forma a aumentar as hipóteses de trazer bons resultados aos cidadãos na área de serviços e políticas públicas, de acordo com o [Marco Básico de Governança publicado pelo TCU](#).

A Justiça Eleitoral de Goiás possui um **Sistema de Governança Corporativa** que inclui órgãos de governo, apoio à gestão interna, mecanismos, ferramentas e atividades relacionadas à gestão, monitoramento e avaliação da estratégia da instituição.

O Conselho de Governança Corporativa fornece orientações e propostas sobre gestão, diretrizes e políticas institucionais, monitora o cumprimento dos objetivos definidos pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal de Contas da União e analisa o cumprimento das metas, ações e objetivos estratégicos.

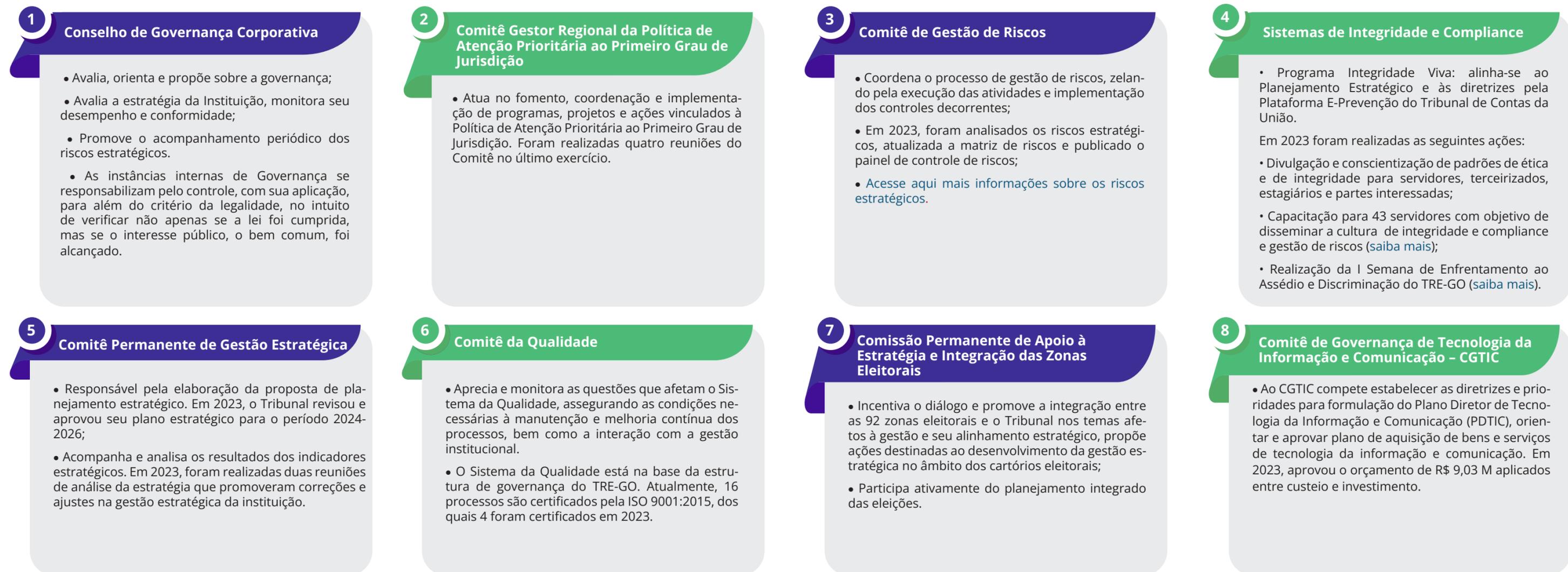


Figura 19: Conselho e principais comitês

Programa de Integridade e Compliance

Planejamento Estratégico 2021-2026

Objetivo Estratégico 7:

Aperfeiçoar a gestão administrativa e a governança da Justiça Eleitoral

Iniciativa: Implantar e implementar Programa de Compliance e Antissuborno

Iniciativa: Implantar e implementar Programa de Integridade

A [Resolução nº 410/2021 do Conselho Nacional de Justiça \(CNJ\)](#) estabelece normas gerais e diretrizes para a instituição de sistemas de integridade no âmbito do Poder Judiciário. No Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, a [Resolução TRE-GO nº 361/2022](#) instituiu a Política e o Programa de Integridade.

A **Política de Integridade** tem como objetivo promover institucionalmente princípios, valores e diretrizes que disseminem a cultura e gestão da integridade no Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.



Um sistema de integridade e compliance é um conjunto de políticas, procedimentos e boas práticas adotados por uma organização para garantir que suas atividades sejam conduzidas de acordo com leis, regulamentações do setor, normas éticas e padrões internos.

O **objetivo principal** de um programa de compliance é prevenir, detectar e corrigir condutas inadequadas ou ilegais dentro da organização, promovendo a integridade, transparência e responsabilidade em todas as operações.

Durante o ano de 2023, o TRE-GO implementou diversas ações com o propósito de disseminar a cultura de integridade e compliance dentro do órgão.

Programa Integridade Viva – desenvolve e apoia ações de disseminação da cultura organizacional de integridade e compliance.

- Gravação e divulgação de vídeo para o **Minuto TRE**, promovendo o Programa de Integridade;
- **Palestra: Cultura de Integridade no Serviço Público** com Dra. Ivana Farina, Procuradora de Justiça do Ministério Público de Goiás e presidenta da Comissão de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade (1) (2);
- Apresentação do **Plano de Comunicação** para divulgação e conscientização de padrões de ética e de integridade voltado para o quadro próprio do TRE-GO, terceirizados, estagiários e clientes externos;
- **Capacitação** de servidores ([saiba mais](#));
- **I Semana de Enfrentamento ao Assédio e Discriminação do TRE-GO** ([saiba mais](#)).

Projeto “Papo sobre Governança” - apresenta, no âmbito das unidades da Justiça Eleitoral, os temas governança, gestão de riscos e integridade, por meio de linguagem simples e acessível.

100% das unidades receberam o evento nos formatos presencial e virtual.

Partes interessadas

Atender às expectativas da sociedade ou dos cidadãos-clientes está relacionado à capacidade da organização de fornecer consistentemente serviços de qualidade e agregar valor público por meio de processos centrados no usuário. Nesse sentido, identificar e compreender as expectativas dos principais intervenientes é um passo importante na abordagem dos interesses comuns.

Diante disso, a organização promoveu uma revisão das partes interessadas, utilizando como recurso o Planejamento Estratégico e a Análise do Ambiente Interno e Externo com base na revisão da estratégia definida para o triênio 2024-2026.



Figura 20: Partes interessadas

Atendimento a partes interessadas

O atendimento ao cliente é uma prioridade para a Justiça Eleitoral, conforme destacado no [Planejamento Estratégico 2021-2026](#). A [revisão da estratégia](#) em 2023 buscou assegurar os meios necessários para a implantação de melhorias nos serviços prestados pela Justiça Eleitoral. Além disso, fortaleceu as diretrizes existentes e reforçou a iniciativa que trata da melhoria da satisfação dos usuários dos serviços da Justiça Eleitoral.

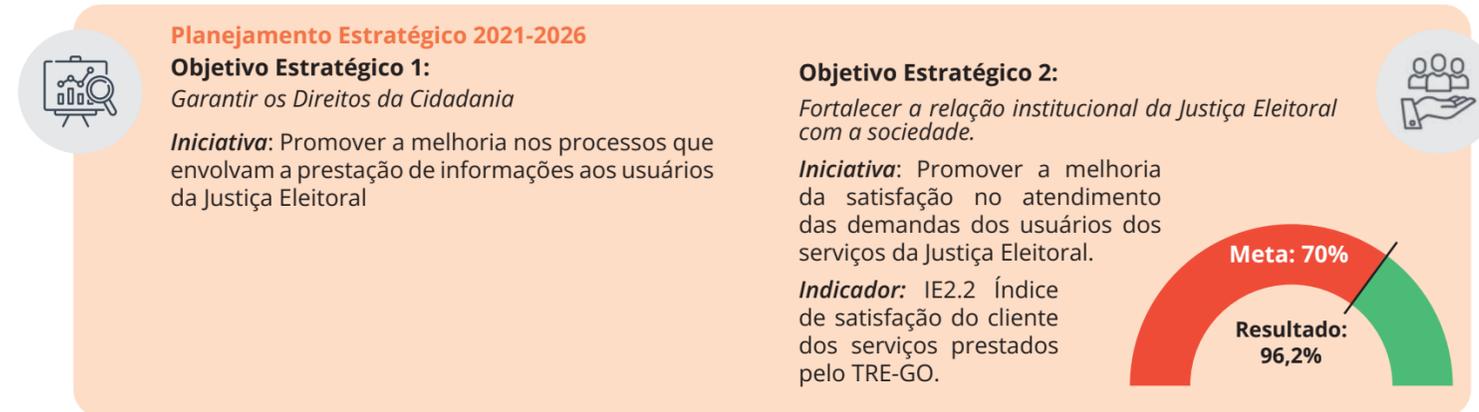


Figura 21: Objetivo estratégico e atendimento

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás oferece atendimento aos eleitores nas modalidades presencial, telefone, e-mail, remoto e online, conforme distribuição abaixo.



Figura 22: Atendimento aos eleitores



O eleitor pode acessar um amplo portfólio de serviços sem precisar se deslocar para um ponto de atendimento, por meio das plataformas WhatsApp e Autoatendimento ao Eleitor (Título Net).

Os advogados e partidos políticos podem receber atendimento remoto por meio do Balcão Virtual, que é uma ferramenta de videoconferência.

Parcerias



O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás tem trabalhado para ampliar o atendimento aos usuários dos serviços da Justiça Eleitoral por meio de parcerias institucionais com o objetivo de reduzir custos operacionais e aumentar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos. Em 2023, foram **ampliados 17 locais de atendimento ao cidadão** em parceria com o Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) e o Governo do Estado de Goiás.

Além disso, as unidades de atendimento ao cidadão (**Vapt-Vupts**), que possuem grande capilaridade e localização privilegiada em Goiás, **adicionaram cinco pontos de atendimento da Justiça Eleitoral**.

Capacitação



Com o objetivo de oferecer atendimento de excelência, o TRE-GO promove a **capacitação permanente** dos servidores que atuam no **atendimento aos usuários** dos serviços da Justiça Eleitoral.

Em 2023, 16 servidores de 9 locais de atendimento foram capacitados.

Estratégia

Para onde vamos e como pretendemos chegar lá



O TRE-GO possui seu **Planejamento Estratégico 2021-2026** (Portaria PRES nº 159, de 30 de junho de 2021) alinhado à **Estratégia Nacional do Poder Judiciário** (Resolução CNJ nº 325/2020), revisado periodicamente, o que resultou na sua última versão no final de 2023 (Portaria nº 195, de 28 de dezembro de 2023), destacando as diretrizes para o triênio 2024-2026.

Mapa Estratégico

O Plano Estratégico do TRE-GO compreende 10 objetivos que sintetizam o que a instituição pretende alcançar ao longo de seis anos (2021-2026), assim como os desafios primordiais a serem enfrentados para o alcance da sua visão de futuro e para o cumprimento da sua missão. Esses objetivos estão escalonados em três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento), conforme Mapa Estratégico a seguir:

Missão

Promover a cidadania e garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional a fim de fortalecer a democracia

Visão

Consolidar-se como instituição transparente, garantidora da legitimidade do processo eleitoral, inovadora na prestação de serviços à sociedade de forma segura, acessível e sustentável

Valores

- Ética
- Comprometimento
- Transparência
- Inovação e Modernidade
- Integração
- Celeridade
- Eficiência
- Probidade
- Acessibilidade
- Imparcialidade
- Sustentabilidade

Política da Qualidade

Garantir a efetividade do exercício da soberania popular, por meio de serviços de qualidade, prestados de forma célere e eficaz, aprimorados pela melhoria e análise de riscos do processo eleitoral, visando à excelência.

Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Para possibilitar o alcance desses objetivos foram definidos projetos, programa e planos de ações a serem priorizados no ciclo, além de indicadores estratégicos que representam o desempenho do Tribunal em relação às metas definidas.

Sociedade

1 Garantir os Direitos da Cidadania

ODS: 1 5 6 7 11 12 16

2 Fortalecer a Relação Institucional do Justiça Eleitoral com a Sociedade

ODS: 3 5 6 7 11 12 16

Processos Internos

3 Assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional

ODS: 3 5 6 7 11 12 16

4 Fortalecer o enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

ODS: 16

5 Garantir a legitimidade do processo eleitoral

ODS: 16

6 Promover a Sustentabilidade

ODS: 6 7 12 16

7 Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral

ODS: 16

Aprendizado e crescimento

8 Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas

ODS: 3 16

9 Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

ODS: 12 16 17

10 Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

ODS: 16

Figura 23: Mapa Estratégico

Objetivos Estratégicos

O TRE-GO adere à Estratégia Nacional do Poder Judiciário, instituída pela [Resolução CNJ nº 325/2020](#), adotando dez objetivos estratégicos que destacam os principais temas ou mesmo questões-chave que serão objeto de atuação sistemática do Tribunal para melhorar os serviços da Justiça Eleitoral goiana. A definição de objetivos estratégicos considera tanto fatores internos de gestão, como a gestão financeira, os processos de trabalho e o desenvolvimento organizacional.

1. Garantir os direitos da cidadania



Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, assegurar a liberdade, a igualdade e a segurança, garantir os direitos de minorias e a inclusão e acessibilidade a todos.

2. Fortalecer a relação institucional da Justiça Eleitoral com a sociedade



Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento da Justiça Eleitoral como instituição garantidora da legitimidade do processo eleitoral. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do Estado e da sociedade civil.

3. Assegurar agilidade e produtividade na prestação jurisdicional



Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Visa também encontrar soluções para um dos principais gargalos do Poder Judiciário. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

4. Fortalecer o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais



Conjunto de atos que visam à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente, ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio de recursos públicos, de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização interna e externa do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

5. Garantir a legitimidade do processo eleitoral



Refere-se aos direitos políticos, assegurando o pleno exercício da soberania popular através do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. Assegura a realização de eleições legítimas, seguras e transparentes.

6. Promover a Sustentabilidade



Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

7. Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral



Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias da Justiça Eleitoral, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados, servidores, pela sociedade e pelos atores do Sistema de Justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado ao cidadão.

8. Aperfeiçoar a Gestão de Pessoas



Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição. Contempla ações relacionadas à valorização dos servidores; à humanização nas relações de trabalho; à promoção da saúde; ao aprimoramento contínuo das condições de trabalho; à qualidade de vida no trabalho; ao desenvolvimento de competências, de talentos, do trabalho criativo e da inovação e à adequada distribuição da força de trabalho.

9. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira



Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e de pessoal ao aprimoramento da realização de eleições e prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral para a obtenção dos melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos.

10. Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados



Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais ao cidadão e dos sistemas essenciais da Justiça Eleitoral, promovendo a satisfação dos usuários por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão de privacidade e uso dos dados pessoais.

Figura 24: Objetivos Estratégicos

Desdobramento da estratégia

As prioridades estratégicas do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás estão definidas em seu mapa estratégico, conforme apresentado na Figura 24. O mapa destaca a **VISÃO da instituição**, expressando onde e como ela pretende estar no futuro, bem como seus dez Objetivos Estratégicos. Para atingir estes objetivos, foram desenvolvidos mecanismos de implementação da estratégia que abrangem os níveis estratégico, tático e operacional.

A figura 26 exemplifica os planos adotados pelo Tribunal para colocar em prática as prioridades estratégicas.



Figura 25: Planos do Poder Judiciário

Plano de Gestão: plano de curto prazo que abarca o período da gestão do Presidente

- ✓ Planos estratégicos setoriais
- ✓ Plano Integrado de Eleições
- ✓ Plano de Logística Sustentável
- ✓ Plano Anual de Contratações
- ✓ Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
- ✓ Plano Anual de Capacitação

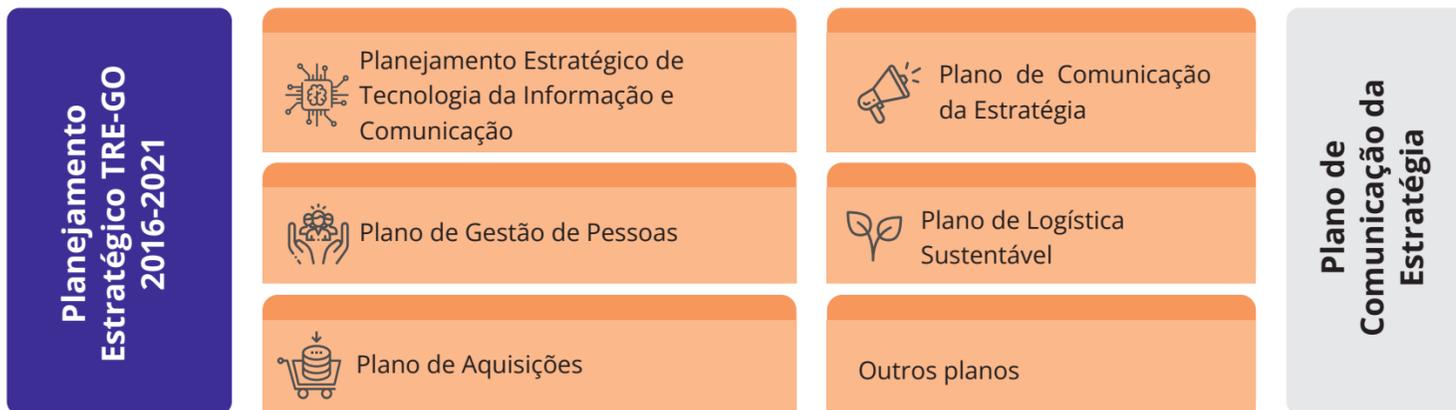


Figura 26: Principais planos do TRE-GO

Os projetos e ações estratégicas do TRE-GO correspondem aos projetos e iniciativas prioritárias do órgão estabelecidas no Plano de Gestão. É relevante ressaltar que o Plano de Gestão é um desdobramento do Planejamento Estratégico a curto prazo. O Planejamento Estratégico do TRE-GO foi desenvolvido para o período de 2021-2026, contemplando um total de seis anos de gestão. Por outro lado, o Plano de Gestão tem uma duração de dois anos, coincidindo com o mandato do Presidente.

Plano de Gestão

A implementação do Plano de Gestão auxilia na realização das metas definidas no Planejamento Estratégico. O atual se estende de maio de 2022 a abril de 2024. Ao analisar os resultados para 2023, leva-se em conta que a Administração tem como objetivo concluir integralmente a execução do plano até o término do exercício de 2024.



O Plano de Gestão 2022-2024 inicialmente focou em **56 iniciativas** alinhadas ao Planejamento Estratégico do TRE-GO. Durante o exercício de 2023, esse plano de curto prazo passou por revisão, resultando na **exclusão de 7 iniciativas, 8 alterações e 3 novas inclusões**.

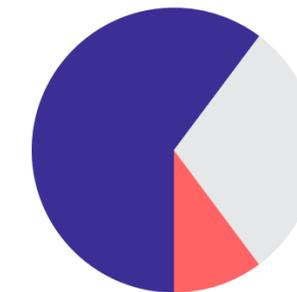
Agora, restam 52 iniciativas, entre as que já foram finalizadas e as que estão em execução.

Execução do Plano de Gestão

Esperada



Alcançada



Em andamento: 61%

Finalizadas: 29%

Excluídas: 10%

Figura 27: Execução do Plano de Gestão

A figura a seguir detalha o percentual de execução de cada projeto constante no Programa de Gestão, assim como a execução dos objetivos estratégicos com base na média da execução dos projetos a ele vinculados.

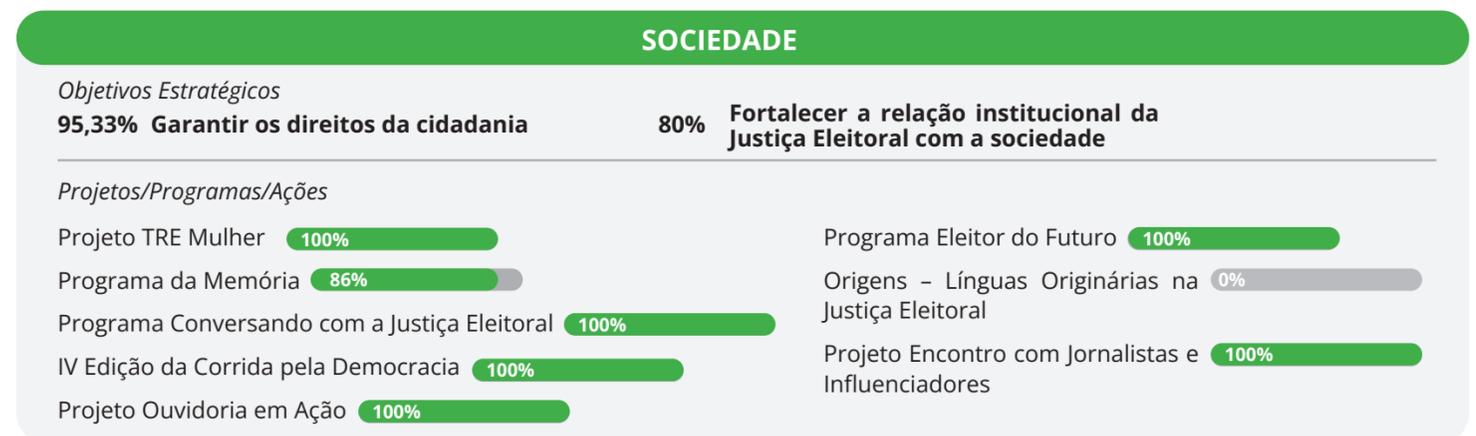


Figura 28: Execução do Plano de Gestão - Sociedade

PROCESSOS INTERNOS

Objetivos Estratégicos

30% Assegurar a agilidade e a produtividade na prestação jurisdicional

78% Fortalecer o enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais

43% Garantir a legitimidade do processo eleitoral

78,5% Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral

Projetos/Programas/Ações

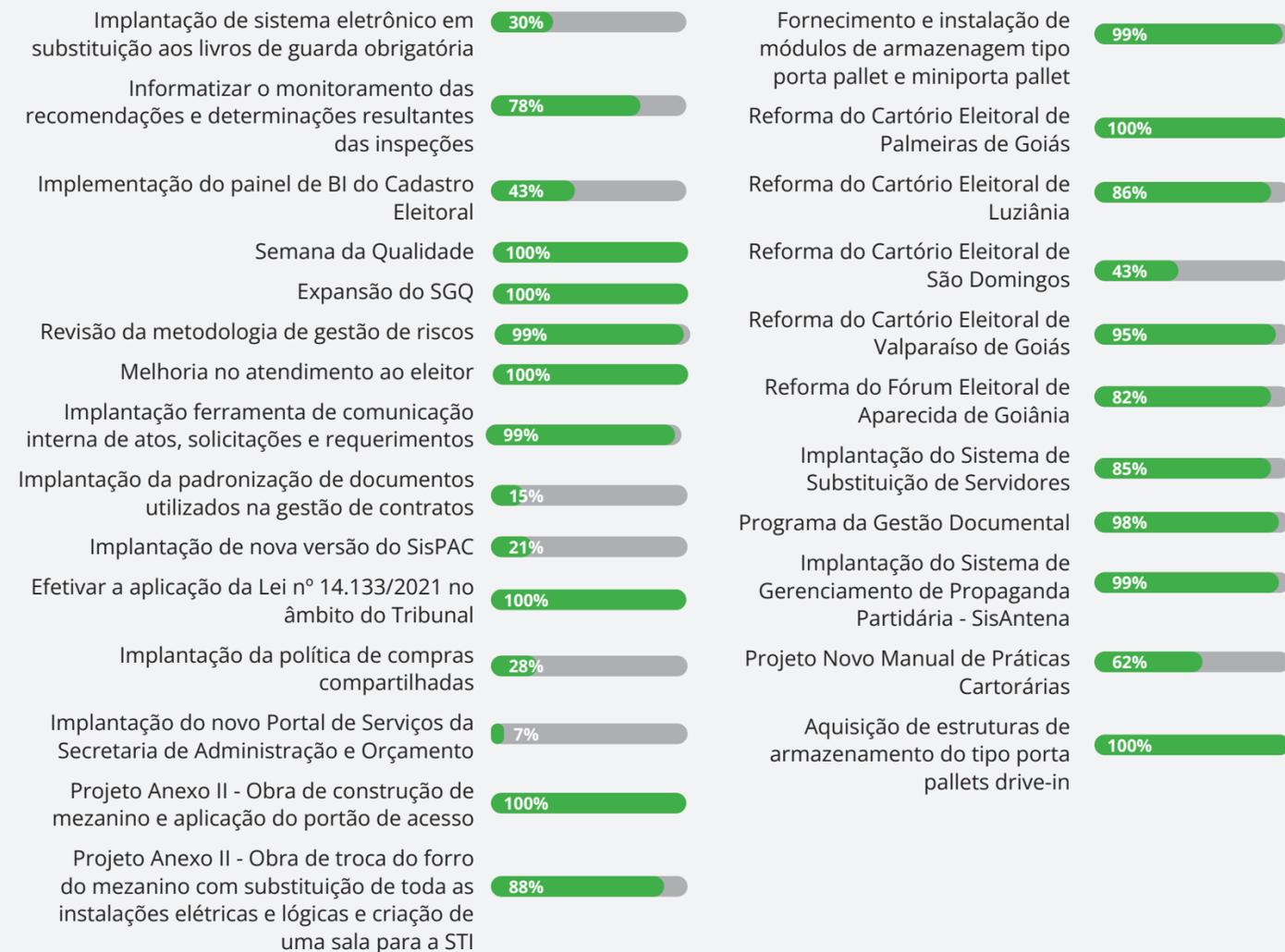


Figura 29: Execução do Plano de Gestão - Processos internos

APRENDIZAGEM E CRESCIMENTO

Objetivos Estratégicos

77,36% Aperfeiçoar a gestão de pessoas

77% Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

18% Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira

Projetos/Programas/Ações

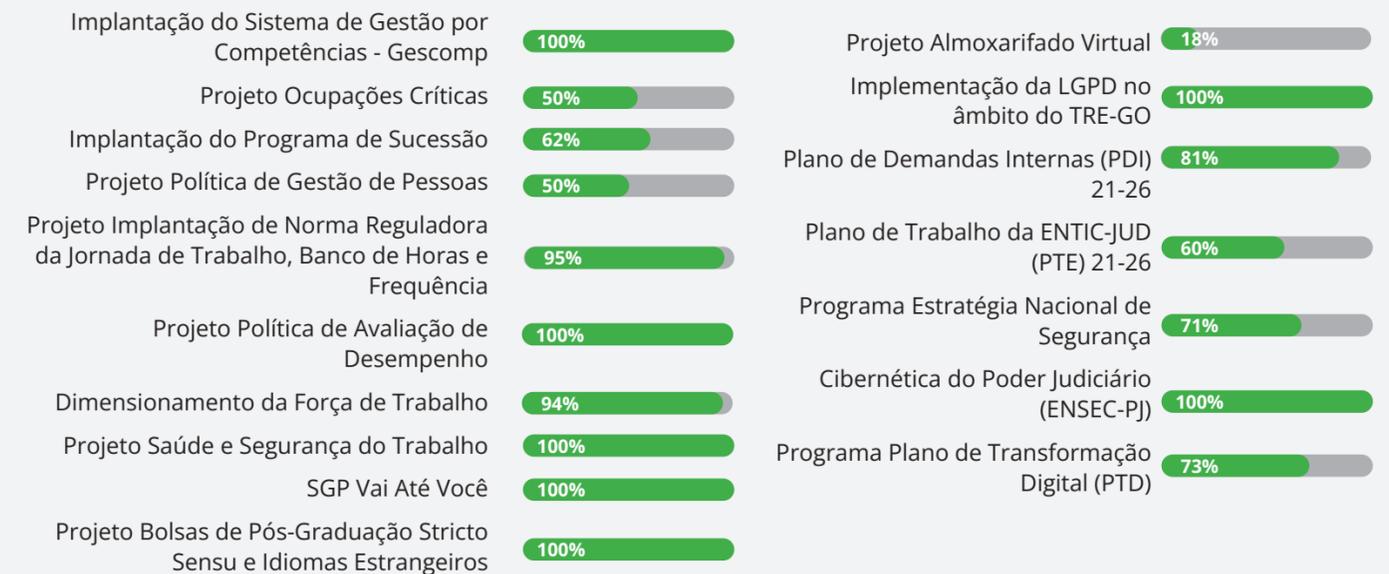


Figura 30: Execução do Plano de Gestão - Aprendizagem e crescimento

Plano de Transformação Digital - PTD

O objetivo do Plano de Transformação Digital - PTD é realizar a transformação digital prevista pela [Resolução CNJ nº 370, de 08 de janeiro de 2021](#), que define a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD). É importante destacar que a transformação digital envolve todas as áreas do órgão.

Destaques da execução do PTD



Figura 31: Destaques da execução do PTD

Para mais informação sobre a execução do Plano de Transformação Digital [clique aqui](#).

Perspectivas e desafios para os próximos exercícios

1. Promover a melhoria da qualidade dos serviços prestados à sociedade, visando à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização e à simplificação de processos internos: movimentar a execução do Programa de Transformação Digital - PTD, juntamente com a atuação do Laboratório de Inovações, constituem-se desafios para os próximos três anos. Esta é uma iniciativa do órgão para melhorar a prestação de serviços por meio da digitalização dos processos de atendimento e a consequente entrega de valor agregado à sociedade.

2. Garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais: o TRE-GO, nos últimos três anos, tomou medidas para tornar a prestação jurisdicional efetiva e ágil. Nesse sentido, novas ações estão em curso para melhorar a produtividade e o cumprimento das Metas do CNJ.

3. Aproximar a Justiça Eleitoral do cidadão, por meio de ações educativas e de esclarecimento a respeito de sua atuação: nos últimos anos, especialmente em 2022, o TRE-GO executou ações de visaram garantir os direitos da cidadania e o fortalecimento da relação institucional com a sociedade. Constitui-se desafio institucional buscar o engajamento da sociedade nos eventos promovidos em prol do fortalecimento da democracia.

4. Adotar um modelo de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social: o comprometimento com a sustentabilidade ambiental, econômica e social está expresso no Plano de Logística Sustentável. Com o intuito de executar sua política e alcançar seus resultados sustentáveis, o TRE-GO adotou 13 princípios que norteiam e representam os desafios de atuação dentro do tema.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação - PDTIC

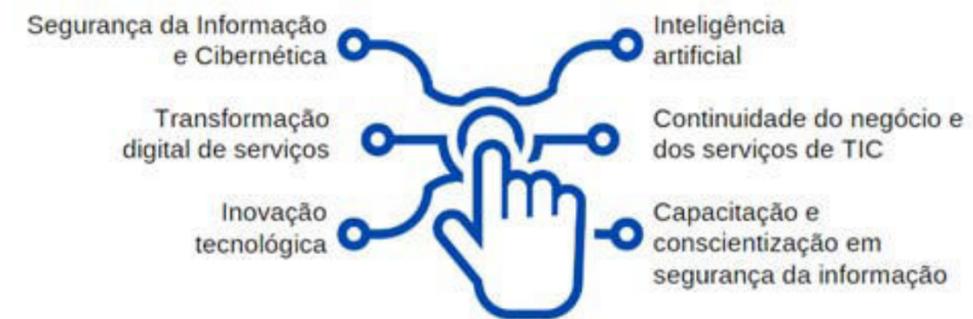
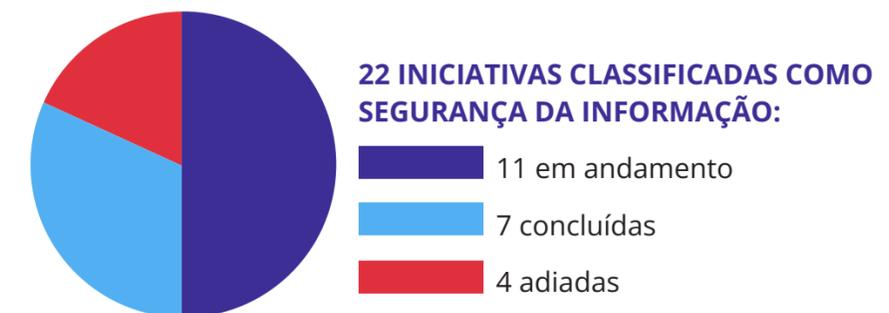


Figura 32: PDTIC



Plano de Logística Sustentável - PLS

No segundo semestre de 2023, o TRE-GO **alcançou 88% da meta** estabelecida para o Índice de Execução das Ações do PLS. Isso significa que estamos dentro dos limites de tolerância para o cumprimento da meta. No entanto, o elevado número de ações definidas no PLS tem impactado na consecução do desempenho esperado. Essa situação exige mais recursos humanos e financeiros.

Para os próximos ciclos de desenvolvimento sustentável, é crucial revisar o PLS. Essa revisão deve ser feita de forma a não comprometer o compromisso do Poder Judiciário com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em suas dimensões sociais, ambientais, econômicas, culturais e éticas. Essa institucionalização deve ocorrer em todos os tribunais do país.



Figura 33: Plano de Logística Sustentável - PLS

Tema	Iniciativa	Meta
Compras sustentáveis e compartilhadas	10	Realizar 100% das contratações da organização com estudos técnicos preliminares e critérios de sustentabilidade considerando o grau de maturidade 2 no Selo Verde. A meta será incrementada de forma acumulada em 20% ao ano, chegando em 2026 a 100%.
Papel	5	Reduzir em 10% ao ano o consumo relativo de copos descartáveis em relação ao ano de referência.
Água envasada em embalagem plástica	4	Reduzir em 10% o gasto relativo com aquisição de suprimentos em relação ao ano de referência.
Impressão	3	Reduzir o gasto relativo com o uso de telefonia no âmbito do TRE-GO em 5% em relação ao ano de referência.
Telefonia	3	Reduzir o gasto relativo com o uso de telefonia no âmbito do TRE-GO em 5% em relação ao ano de referência.
Reformas	4	Executar 100% do orçamento de obras a cada ano.
Limpeza	3	Manter os gastos de limpeza dentro do limite de crescimento orgânico (índices regulamentadores).
Vigilância	3	Não aumentar o número de postos de vigilância armada, mantendo apenas onde seja estritamente necessário.
Veículos	4	Promover estudos no sentido de buscar alternativas de transporte de servidores e materiais.
Combustível	5	Reduzir a utilização de combustíveis fósseis.
Gestão de resíduos	8	Ampliar a quantidade de programas de adequada destinação final de resíduos não recicláveis por ano.
Governança sustentável	10	Fortalecer a Governança sob o aspecto da sustentabilidade.

Figura 34: Metas PLS

Tema	Iniciativa	Meta
Qualidade de vida	3	Promover três ações anuais para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores.
Igualdade de gênero	1	Promover a conscientização da sociedade e dos colaboradores da Justiça Eleitoral sobre a importância da igualdade de oportunidades para a participação das mulheres com liderança em todos os níveis de tomada de decisão.
Água e esgoto	5	Reduzir em 2% o consumo absoluto de água em relação ao ano de referência.
Energia elétrica	6	Reduzir em 5% o consumo relativo de energia elétrica referente ao ano de referência.
Acessibilidade e inclusão	4	Garantir a acessibilidade e promover a conscientização dos servidores sobre a importância da inclusão no dia a dia.
Capacitação socioambiental	2	Promover a conscientização dos servidores quanto ao tema sustentabilidade de forma a incorporar tais práticas na cultura organizacional.

Indicadores Estratégicos

Identificador	Indicador	Meta	Resultado	Faixa
IE1.1	Índice de ações promovidas de esclarecimento do regime democrático e do sistema eletrônico de votação	15%	15%	Quanto maior, melhor
IE1.2	Índice de participação nas ações de cidadania e educação eleitoral	9.672 pessoas	12.912 pessoas	Quanto maior, melhor
IE1.3	Índice de implementação do Programa de Gestão da Memória	20%	20%	Quanto maior, melhor
IE2.1	Índice de ampliação da divulgação de informações sobre o processo eleitoral	15%	4%	Quanto maior, melhor
IE2.2	Índice de satisfação do cliente dos serviços prestados pelo TRE-GO	80%	96%	Quanto maior, melhor
IE3.1	Índice de atendimento à demanda do 1º grau	100%	247,51%	Quanto maior, melhor
IE3.2	Índice de atendimento à demanda do 2º grau	100%	335,42%	Quanto maior, melhor
IE3.3	Índice de julgamento de processos de conhecimento em 1º Grau (Meta 1)	100%	133,86%	Quanto maior, melhor
IE3.4	Índice de julgamento de processos de conhecimento em 2º Grau (Meta 1)	100%	112,60%	Quanto maior, melhor
IE3.5	Índice de julgamento de processos antigos em 1º Grau (Meta 2)	100%	135,15%	Quanto maior, melhor
IE3.6	Índice de julgamento de processos antigos em 2º Grau (Meta 2)	100%	141,72%	Quanto maior, melhor
IE3.7	Taxa de congestionamento líquida em 1º Grau	38%	15,44%	Quanto menor, melhor
IE3.8	Taxa de congestionamento líquida em 2º Grau	40%	38,16%	Quanto menor, melhor
IE4.3	Índice de julgamento de processos que possam importar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade em 1º grau (Meta 4)	100%	118,18%	Quanto maior, melhor
IE4.4	Índice de julgamento de processos que possam importar em perda de mandato eletivo ou inelegibilidade em 2º grau (Meta 4)	100%	88,24%	Quanto maior, melhor
IE4.5	Índice de prescrição de processos relativos a crimes e infrações administrativas contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais em 1º grau	10%	0%	Quanto menor, melhor
IE4.6	Índice de prescrição de processos relativos a crimes e infrações administrativas contra a administração pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais em 2º grau	0%	0%	Quanto menor, melhor
IE4.8	Índice de execução dos Planos Anuais de Inspeções Cartorárias	80%	80,16%	Quanto maior, melhor
IE4.9	Índice de implementação de determinações e recomendações resultantes das inspeções e correições	N/A*	N/A	Quanto maior, melhor

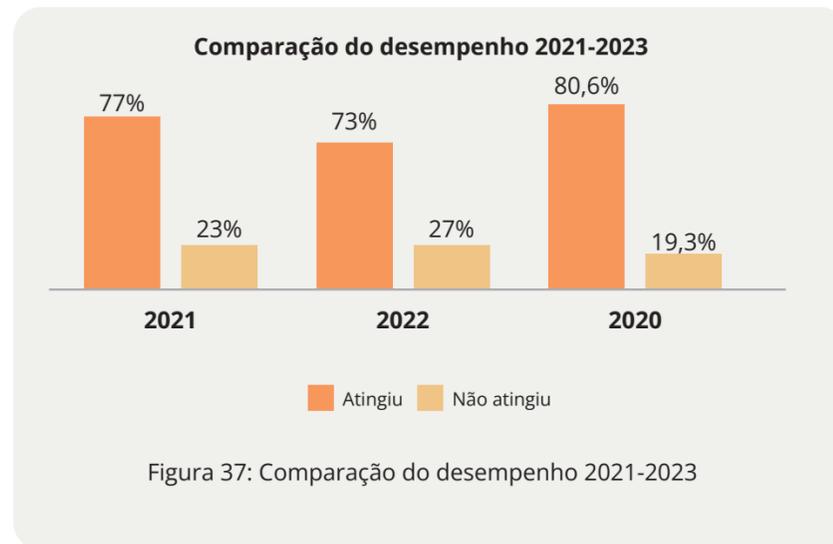
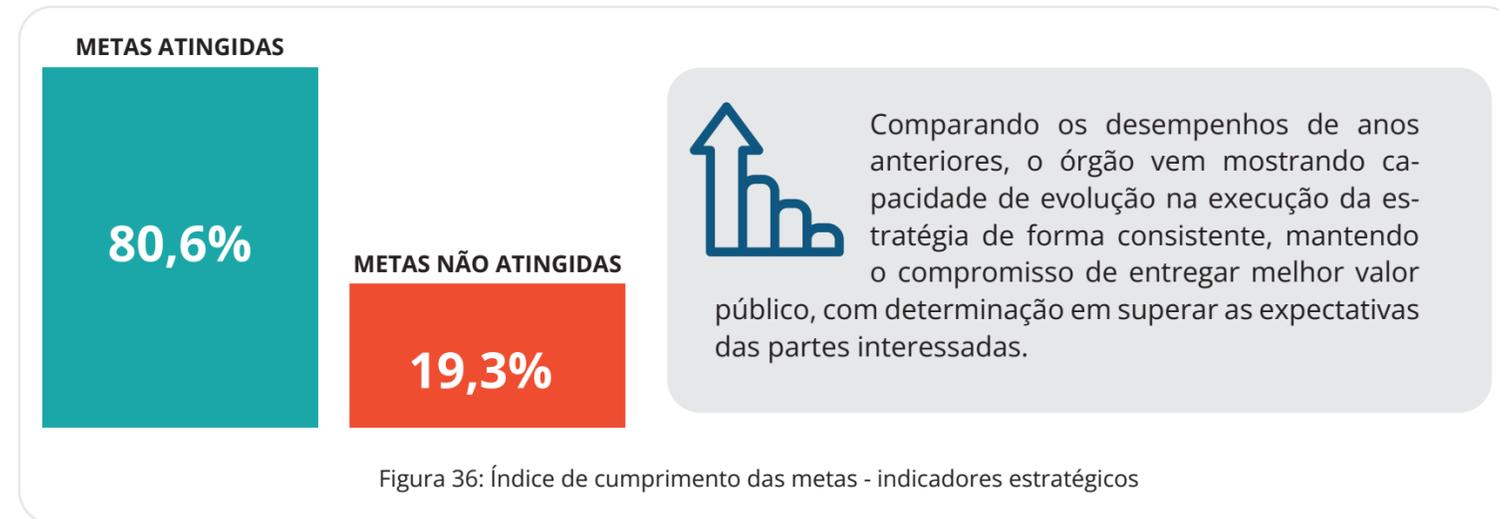
Identificador	Indicador	Meta	Resultado	Faixa
IE5.1	Índice de transparência e segurança das eleições	N/M	N/M	Quanto maior, melhor
IE5.2	Índice de correção das operações realizadas no cadastro eleitoral	0,05%	1,20%	Quanto menor, melhor
IE5.3	Índice de processos analisados	N/M	N/M	Quanto maior, melhor
IE6.1	Índice de desempenho de sustentabilidade - IDS	60,50%	65%	Quanto maior, melhor
IE6.2	Índice de execução das ações do PLS 2021-2026	80%	61,36%	Quanto maior, melhor
IE7.1	Índice de melhoria no atendimento	2 unid.	9 unid.	Quanto maior, melhor
IE7.2	Índice geral de governança (iGG)	75%	65,8%	Quanto maior, melhor
IE7.3	Índice da capacidade em gestão de contratações - iGestContrat	57%	71,20%	Quanto maior, melhor
IE7.4	Índice de maturidade no IA-CM	6,66%	6,66%	Quanto maior, melhor
IE7.5	Índice de <i>compliance</i>	N/M	N/M	Quanto maior, melhor
IE7.6	Índice de maturidade de integridade - IGG/TCU	N/A	N/A	Quanto maior, melhor
IE7.10	Índice de atendimento digital para o cadastro eleitoral	30%	19,06%	Quanto maior, melhor
IE7.14	Índice de implementação do Programa de Gestão Documental	20%	29,20%	Quanto maior, melhor
IE8.1	Índice de governança de pessoas (iGovPessoas)	59%	66,80%	Quanto maior, melhor
IE8.4	Índice de satisfação com a qualidade de vida no trabalho	55%	81%	Quanto maior, melhor
IE8.5	Índice de capacitação jurídica de magistrados	72%	39%	Quanto maior, melhor
IE9.2	Índice de perdas orçamentárias	4,5%	1,27%	Quanto menor, melhor
IE9.3	Índice de inscrição em restos a pagar	4,5%	16,60%	Quanto menor, melhor
IE10.1	Índice de execução das iniciativas de segurança da informação e proteção de dados constantes do PDTIC 2021-2026	80%	82%	Quanto maior, melhor
IE10.2	Índice de execução do PDTIC 2021-2026	80%	87,32%	Quanto maior, melhor

Figura 35: Indicadores Estratégicos

Índice de cumprimento das metas

A execução da estratégia da Justiça Eleitoral goiana é medida por 37 indicadores, definidos no planejamento estratégico institucional, sendo que 83,78% (31 indicadores) foram efetivamente medidos no ano de 2023.

Dentre os indicadores com medições realizadas, 80,6% (25 indicadores) atingiram as metas estabelecidas e 19,3% (6 indicadores) não alcançaram os resultados esperados.



Ao comparar o desempenho alcançado no exercício de 2023 com anos anteriores, fica evidenciada a capacidade de evolução da instituição. Ao mesmo tempo em que executa sua estratégia de forma consistente, mantém o compromisso de entregar um melhor valor público e superar as expectativas das partes interessadas.

Indicadores de desempenho da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

A Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o período de 2021 a 2026 foi oficializada por meio da Resolução CNJ 325/2020 e inclui indicadores de desempenho como parte integrante. Esses instrumentos têm como propósito guiar a instituição na execução de grandes tarefas definidas e fornecer uma visão abrangente do desempenho judiciário ao longo dos anos em que a estratégia estiver em vigor.

Compete às autoridades pertinentes acompanharem os objetivos, metas, indicadores e iniciativas estabelecidos neste documento, nos planos estratégicos das entidades judiciárias e dos setores da Justiça.

Nesse contexto, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) é encarregado de avaliar o desempenho dos indicadores a seguir:

Macrodesafio: Garantir os Direitos Fundamentais

IAJ - Índice de acesso à justiça

▶ **Resultado:** Medido pelo CNJ

Macrodesafio: Fortalecer a Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

Pesquisa de avaliação do Poder Judiciário

▶ **Resultado:** Medido pelo CNJ

Índice de transparência

▶ **Resultado:** (2022) 97,9%; (2023) 96,8%

IAD - Índice de atendimento à demanda

▶ **Resultado:** (2022) 1º grau: 142%; 2º grau: 68%; (2023) 1º grau: 247%; 2º grau: 335,42%

Macrodesafio: Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional

Tempo de tramitação dos processos pendentes líquidos (Alterado pela Resolução CNJ nº 463/2022)

▶ **Resultado:** (2022) 1º grau: 223 dias; 2º grau: 155 dias; (2023) 1º grau: 381 dias; 2º grau: 375 dias

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

- Índice de desempenho dos órgãos no prêmio CNJ de qualidade nos eixos “Governança” e “Qualidade da Informação”
 - ▶ Resultado: (2022) Governança 59,58% e Qualidade da Informação 85,37%

Macrodesafio: Promover a Sustentabilidade

- Índice de desempenho de sustentabilidade - IDS
 - ▶ Resultado: (2022) 39,4%; (2023) 65%

Macrodesafio: Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

- Índice de prescrição
 - ▶ Resultado: (2022) 1º grau: 0,96; 2º grau: 0; (2023) 1º grau: 0%; 2º grau: 0%
- TpCpICE - Tempo médio dos processos pendentes de improbidade, corrupção e crimes eleitorais
 - ▶ Resultado: (2022) 1º grau: 334,71 dias; 2º grau: 264,46 dias; (2023) 1º grau: 213 dias; 2º grau: (não houve tramitação de processo dentro da classe)
- Índice de processos administrativos disciplinares baixados (Alterado pela Resolução CNJ nº 463/2022)
 - ▶ Resultado: 100%; (2023) 33,33%

Macrodesafio: Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

- IGovTIC-JUD
 - ▶ Resultado: (2022) 72,42%; (2023) 85%
- Percentual de casos eletrônicos sobre o acervo total
 - ▶ Resultado: Não Medido

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

- Índice de absenteísmo-doença
 - ▶ Resultado: (2022) 2,31%; (2023) 2,15%
- PRQV - percentual da força de trabalho total participante de ações de qualidade de vida no trabalho
 - ▶ Resultado: (2022) 100%; (2023) 100%
- Índice de capacitação de magistrados
 - ▶ Resultado: (2022) 47%; (2023) 39%
- Índice de capacitação de servidores
 - ▶ Resultado: (2022) 56,1%; (2023) 51%

Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

- IDOB - Índice de dotações para despesas obrigatórias
 - ▶ Resultado: (2022) 74,2%; (2023) 75,59%
- IEDD - Índice de execução das dotações para despesas discricionárias
 - ▶ Resultado: (2022) 98%; (2023) 97,42%
- IEP - Índice de execução das dotações para projetos
 - ▶ Resultado: Não medido



Acesse mais detalhes sobre metas e métricas no Glossário dos indicadores de desempenho do CNJ. Acompanhe a evolução do desempenho do órgão no painel de indicadores de desempenho do CNJ. Monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026

Indicadores de Governança

Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - IGG

Desde 2007, o Tribunal de Contas da União (TCU) realiza o levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública (iGG). A última ocasião em que esse levantamento ocorreu foi em 2021. O TCU tem se dedicado a coletar informações sobre a situação da governança na Administração Pública Federal, com o objetivo de incentivar as organizações sob sua jurisdição a adotar as melhores práticas nessa área.

As questões relativas ao iGG estão agrupadas nos seguintes temas:

- ▶ Governança Pública Organizacional;
- ▶ Governança e Gestão de Pessoas;
- ▶ Governança e Gestão de Segurança e Tecnologia da informação;
- ▶ Governança e Gestão de Contratações
- ▶ Governança e Gestão Orçamentária.

O levantamento de 2023 foi conduzido por meio de um questionário de autoavaliação fornecido pelo TCU, uma vez que apenas em 2024 será realizado um novo ciclo de levantamento patrocinado pela instituição, apresentando o seguinte desempenho:

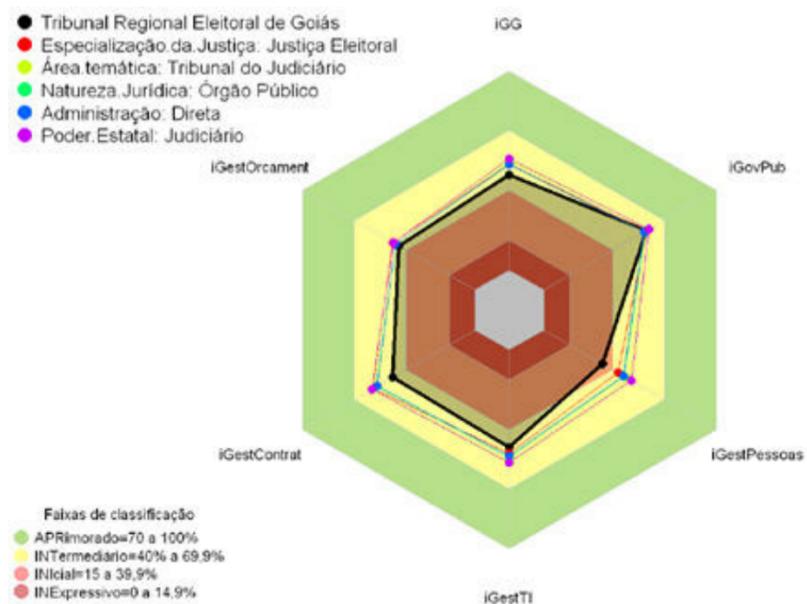


Figura 38: Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - IGG

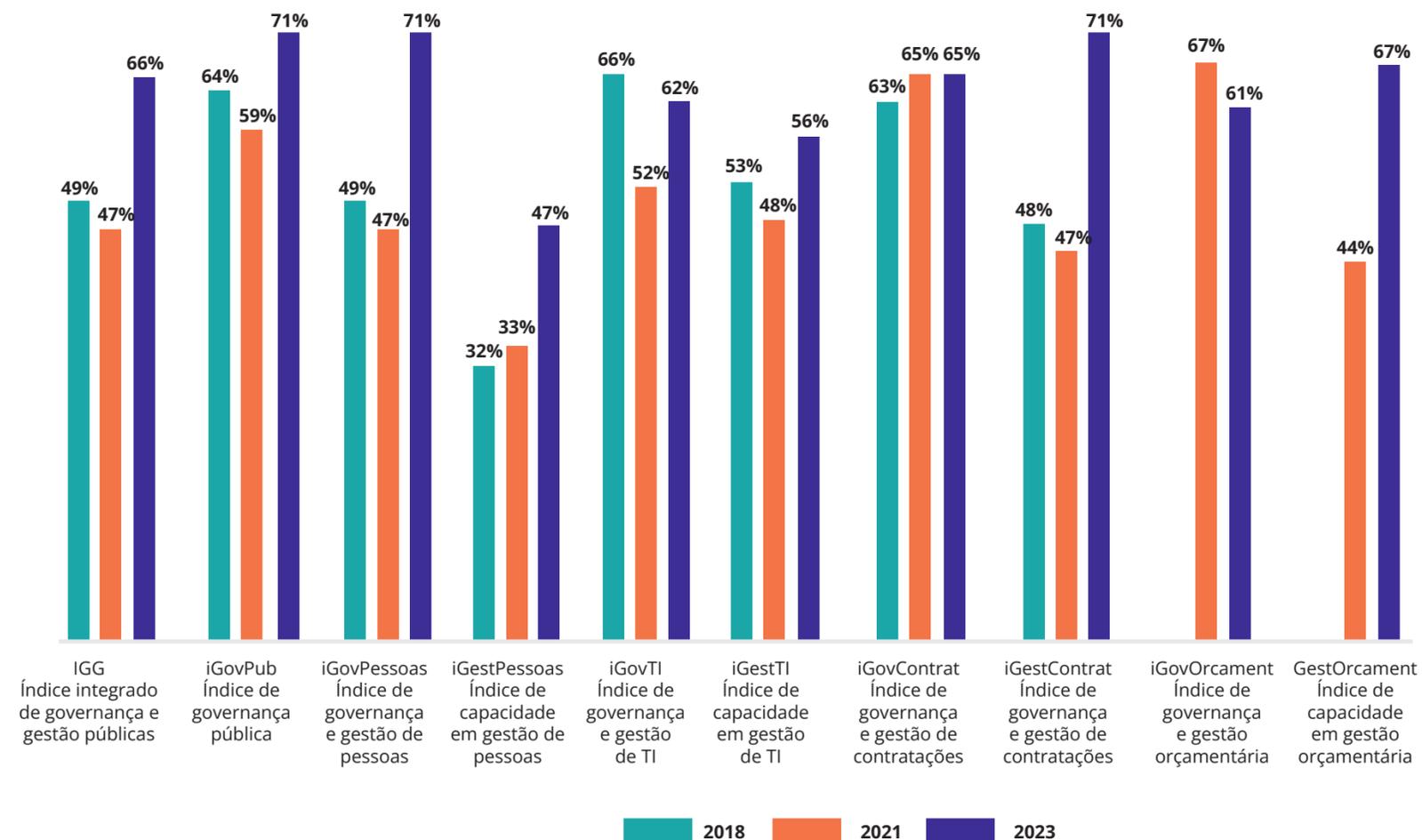


Figura 39: Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do TCU

Índice de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário - iGovTI-C-JUD

Em 2023, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás manteve o nível “aprimorado” no questionário iGovTI-C-JUD de 2023, aplicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com pontuação de 84,55%. Com esse resultado, o TRE goiano se apresenta como 9º no Ranking de Excelência entre os Regionais Eleitorais de porte médio e o 63º no Ranking Geral do Judiciário. O levantamento conta com a participação de 93 órgãos que são classificados de acordo com as notas obtidas entre os níveis de maturidade “baixo”, “satisfatório”, “aprimorado” e “excelência”.

O iGovTI-C-JUD é um diagnóstico anual para medição do nível de cumprimento das Diretrizes Estratégicas de Nivelamento Especificadas e, conseqüentemente, da evolução dos viabilizadores da Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do Poder Judiciário. Esse diagnóstico é aplicado desde 2016 e está também previsto na [Resolução CNJ nº 370/2021](#), que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (ENTIC-JUD) para o período de 2021/2026.

A partir dos resultados coletados, é mensurado o grau de maturidade atingido por cada tribunal. Esses dados são publicados pelo CNJ, em painel específico ([iGovTI-C-JUD – Resultado Geral](#)), que apresenta a situação de cada órgão.

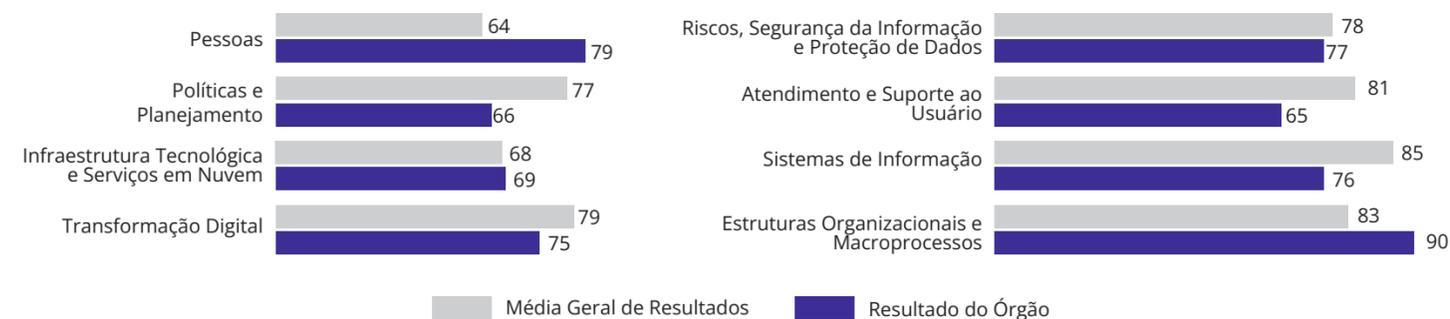


Figura 40: iGovTI-C-JUD

Avaliações de Órgãos de Controle

Ranking da Transparência

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás vem demonstrando seu compromisso com a transparência ao longo dos últimos anos, conquistando, em 2023, o 14º lugar no Ranking de Transparência no seguimento Eleitoral, promovido pelo CNJ, atendendo a 96,79% dos requisitos exigidos pelo Conselho.

Ranking da Transparência CNJ

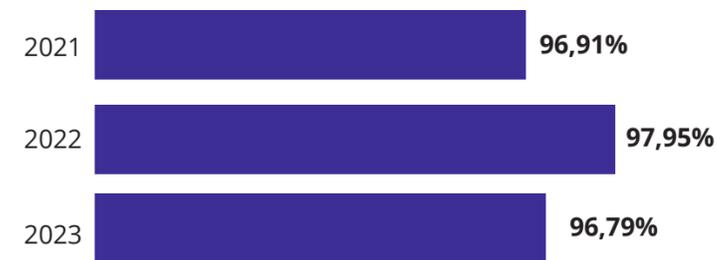


Figura 41: Ranking da Transparência CNJ

Prêmio CNJ de Qualidade

Em 2023, o TRE-GO foi agraciado com a categoria “Prata” no Prêmio CNJ de Qualidade, alcançando a certificação da premiação com a mais alta pontuação (86,50%) obtida até então pelo órgão.

O resultado alcançado reflete o compromisso do Regional em prestar um serviço de qualidade, primando pela busca da excelência na gestão e no planejamento, traduzida, especialmente, na sistematização e disseminação das informações e no incremento da eficiência da prestação jurisdicional.

Prêmio CNJ de Qualidade



Figura 42: Prêmio CNJ de Qualidade

Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

O rol de medidas apresentadas a seguir representa as principais ações no sentido de se alcançar o aprimoramento da capacidade da Alta Administração, da gestão dos riscos da organização e assegurar a continuidade do negócio, o planejamento das eleições, promover a transparência, a prestação de contas, a gestão da aquisição de bens e contratação de serviços, a governança e gestão de TI e a gestão de pessoas.

- ▶ Revisão do Plano de Logística Sustentável;
- ▶ Revisão da metodologia de mapeamento de riscos, com a adoção de sistema informatizado de gerenciamento de riscos;
- ▶ Elaboração do Plano de Continuidade do Negócio;
- ▶ Reforçar as ações definidas no Programa de Integridade e Compliance;
- ▶ Priorizar o mapeamento dos processos críticos definidos na Cadeia de Valor;
- ▶ Revisão do modelo de Governança.

O desempenho obtido no levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Pública do TCU (figura 39) comprova que os esforços empreendidos até o momento estão conduzindo o órgão a um nível de aprimoramento em sua governança e gestão estratégica. Esse resultado é promissor, indicando que a instituição está no caminho certo para fortalecer suas práticas de gestão e tomar decisões estratégicas mais eficazes.

Eleições Suplementares 2023

Foram realizadas em 2023, no estado de Goiás, quatro Eleições Suplementares para os cargos de prefeito e vice-prefeito nos municípios de Iaciara, Cachoeira Alta, São Simão e Bom Jardim de Goiás. Resoluções específicas foram editadas para a instrução de cada eleição.

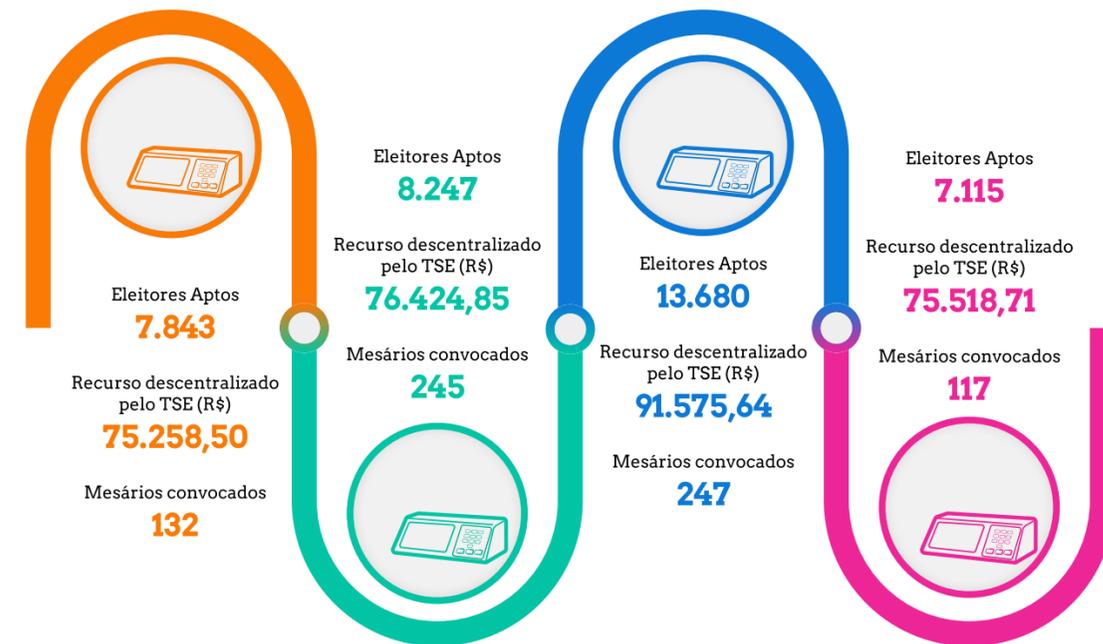


Figura 43: Eleições Suplementares



Eleição suplementar é a “realização de novas eleições” que ocorre quando “os votos das seções anuladas e daqueles cujos eleitores foram impedidos de votar” puderem alterar resultado de votação regular, nos termos dos artigos 187 e 201 da Lei nº 4.735/1965, Código Eleitoral.

Registra-se ainda que, no ano de 2023, foi determinada a realização de Eleição Suplementar para prefeito e vice-prefeito no município de Turvelândia ([Resolução TRE-GO nº 388/2023](#)), porém no período de preparação para o pleito, que estava designado para ocorrer no dia 06/08/2023, o Tribunal Superior Eleitoral suspendeu a sua realização.

Eleições dos Conselhos Tutelares em 2023

Foram realizadas em 1º de outubro de 2023 as eleições para os conselhos tutelares em todo o estado de Goiás. O pleito comunitário, de responsabilidade dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, sob fiscalização do Ministério Público, foi apoiado pela Justiça Eleitoral goiana com o empréstimo e a preparação de urnas eletrônicas, treinamento das pessoas para trabalhar nas seções eleitorais como suporte ao voto informatizado, definição dos locais de votação e cessão das listas de eleitores.

Para organizar os trabalhos para as eleições dos Conselhos, foi editada a [Resolução TRE-GO nº 385/2023](#).



Figura 44: Eleições dos Conselhos Tutelares

As 15.521 seções eleitorais que havia no estado à época foram agregadas em 2.972 seções para os conselhos. Foram preparadas 3.574 urnas eletrônicas, sendo 602 de contingência, distribuídas em 213 municípios goianos. Também foi disponibilizado na internet pelo Tribunal um sistema de consulta dos locais de votação.

Nos municípios com mais de cinquenta mil eleitores, foi desenvolvido um sistema próprio de totalização, beneficiando 17 municípios e 27 conselhos.

Ao final das eleições, foi contabilizada pelas equipes técnicas dos conselhos a substituição de 11 urnas eletrônicas, sendo três na capital e oito no interior.

Principais medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

A lista de medidas que se segue destaca as principais ações para melhorar as capacidades da Alta Administração, gerir os riscos da organização e garantir a continuidade dos negócios, planejar as eleições, fomentar a transparência, a responsabilização, a aquisição de bens e a contratação de serviços, a governança e gestão de TI e a gestão de recursos humanos.

- ▶ Aprovação da nova Cadeia de Valor do TRE-GO;
- ▶ Instituição da política de Integridade e Compliance (Resolução TRE-GO nº 361/2022);
- ▶ Capacitação com o curso “ISO 37001 e ISO 37301: Gestão de Compliance e Antissuborno - Interpretação e Implementação”;
- ▶ Aprovação da nova Política de Avaliação de Desempenho;
- ▶ Aprovação do Programa de Desenvolvimento Gerencial; Capacitação de gestores e substitutos;
- ▶ Elaboração da Política de Sucessão;
- ▶ Implantação do Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Sistemas, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, focado na prestação jurisdicional eleitoral;
- ▶ Implementação e utilização da Lei nº 14.133/2021 - Nova Lei de Licitações;
- ▶ Proteção do ambiente computacional contra ameaças cibernéticas;
- ▶ Promoção da conscientização dos servidores quanto ao tema sustentabilidade de forma a incorporar tais práticas na cultura organizacional.

Principais ações de supervisão, controle e correição adotadas

A permanente supervisão, orientação e fiscalização da regularidade das atividades cartorárias prestadas pelas zonas eleitorais é missão primordial da Corregedoria Regional Eleitoral de Goiás. O monitoramento dessas unidades proporciona um diagnóstico mais preciso sobre a realidade local e permite cumprir medidas de saneamento contra eventuais irregularidades identificadas na ordem de tramitação processual e administrativa, reconhecer e expandir iniciativas e processos de trabalhos que se destacam como boas práticas, bem como orientar e instruir as unidades eleitorais para adequar eventuais irregularidades verificadas aos normativos regulamentares, dedicando-se de forma contínua à melhoria dos serviços prestados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás como um todo.

Nesse sentido, salienta-se o Provimento da Corregedoria-Geral Eleitoral nº 2/2023, que em seu artigo 1º e respectivos incisos indica que os procedimentos de natureza correicional têm o fim de “aferir a qualidade, a regularidade e a eficiência das atividades cartorárias, de prevenir a ocorrência de falhas e de promover a melhoria contínua dos processos de trabalho da Justiça Eleitoral, e para a utilização do Sistema de Inspeções e Correições da Justiça Eleitoral (SinCo)”.

Na mesma linha, o Provimento desta Corregedoria Regional Eleitoral de Goiás nº 10/2022 estabelece que durante as inspeções de ciclo, “a autoridade judiciária responsável, ou ainda a comissão por ela designada, examinará a regularidade dos serviços prestados pela Zona Eleitoral segundo as categorias e quesitos constantes do Sistema de Inspeções e Correições SinCo, podendo, além de outras providências que entender necessárias, verificar quaisquer outros serviços oferecidos”.

De acordo com o artigo 24 do Provimento VPCRE/GO nº 10/2022, que atualmente está em processo de adequação aos ditames do Provimento CGE nº 2/2023, todas as zonas eleitorais sob a jurisdição do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás passarão por inspeção de ciclo pelo menos uma vez a cada cinco anos – salvo em decorrência de situações excepcionais devidamente justificadas –, de modo que pelo menos 50% delas sejam inspecionadas presencialmente (art. 25, parágrafo único).

O Provimento CGE citado (art. 34, inciso III), dispõe que o ciclo de inspeções abrangerá um percentual mínimo de 35% das unidades a cada biênio – exceto em anos eleitorais, quando a Corregedoria Regional fixará a quantidade por ato próprio (Provimento CGE, art. 35 e Provimento CRE, art. 25, caput). Outrossim, a seleção das unidades a serem inspecionadas deve ser conduzida segundo critérios de tempo e oportunidade, estudos estatísticos e demais informações disponíveis (Provimento CRE, art. 26, § 2º), observando a disponibilidade de recursos humanos na Corregedoria.

É importante destacar que ao longo do ano de 2023, diante das medidas sanitárias restritivas adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça, pelo Tribunal Superior Eleitoral e por este Tribunal Regional Eleitoral de Goiás nos anos

anteriores, ante as medidas adotadas com o propósito de evitar a propagação do novo coronavírus, buscou-se reduzir os efeitos deletérios decorrentes da pandemia que afetaram substancialmente o desempenho das atividades correcionais nas unidades de 1º grau.

Diversas providências foram determinadas aos Juízes Eleitorais no sentido de sanar as inconsistências detectadas. De igual modo, foram definidas medidas a serem adotadas visando garantir a celeridade dos julgamentos em primeira instância, com o estabelecimento de prazos a feitos administrativos e judiciais, e ainda à redução da taxa de congestionamento de processos.

Por outro lado, em dezembro de 2023, foi aprovado o Plano Anual de Inspeções de Ciclo 2024, prevendo a realização de 12 inspeções.

Salienta-se que o critério para a escolha das zonas eleitorais a serem inspecionadas é a priorização daquelas não vistoriadas nos últimos cinco anos e as que apresentem maior taxa de congestionamento de processos.

Segue abaixo quadro descritivo das inspeções realizadas ao longo do ano de 2023:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Inspeções de Ciclo realizadas de forma virtual	18
Inspeções de Ciclo realizadas de forma presencial	19
Autoinspeções iniciais realizadas	53
Autoinspeções anuais realizadas	92
Total de ações realizadas	182

▶ Não foi realizada nenhuma correção de natureza extraordinária durante o ano de 2023.

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário

Ainda no exercício da função correcional, destaca-se que foram autuados dois novos procedimentos administrativos de natureza disciplinar no período de referência, PJeCOR Sind 0000042-89.2023.2.00.0609 (Sindicância Acusatória) e Sind 0000043-74.2021.2.00.0609 (Sindicância Acusatória), as duas ainda em trâmite.

Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por danos ao erário

▶ No exercício de 2023, é importante destacar que não foi autuado nenhum procedimento administrativo de natureza disciplinar no período de referência.

Auditoria Interna

A Secretaria de Auditoria Interna do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO) segue as Diretrizes Técnicas para a Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário, conforme estabelecido na [Resolução CNJ nº 309](#).

Além disso, ela obedece ao Regulamento Interno, definido na [Resolução TRE-GO nº 275/2017](#), que foi atualizado posteriormente pela [Resolução TRE-GO nº 349/2021](#). Essas diretrizes explicam os princípios, conceitos e requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna no âmbito do Poder Judiciário. A Secretaria também criou um Código de Ética, conforme a [Resolução TRE nº 332/2020](#), que orienta a conduta dos servidores da unidade de Auditoria Interna.

As atividades da unidade têm como objetivo agregar valor público aos procedimentos realizados por todas as unidades do Regional. Além disso, a unidade garante a conformidade com os preceitos legais e atua como terceira linha de possíveis desvios das normas legais. Vale ressaltar que sua participação direta na gestão é vedada, a fim de evitar qualquer forma de cogestão.

Índice de execução do Plano Anual de Auditoria 2023

O Plano Anual de Auditoria 2023, aprovado em dezembro de 2022 (SEI nº 23.0.00008816-1) e revisado em setembro de 2023, apresentou, dentro dos macroprocessos auditáveis, as seguintes auditorias:

▶ Auditoria Integrada em Gestão Patrimonial

Período: abril a agosto de 2023

Cronograma: definido pelo TSE

Responsável: Seção de Auditoria de Regularidade – SAURE

Acompanhamento: SEI nº 21.0.000005310-4

Resultado: cinco achados e treze recomendações

▶ Auditoria coordenada do CNJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br

Período: abril a junho de 2023

Cronograma: estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Responsável: Seção de Auditoria de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos– SAUGC

Acompanhamento: SEI 23.0.000005690-1

Resultado: um achado e uma recomendação

▶ Ação Coordenada de Auditoria, com escopo na Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário

Período: maio a agosto de 2023

Cronograma: estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Responsáveis: Seção de Auditoria de Pessoal – SAUPE e Seção de Auditoria de Regularidade – SAURE

Acompanhamento: SEI 23.0.000008816-1

Resultado: dez achados e dez recomendações

▶ Auditoria Financeira integrada com Conformidade

Período: junho de 2023 a março de 2024

Cronograma: estabelecido pelo TRE-GO atendendo às diretrizes da Instrução Normativa TCU nº 84/2020

Responsáveis: Seção de Auditoria de Pessoal – SAUPE, Seção de Auditoria de Regularidade – SAURE e Seção de Auditoria de Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos– SAUGC

Acompanhamento: SEI 23.0.000009292-4

Resultado: Certificado da Prestação de Contas do Exercício de 2023, sem ressalvas, em face da regularidade das contas do TRE-GO

Demais avaliações e atividades

▶ a) Avaliação de Atos de Pessoal

Responsável: Seção de Auditoria de Pessoal – SAUPE

Período: janeiro a dezembro de 2023

▶ b) Avaliação de Diárias

Responsável: Seção de Auditoria Pessoal – SAUPE

Período: janeiro a dezembro de 2023

▶ c) Fiscalização de autorização de acesso a informações relativas ao IRPF

Responsável: Seção de Auditoria Pessoal – SAUPE

Período: janeiro a dezembro de 2023

Trabalhos complementares que documentam as atividades realizadas pela Secretaria de Auditoria Interna:

▶ Elaboração de Plano Anual de Auditoria 2024 SAUD

Responsável: Secretaria de Auditoria Interna

Período: novembro 2023

▶ Revisão de Plano Anual de Auditoria 2023 SAUD

Responsável: Secretaria de Auditoria Interna

Período: setembro 2023

▶ Elaboração de Certificado de Auditoria Contendo o Parecer do Órgão de Controle Interno e Relatório da Auditoria Financeira Integrada com Conformidade sob a responsabilidade da auditoria interna que deve ser enviado ao TCU e publicado na Internet

Período: Anualmente, em março

Responsável: Secretaria de Auditoria Interna
Relatório Anual de Atividades RAINT

▶ Elaboração do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT relativo ao exercício 2023

Responsável: Secretaria de Auditoria Interna

Período: Anualmente, em julho

▶ Elaboração do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP relativo ao exercício 2023 - 2026

Responsável: Secretaria de Auditoria Interna

Período: 30 de novembro de cada quadriênio

Em 2023, foram realizadas quatro auditorias. Uma delas foi a Auditoria Financeira integrada com Conformidade, que emite opinião sobre a regularidade das contas. Nas outras três auditorias, identificamos 16 achados, os quais resultaram em 24 recomendações no total.

Achados de Auditoria

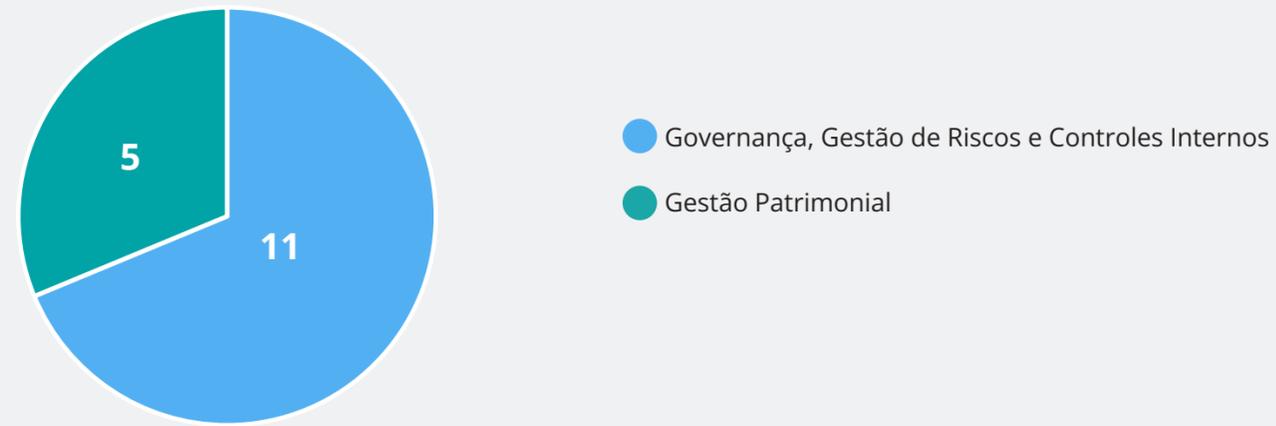


Figura 45: Achados de Auditoria

Situação das recomendações de auditoria até dezembro de 2023

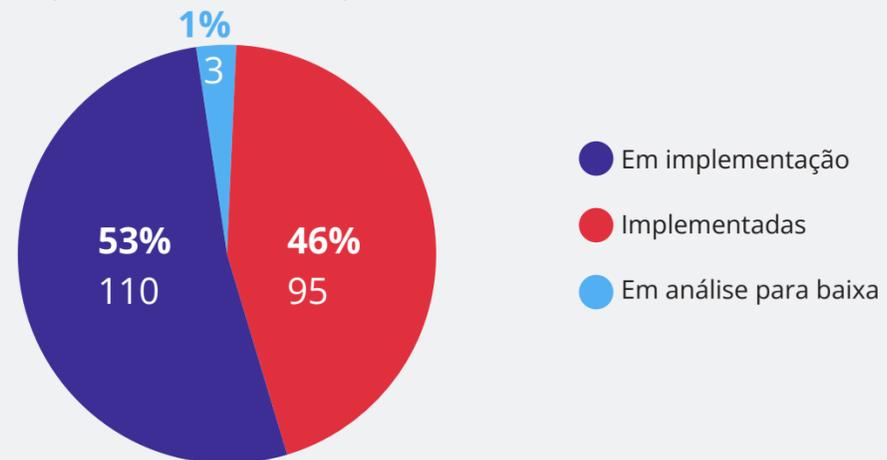
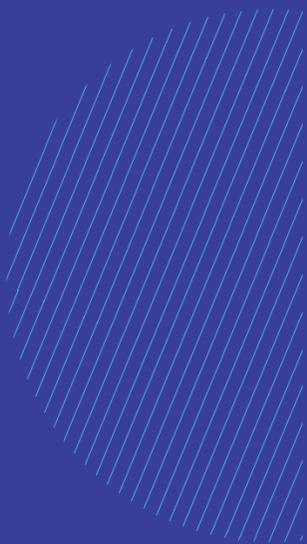


Figura 46: Situação das recomendações de auditoria até dezembro de 2023

3.1

Gestão
orçamentária
e financeira



Perfil dos gastos

A dotação orçamentária ordinária inicial autorizada para o TRE-GO na [Lei Orçamentária Anual nº 14.535, de 17 de janeiro de 2023](#), foi de **R\$ 223.116.144,00**, à qual se somaram créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, no valor líquido de **R\$ 22.538.590,00**, totalizando o montante de **R\$ 245.654.734,00**.

Foi descentralizado ainda pelo Tribunal Superior Eleitoral o valor de **R\$ 2.774.970,90**, sendo:

- **R\$ 221.852,00** para “Manutenção Preventiva de Urnas Eletrônicas”;
- **R\$ 419.858,68**, para “Eleições Suplementares”;
- **R\$ 163.945,00** para “Segurança da Informação”;
- **R\$ 1.956.972,00** para as ações de “Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor”

outros Regionais.

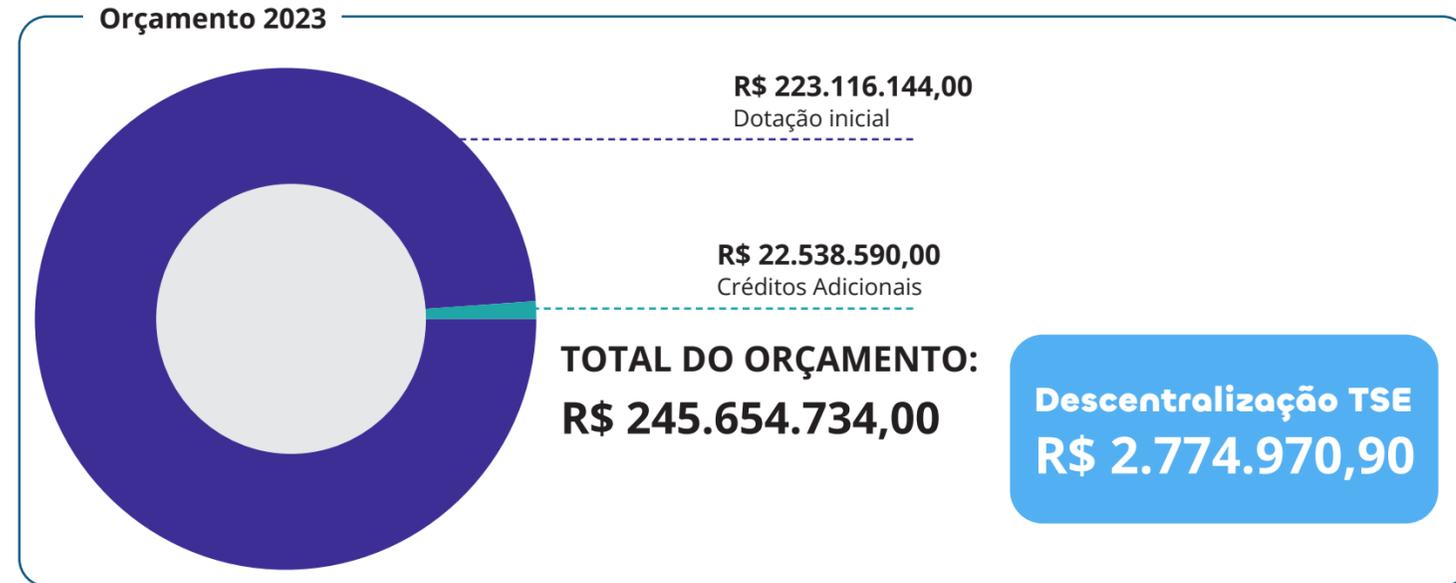


Figura 47: Orçamento 2023

Com o objetivo de promover maior transparência e eficiência na gestão orçamentária e financeira, o Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, em seu Planejamento Estratégico, previu o monitoramento dos seguintes indicadores orçamentários:

Perdas Orçamentárias:

mede o percentual do orçamento não executado em relação ao autorizado;

Inscrição em Restos a Pagar:

mede o percentual do orçamento que foi empenhado e não foi pago até o final o exercício.

A partir do exercício 2022, os indicadores são calculados para as despesas discricionárias, obrigatórias e de pleitos eleitorais (OCC e Pessoal).

Dotação por Identificador de Resultado Primário

Com o intuito de esclarecer e proporcionar uma visualização mais detalhada do orçamento, cabe diferenciar as classificações da despesa:

- **Despesas Obrigatórias:** são aquelas em que há pouca margem para decisão do gestor, tais como folha de pagamento ao pessoal ativo, inativo e pensionistas, benefícios como auxílio-transporte, auxílio-creche, assistência médico-odontológica, auxílio-alimentação, auxílio-natalidade e funeral;
- **Despesas Financeiras:** referem-se ao dispêndio com contribuição patronal da União sobre a folha de pagamento de servidores ativos;
- **Despesas Discricionárias:** consistem em despesas cuja execução está sujeita à avaliação de conveniência e oportunidade pelo gestor, de acordo com o seu planejamento e sua estratégia administrativa.

ITEM	MOVIMENTO LÍQUIDO - R\$			VALOR (R\$)
	FINANCEIRO	PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	
DOTAÇÃO INICIAL	21.410.467,00	166.870.534,00	34.835.143,00	223.116.144,00
DOTAÇÃO SUPLEMENTAR	219.812,00	18.972.778,00	911.000,00	20.103.590,00
DOTAÇÃO ESPECIAL			2.435.000,00	2.435.000,00
DOTAÇÃO ATUALIZADA	21.630.279,00	185.843.312,00	38.181.143,00	245.654.734,00

Além da dotação ordinária, observou-se no exercício 2023 o recebimento de Provisão de Crédito do Tribunal Superior Eleitoral para realização de Eleições Suplementares, Política de Segurança da Informação e Automação de Identificação do Eleitor:

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 4269 - PLEITOS ELEITORAIS	
Grupo da Despesa	Valor R\$
1 - Pessoal	313.618,24
3 - Outras Despesas Correntes	328.092,44
Soma	641.710,68

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 21EE - GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E CIBERNÉTICA	
Grupo da Despesa	Valor R\$
3 - Outras Despesas Correntes	163.945,00

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA 7832 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR	
Grupo da Despesa	Valor R\$
3 - Outras Despesas Correntes	1.956.972,00

Quanto ao limite de pagamento anual, estabelecido pela [Emenda Constitucional nº 95/2016](#) como forma de limitar o gasto público, o Tribunal Superior Eleitoral o atualiza periodicamente no âmbito da Justiça Eleitoral para garantir uma melhor execução financeira no órgão.

O limite final em 2023, definido na [Portaria TSE Nº 1006 de 27/12/2023](#), de **R\$ 220.793.393,00**, foi considerado satisfatório, analisando-se os valores autorizados e pagos:

RESULTADO LEI	LIMITE DE PAGAMENTO	DESPESAS PAGAS	% PAGAS
	Portaria TSE Nº 1006, de 27/12/23	Mov. Líquido - R\$	
1 PRIMÁRIO OBRIGATÓRIO	187.158.250,00	180.907.675,12	96,7%
2 PRIMÁRIO DISCRICIONÁRIO	33.635.143,00	30.593.893,22	91,0%
Total	220.793.393,00	211.501.568,34	95,8%

Observa-se que não entram no cômputo do limite de pagamento as despesas do tipo “0 – Financeiras” relativas ao recolhimento de contribuição patronal para o regime próprio de previdência dos servidores públicos federais – CPSSS. O total recolhido em 2023 foi de R\$ 21.330.423,00.

Evolução da execução orçamentária por grupo de despesa

Em 2023, o total dos gastos de Custeio, que representa a manutenção ordinária do órgão, experimentou incremento em relação aos períodos de comparação, em decorrência, sobretudo, das despesas de reformas de cartórios e apoio administrativo.

As despesas de Investimento foram menores em relação a 2022, em razão de recebimento de orçamento destinado à aquisição de equipamentos relacionados à Segurança da Informação naquele exercício.

Para atender à finalidade de comparação das despesas ao longo dos últimos quatro exercícios, foram considerados os valores empenhados em ordem decrescente, visto que a ocorrência de valores inscritos em Restos a Pagar poderia gerar uma distorção na visualização da comparação, se calculados sobre valores pagos.

Grupo Despesa: 3: Outras Despesas Correntes

DESPESA AGREGADA	2023 DESPESAS EMPENHADAS	2022 DESPESAS EMPENHADAS	2021 DESPESAS EMPENHADAS	2020 DESPESAS EMPENHADAS
APOIO ADMIN. TÉCNICO E OPERACIONAL	7.671.518,44	5.317.350,74	4.512.404,15	3.329.691,21
MANUTENÇÃO PREDIAL	3.285.020,21	1.378.094,66	1.425.909,34	1.673.850,21
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.295.283,99	2.190.205,72	1.982.562,87	2.001.824,95
COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	2.036.508,27	1.592.459,17	1.373.969,12	1.876.555,51
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.675.889,65	1.612.023,81	1.378.663,88	1.263.895,62
REFORMA ANEXO II ED SEDE TRE-GO	1.315.000,00			
CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS - PAC - TRE-GO	1.272.500,00	699.999,99	1.838.174,52	391.985,78
APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE	1.209.482,82	1.504.952,49	819.778,56	1.925.601,13
TIC	1.209.482,82	1.504.952,49	819.778,56	1.925.601,13
ESTAGIÁRIOS	1.152.479,50	1.419.771,84	852.213,76	1.389.250,50
ENERGIA ELÉTRICA	1.121.163,80	1.117.481,75	1.217.036,68	1.229.128,73
REFORMA CARTÓRIO GOIÂNIA-GO	1.112.571,24			
MAT. DE CONSUMO MÉDICOS E ODONT.	681.458,96	510.000,08	503.054,29	462.992,49
MAT. DE CONSUMO P/SERV. AUXILIARES	584.475,34	781.344,17	405.639,44	487.822,13
CONDOMÍNIOS	583.366,76	569.177,08	515.672,60	383.166,46
SEM INFORMAÇÃO	573.480,35	154.984,82		
REF. CART. ELEITORAL SÃO DOMINGOS-GO	550.000,00			
DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO SERVIDORES JE	497.384,76	308.188,05	111.970,87	380.091,19
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	292.358,87	651.336,30	1.271.393,27	1.280.588,80
MANUTENÇÃO E SUSTENTAÇÃO DE SOFTWARE	291.556,73	549.066,76	219.551,00	611.746,34
ÁGUA E ESGOTO	244.212,28	264.558,78	180.578,94	143.510,13
VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	216.631,73	180.472,63	158.928,00	133.717,72
TELEFONIA FIXA	186.608,24	313.068,21	257.297,87	379.668,97
SERVIÇOS JUDICIÁRIOS	163.470,43	95.316,01	210.115,05	52.798,58
CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS -	121.266,93	53.389,52	40.485,41	45.243,52
TIC	131.566,00			
SEGUROS	121.266,93	53.389,52	40.485,41	45.243,52
PASSAGENS E LOCOMOÇÃO SERVIDORES	113.039,18	159.485,60	9.652,76	26.189,92
OUTRAS DESPESAS	843.903,09	4.405.201,84	3.225.327,24	1.774.379,01
Total	30.222.197,57	25.827.930,02	22.510.379,62	21.243.698,90

Grupo Despesa: 4: Investimentos

DESPESA AGREGADA	2023 DESPESAS EMPENHADAS	2022 DESPESAS EMPENHADAS	2021 DESPESAS EMPENHADAS	2020 DESPESAS EMPENHADAS
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	3.324.934,37	773.459,03	909.203,51	433.387,58
EQUIPAMENTOS DE TEC DA INFORM E COMUNICAÇÃO	1.165.580,00	2.824.200,00	33.075,00	3.226.831,56
MÓVEIS	547.493,00	322.450,48	155.200,00	5.000,00
AQUISIÇÃO E DESENV. SOFTWARE - SEG. INFORM.		3.072.796,00		
AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE		111.285,64	1.381.486,27	146.435,79
SUBSTITUIÇÃO SIST CLIMAT ED ANEXO I - TRE-GO				1.405.239,37
MODERNIZAÇÃO ELEVADORES ANEX I ED.SEDE-TRE-GO				298.500,00
EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS			4.047,58	5.646,00
VEÍCULOS			1.162.006,00	
Total	5.038.007,37	7.104.191,15	3.645.018,36	5.521.040,30

Grupo Despesa: 5: Inversões Financeiras

DESPESA AGREGADA	2023 DESPESAS EMPENHADAS
AQUISIÇÃO IMÓVEL ED. ANEXO TRE-GO	2.435.000,00
Total	2.435.000,00

Adicionalmente, segue o quadro-resumo alusivo à execução das Provisões Recebidas, inclusive àquelas relacionadas às Eleições Suplementares realizadas no longo do exercício de 2023.

Plano Orçamentário	PTRES	DESPESA AGREGADA	Grupo Despesa	PROVISÃO RECEBIDA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	CRÉDITO DISPONÍVEL		
		SEM INFORMAÇÃO	1	37.105,15	0,00	0,00	37.105,15		
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR EM BOM JARDIM DE GOIÁS-GO	1	60.677,15	60.677,15		0,00		
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR EM CACHOEIRA ALTA - GO	1	62.808,97	62.808,97	62.808,97	0,00		
4269	PLEITOS ELEITORAIS - DESPESAS DIVERSAS	14101 TSE	167850	ELEIÇÃO SUPLEMENTAR IACIARA-GO	1	61.902,16	61.902,16	61.902,16	0,00
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR SÃO SIMÃO - GO	1	73.125,00	73.125,00	73.125,00	0,00		
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR EM TURVELÂNDIA - GO	1	17.999,81	17.999,81	17.999,81	0,00		
		SEM INFORMAÇÃO	3	306,93	0,00	0,00	306,93		
4269	ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO	14101 TSE	167869	MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE URNAS ELET - SIT VOT	3	221.545,07	221.545,07	221.545,07	0,00
		SEM INFORMAÇÃO	3	46.206,02	0,00	0,00	46.206,02		
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR EM BOM JARDIM DE GOIÁS-GO	3	14.841,56	14.841,56	14.841,56	0,00		
4269	ELEIÇÕES SUPLEMENTARES	14101 TSE	167871	ELEIÇÃO SUPLEMENTAR EM CACHOEIRA ALTA - GO	3	13.615,88	13.615,88	13.615,88	0,00
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR IACIARA-GO	3	13.126,34	13.126,34	13.126,34	0,00		
		ELEIÇÃO SUPLEMENTAR SÃO SIMÃO - GO	3	18.450,64	18.450,64	18.450,64	0,00		
20GP	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14101 TSE	167870	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS - PAC - TRE-GO	3	10.254,72	10.254,72	10.254,72	0,00
		APOIO TÉCNICO E OPERAC. - SEG INFORM.	3	150.145,00	150.145,00	0,00	0,00		
21EE	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS UNIDADES DO PODER JUDICIÁRIO	14101 TSE	214048	COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS - SEG.INFORM.	3	13.800,00	0,00	0,00	13.800,00
		OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	4	1.956.972,00	1.956.972,00	0,00	0,00		
7832	IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO ELEITOR	14101 TSE	167866						
20GP	CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	14126 TRE-GO	167883	CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS - PAC - TRE-GO	3	2.088,50	2.088,50	2.088,50	0,00
Total				2.774.970,90	2.677.552,80	509.758,65	97.418,10		

Evolução da execução orçamentária nos últimos exercícios

Nesta análise é considerado apenas o Orçamento Ordinário para fins de comparação evolutiva da gestão orçamentária, que compreende a previsão de receitas e despesas, da dotação à execução, nos últimos exercícios.

As despesas com Pleitos Eleitorais ocorrem a cada dois anos e variam em função do tipo de eleições (gerais e municipais), contando com orçamento específico.

ANO LANÇAMENTO	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	% EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	% PAGAS
2023	245.654.734,00	242.749.640,13	98,8%	232.864.229,66	232.831.990,98	94,8%
2022	226.087.099,00	224.183.427,66	99,2%	220.217.556,69	220.207.496,74	97,4%
2021	217.752.789,00	215.163.653,86	98,8%	210.000.283,65	210.000.283,65	96,4%
2020	216.180.174,00	212.599.068,84	98,3%	210.705.810,48	210.684.513,89	97,5%
2019	213.353.351,00	210.379.882,12	98,6%	208.604.939,06	208.343.330,63	97,7%

Detalhamento da execução da despesa por grupo e elemento

As despesas foram separadas entre obrigatórias, financeiras e discricionárias. Em seguida, analisadas por grupo e elemento de despesa.

Despesas Obrigatórias e Financeiras – 2023.

ANO LANÇAMENTO	Grupo Despesa	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS PAGAS	% PAGAS
2023	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	187.911.277,00	183.031.256,73	97,4%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.562.314,00	19.206.841,03	98,2%
	Total	207.473.591,00	202.238.097,76	97,5%

Grupo 1 – Pessoal e encargos sociais

ELEMENTO DESPESA	DESPESAS PAGAS	
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	% DO TOTAL
11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	133.939.224,41	73,18%
13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	21.404.297,13	11,69%
01 APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	19.414.574,02	10,61%
03 PENSÕES	4.272.914,52	2,33%
07 CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADE FECHADA - PREVIDÊNCIA	1.719.193,93	0,94%
16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	1.122.413,85	0,61%
96 RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	772.425,59	0,42%
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	386.213,28	0,21%
Soma	183.031.256,73	100,00%

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes

ELEMENTO DESPESA	DESPESAS PAGAS	
	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	% DO TOTAL
93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	10.358.582,55	53,93%
46 AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	7.588.110,15	39,51%
08 OUTROS BENEF. ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	1.189.624,14	6,19%
49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	55.548,24	0,29%
92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	14.975,95	0,08%
Soma	19.206.841,03	100,00%

Despesas Discricionárias

Esta categoria tem por finalidade a manutenção de serviços administrativos, de informática e de infraestrutura física. A seguir, são apresentadas as despesas por Grupo e Elemento de Despesa:

Valores autorizados x pagos

ELEMENTO	GRUPO DESPESA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS PAGAS	% PAGO
3	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	30.688.727,00	26.862.679,27	87,5%
4	INVESTIMENTOS	5.057.416,00	3.731.213,95	73,8%
5	INVERSÕES FINANCEIRAS	2.435.000,00	0,00	0,0%
Total		38.181.143,00	30.593.893,22	80,1%

Grupo 3 - Outras despesas correntes - por elemento

ELEMENTO	DESPESA	DESPESAS PAGAS	% DO TOTAL
39	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ - OP.INT.ORC.	11.758.672,75	43,77%
37	LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	8.605.662,42	32,04%
40	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	3.351.875,00	12,48%
93	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	987.573,43	3,68%
30	MATERIAL DE CONSUMO	773.472,12	2,88%
14	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	550.689,44	2,05%
92	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	365.167,83	1,36%
36	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - P.FÍSICA	330.289,84	1,23%
33	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	134.421,76	0,50%
47	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.854,68	0,02%
48	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	0,00	0,00%
Total		26.862.679,27	100,00%

Grupo 4 - Investimentos por elemento

ELEMENTO	DESPESA	DESPESAS PAGAS	% DO TOTAL
52	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.731.213,95	100,00%
Total		3.731.213,95	100,00%

Classificação das despesas discricionárias por grupo e despesa agregada

Grupo 3 - Outras despesas correntes

DESPESA AGREGADA	DESPESAS PAGAS	% DO TOTAL
APOIO ADMIN. TÉCNICO E OPERACIONAL	7.599.322	28,29%
MANUTENÇÃO PREDIAL	2.704.771	10,07%
LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	2.291.352	8,53%
COMUNICAÇÃO E REDES DE DADOS	2.028.037	7,55%
VIGILÂNCIA OSTENSIVA	1.647.583	6,13%
APOIO TÉCNICO E OPERACIONAL DE TIC	1.209.483	4,50%
CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS - PAC - TRE-GO	1.165.588	4,34%
ESTAGIÁRIOS	1.152.480	4,29%
ENERGIA ELÉTRICA	1.121.164	4,17%
REFORMA ANEXO II ED SEDE TRE-GO	716.702	2,67%
MAT. DE CONSUMO MÉDICOS E ODONT.	661.679	2,46%
CONDOMÍNIOS	583.367	2,17%
SEM INFORMAÇÃO	573.480	2,13%
MAT. DE CONSUMO P/SERV. AUXILIARES	536.080	2,00%
DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO SERVIDORES JE	497.385	1,85%
LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	289.650	1,08%
ÁGUA E ESGOTO	243.082	0,90%
VIGILÂNCIA ELETRÔNICA	216.632	0,81%
TELEFONIA FIXA	185.308	0,69%
SERVICOS JUDICIÁRIOS	163.470	0,61%
CAPACITAÇÃO DE REC. HUMANOS - TIC	131.566	0,49%
PASSAGENS E LOCOMOÇÃO SERVIDORES	113.039	0,42%
OUTRAS DESPESAS	1.031.459	3,84%
Total	26.862.679	100,00%

Grupo 4 – Investimentos

DESPESA AGREGADA	DESPESAS PAGAS	% DO TOTAL
OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS	2.160.193	57,90%
EQUIPAMENTOS DE TEC DA INFORM E COMUNICAÇÃO	1.165.580	31,24%
MÓVEIS	405.441	10,87%
Total	3.731.214	100,00%

Execução Orçamentária dos principais programas/projetos/ações:

A estrutura programática é o conjunto de programas definidos pelo governo, tendo em vista as soluções propostas para os problemas de determinada comunidade ou do país como um todo.

A Justiça Eleitoral adota o programa 0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário e 0909 - Operações Especiais: outros encargos especiais.

Inserido nos programas citados, o TRE-GO teve sua dotação classificada nas seguintes ações em 2023:

PROGRAMA GOVERNO	Ação Governo	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	% PAGAS
0033 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO	0181 APOSENTADORIAS E PENSÕES CIVIS DA UNIÃO	242.749.640,13	98,8%	232.864.229,66	232.831.990,98	94,8%
	09HB CONTRIBUIÇÕES DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	21.630.279	21.510.423	21.330.423	21.330.423	98,6%
	163Y AQUISIÇÃO DE TERRENO ANEXO AO EDIFÍCIO-SEDE DO TRE-GO	2.435.000	2.435.000			0,0%
	2004 ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS	10.358.584	10.358.583	10.358.583	10.358.583	100,0%
	20GP JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	32.473.855	32.053.734	29.819.237	29.786.998	91,7%
	20TP ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	141.603.765	140.476.035	137.970.874	137.970.874	97,4%
	212B BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS	9.203.730	8.848.258	8.848.258	8.848.258	96,1%
	219Z CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO	3.272.288	3.206.471	806.895	806.895	24,7%
0909 - OPERAÇÕES ESPECIAIS: OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	00S6 BENEFÍCIO ESPECIAL - LEI N. 12.618, DE 2012	300.000	21.952	21.952	21.952	7,3%
Total		245.654.734	242.749.640	232.864.230	232.831.991	94,8%

Execução de Restos a Pagar não Processados em 2023

Restos a Pagar são as despesas empenhadas, com compromisso de execução no orçamento, mas que, por motivos diversos, não foram pagas até o dia 31 de dezembro do exercício a que se referem.

Nesta análise, foram considerados os Restos a Pagar não Processados relativos às despesas discricionárias dos grupos 3 – custeio e 4 – investimento, da Unidade Orçamentária 14109 (TRE-GO), por tratar-se das despesas sobre as quais a Administração possui poder de decisão.

GRUPO DE DESPESA	AÇÃO DE GOVERNO	RP NÃO PROCESSADOS INSCRITOS LÍQUIDOS DE CANCELAMENTO	RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	RP NÃO PROCESSADOS A PAGAR	% PAGO
INVESTIMENTOS	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	844.049,09	750.722,13	93.326,96	89%
	ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS	880,89	880,89		100%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	JULGAMENTO DE CAUSAS E GESTÃO ADMINISTRATIVA NA JUSTIÇA ELEITORAL	424.957,02	2.435.000	84.161,30	
	BENEFÍCIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS	1.489,22	1.489,22		100%
	CONSERVAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ATIVOS DE INFRAESTRUTURA DA UNIÃO	1.219.092,60	1.176.351,60	42.741,00	96%
	PLEITOS ELEITORAIS	25.887,49	25.887,49		100%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	CONTRIBUIÇÕES DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	1.712,42	1.712,42		100%
	ATIVOS CIVIS DA UNIÃO	1.186.387,14	1.186.387,14		100%
	PLEITOS ELEITORAIS	26.889,78	26.889,78		100%
TOTAL		3.731.345,65	3.501.178,19	220.229,26	94%

Destques Concedidos 2023 - Detalhamento Notas de Crédito - Ação Governo 20 GP

Trata-se de iniciativas empreendidas pela unidade que trouxeram significativos ganhos à Administração, como a instalação dos cartórios eleitorais da capital em edifício da Justiça do Trabalho, deixando de ocupar imóvel alugado e ocupando instalações adequadas para o atendimento do eleitor, bem como cursos de especialização lato sensu e stricto sensu – mestrado – realizados por instituições federais de ensino superior.

EMISSÃO - DIA	NC	Doc - Observação	Favorecido	Destaque Concedido
28/07/2023	070023000012023NC000001	23.0.000010528-7 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS EM FAVOR DO TRT 18ª REGIÃO - TERMO DE CESSÃO DE USO N.º 05/2021 - REFERENTE AO PERÍODO 01.06.22 A 30.06.23- ED IALBA-LUZA - OFÍCIO TRT N.º 87-2023 - RATEIO DE DESPESAS.	TRT 18ª REGIÃO	215.980,35
09/08/2023	070023000012023NC000002	OFERTA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO ELEITORAL - VALORES REFERENTES AO EXERCÍCIO 2023, CONFORME CRONOGRAMA.	UFG	90.720,00
	070023000012023NC000003	OFERTA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO E PROCESSO ELEITORAL - VALORES REFERENTES AO EXERCÍCIO 2023, CONFORME CRONOGRAMA.	UFG	15.120,00
24/08/2023	070023000012023NC000005	23.0.000006551-0 - TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA-TED N.º 02/2023, FIRMADO ENTRE O TRE-GO E A UFT PARA EXECUÇÃO DO PROJETO GOVERNANÇA DIGITAL E MODELAGEM COMPUTACIONAL PARA A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL ELEITORAL NO TRE-GO.	UFTO	357.500,00
10/11/2023	070023000012023NC000006	DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITOS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE GOIÁS PARA A UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS PARA A CONFECÇÃO DO LIVRO JUSTIÇA ELEITORAL EM GOIÁS - 1932 A 1937 - VALOR REF. NOVEMBRO/2023 CONF. CRONOGRAMA.	UFG	1.733,16
TOTAL				681.053,51

Desempenho atual e explicações sobre variações do resultado

As metas dos indicadores orçamentários foram definidas para o exercício de 2023:

INDICADORES – META 2023	DESPESAS DISCRICIONÁRIAS	
	META	RESULTADO
Perdas Orçamentárias	4,50%	1,27%
Inscrição em Restos a Pagar	4,50%	18,60%

Fonte: Glossário 2021-2026 e Tesouro Gerencial

O indicador de perdas orçamentárias (execução orçamentária) foi um grande desafio em 2023, especialmente em investimento e iniciativas estratégicas, mas teve resultados favoráveis, superando a meta estabelecida de 4,5%.

O indicador de inscrição em Restos a Pagar deixou de atender a meta de 4,5%, principalmente em razão do recebimento de crédito adicional especial em meados de dezembro/2023.

Cabe mencionar que os eventos a seguir impactam negativamente o resultado esperado, a saber:

(1) As reformas dos cartórios eleitorais de Aparecida de Goiânia e do Anexo II do TRE-GO enfrentaram dificuldades como atraso e lentidão por parte da contratada na execução do contrato. Já na reforma do cartório eleitoral de São Domingos houve abandono de obra, o que representou nova licitação e novo empenho em novembro/2023;

(2) A aquisição do terreno contíguo ao Anexo II do TRE-GO teve a efetiva descentralização do Crédito Especial em 22/12/2023 e a aquisição foi empenhada em 29/12/2023, não havendo tempo hábil para a liquidação e efetivo pagamento da despesa.

Além dos indicadores acima, que compõem o Planejamento Estratégico do TRE-GO, o Tribunal Superior Eleitoral, por meio de sua Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade, monitora, também, o Índice de Aderência à Execução Planejada no âmbito da Justiça Eleitoral.

Índice de Aderência à Execução Planejada no TRE-GO em 2023: 70,36%.

O índice avalia quanto da execução orçamentária foi realizado de acordo com o planejado na Proposta e Dotação inicial, autorizada em suas classificações gerenciais, ou seja, por Planos Internos. Esses planos internos, em suma, indicam em que foram empregados os recursos.

O índice alcançado, de 70,36%, é considerado satisfatório, visto que durante o período da execução há muitas variações na dinâmica. Muitas demandas que são estimadas no momento da Proposta Orçamentária sofrem variações em seus valores ou quantitativos. Ocorrem, também, eventos diversos e pontuais que exigem tomadas de providência imediata, levando a Administração a modificar seu planejamento inicial, alterando a ordem de prioridade.

Metas não alcançadas, ações, desafios e perspectivas para os próximos exercícios 2024-2025

A meta de Inscrição em Restos a Pagar continua sendo o grande desafio deste Tribunal no tocante à gestão orçamentária, uma vez que não vem tendo resultados favoráveis no sentido de atingir a meta estabelecida de 4,5%.

Dentre as ações positivas desenvolvidas em 2023, destacam-se:

- Ferramentas de acompanhamento gerencial do orçamento utilizado por este Regional que permitem aos gestores a análise sistemática da movimentação orçamentária e financeira, proporcionando segurança e agilidade na tomada de decisão e priorização das demandas (*Business Intelligence Power BI*).
- Manutenção da perspectiva de redução de perdas orçamentárias, que representa o trabalho integrado dos gestores de recursos no órgão, com aproveitamento de eventuais sobras de uma unidade administrativa por outra unidade, numa visão sistêmica do orçamento;
- Consolidação e ampliação da boa prática de compartilhamento de imóveis, tanto em cessão onerosa com TRT e Tribunal de Justiça do Estado de Goiás como em regime de condomínio com o estado de Goiás, eliminando despesas de locação, diminuindo os custos com vigilância, limpeza e manutenção predial, além de proporcionar melhores condições de atendimento ao eleitor.
- Aquisição, por compra, de imóveis urbanos localizados nesta capital, situados na Avenida Tocantins, quadra 01, correspondentes aos lotes 08 e 02/10/12, contíguos entre si, com áreas de 315,30 m² e 675,78 m², para ampliação, modernização e disponibilização de vagas de estacionamento nas dependências do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás.

O desafio, para os próximos exercícios 2024-2025, será melhorar o nível de execução planejada e manter/melhorar o nível de execução orçamentária e financeira alcançados em 2023. Outro desafio é antecipar a execução física e financeira de reforma de imóveis, reduzindo-se a inscrição em restos a pagar ou perda de recursos.

A experiência adquirida deverá ser direcionada para superar as perspectivas de restrições orçamentárias, inclusive com possibilidade de contingenciamento em 2024 e sem elevação de limites orçamentários para 2025. Neste cenário desfavorável, verifica-se a necessidade e a oportunidade de otimização na alocação dos recursos públicos, fazendo mais com menos.

As principais ações futuras da gestão, especialmente no alcance do objetivo estratégico de “Aperfeiçoar a gestão orçamentária”, são acompanhamento constante e orientação às unidades para otimização da execução orçamentária, visto que a consequência direta da boa execução orçamentária é a redução das inscrições de empenhos em Restos a Pagar e Perdas orçamentárias.

Fonte dos dados:



<https://tesourogerencial.tesouro.gov.br/tg/servlet/mstrWeb>

<https://apps.tre-go.jus.br/internet/BI/index.html?BI=orcamentariofinanceiro>

<https://hod.serpro.gov.br/a83016cv/hodcivws/hodcivws.html>

<http://powerbi.tre-go.jus.br/internet/BI/>

3.2

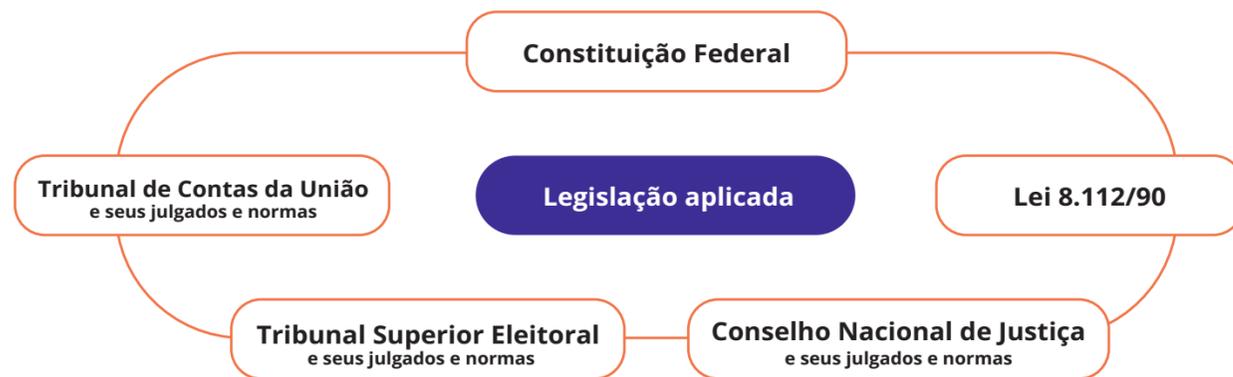
Gestão de
Pessoas



Conformidade legal

Legislação aplicada

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) atende e observa normativos aplicáveis à área, oriundos de diversas fontes do Direito, como a legislação federal, normas do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral.



Confiabilidade e acesso às informações prestadas

As informações prestadas são íntegras e podem ser verificadas mediante acesso aos sistemas administrativos estruturantes do TRE-GO, do TSE ou da Administração Pública Federal. Também estão disponíveis na [página da Transparência do Tribunal](#).

Governança e Estratégia

Plano de Gestão

O [Plano de Gestão 2022-2024](#) prevê continuidade na melhoria dos processos operacionais na área de gestão de pessoas e avanços em matérias estratégicas. Ao final de 2023, o Plano se encontra cerca de **63% concluído**, com destaque para a aprovação da nova Política de Avaliação de Desempenho e Desenvolvimento e do projeto “SGP vai até você”, que consiste na visita a todos os cartórios eleitorais do estado de Goiás, com vistas a conhecer de perto as condições de trabalho e de vida dos servidores do interior. Adicionalmente, houve ampliação do programa de bolsas de estudo com a concessão de vagas de mestrado e doutorado vinculados a projetos de inovação, em parceria com a Universidade Federal do Tocantins, além de proposição de bolsas de estudo para idiomas estrangeiros (inglês e espanhol), visando melhor preparar servidores para recepção das delegações de observadores internacionais por ocasião das eleições.

Estratégia

O Tribunal superou, no exercício, a marca de 70,6% de atingimento do indicador estratégico de maturidade em gestão de pessoas, superando a meta de 60%, o que representa nível de maturidade aprimorado. Referida marca reflete os avanços realizados pelo Tribunal.

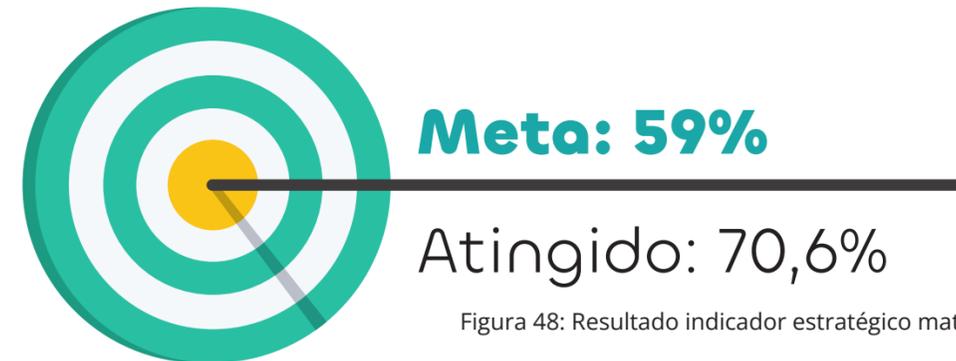


Figura 48: Resultado indicador estratégico maturidade em gestão de pessoas

Avaliação da força de trabalho

Ao final de 2023, o Tribunal conta com **757 pessoas na sua força de trabalho**, conforme descrito na tabela seguinte:

Tipologias dos Cargos Situação funcional	Lotação
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	757
1.1. Membros de poder e agentes políticos	7
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	750
1.2.1. Servidores de carreira vinculados ao órgão*	470
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0
1.2.3. Servidores de carreira removidos e em exercício provisório	44
1.2.4. Servidores cedidos e requisitados	236
2. Servidores com Contratos Temporários	0
Total de Servidores (1+2)	757

* - Não contempla servidores do quadro próprio em exercício em outros órgãos da Administração Pública

Total de força de trabalho por gênero

 Mulheres: 371  Homens: 379

Total de pessoas com deficiência

 Física: 12 Auditiva: 4 Visual: 3 **TOTAL: 19**

Etnia/raça

 Brancos: 56,5% Pardos: 32,1% Indígenas: 0%
Negros: 3,7% Amarelos: 1,1% Não informado: 6,6%

Servidor de carreira - faixa etária

 Até 30 anos: 0,7% 46 a 60 anos: 48,3%
31 a 45 anos: 41,2% Acima de 60 anos: 9,8%

Unidade de exercício - servidores de carreira

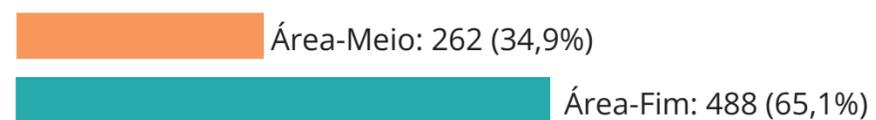
 Área-Meio: 262 (34,9%)
Área-Fim: 488 (65,1%)

Figura 49: Estatística força de trabalho

Carreira

O ingresso na carreira de Técnico Judiciário ou Analista Judiciário dá-se mediante concurso público, em que o servidor é posicionado na classe e padrão A1, podendo progredir um nível a cada ano até alcançar a classe e padrão C13. Atualmente, mais de 85% dos servidores se encontram nos três últimos níveis da carreira.

A força de trabalho dos servidores do quadro próprio do Tribunal é composta pelos seguintes cargos/especialidades, contando com 510 pessoas em 2023, a saber:

Servidores por cargo e área - Dezembro 2023					
	ÁREA	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL
ANALISTA JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	-	18	-	18
		CONTABILIDADE	4	-	3
	APOIO ESPECIALIZADO	ANÁLISE DE SISTEMAS	9	-	9
		ARQUITETURA	1	-	1
		BIBLIOTECONOMIA	1	-	1
		ENGENHARIA	2	-	2
		ENGENHARIA ELÉTRICA	2	-	2
		ESTATÍSTICA	1	-	1
		MEDICINA	3	-	3
		ODONTOLOGIA	1	-	1
		PSICOLOGIA	1	-	1
		JUDICIÁRIA	-	172	6
	NÍVEL SUPERIOR			214	6

Tabela 24: Servidores por cargo e área - Dezembro 2023						
	ÁREA	ESPECIALIDADE	PROVIDOS	VAGOS	TOTAL	
TÉCNICO JUDICIÁRIO	ADMINISTRATIVA	-	254	8	262	
		ELETRICIDADE E COMUNICAÇÕES	6	-	6	
	ADMINISTRATIVA	AGENTE DA POLÍCIA JUDICIAL	7	-	7	
		TELEFONIA	1	-	1	
		DIGITAÇÃO	9	-	9	
	APOIO ESPECIALIZADO	ENFERMAGEM	1	-	1	
		OPERAÇÃO DE COMPUTADORES	7	-	7	
		PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS	11	1	12	
		NÍVEL MÉDIO			296	9
	TOTAL GERAL			510	15	525

No final de 2023, foram nomeados mais 13 (treze) servidores, sendo 5 (cinco) Analistas Judiciários e 8 (oito) Técnicos Judiciários. Referidos servidores tomaram posse em janeiro/2024, de forma que restam no Tribunal apenas dois cargos vagos, sendo um de analista judiciário – área judiciária e um de técnico judiciário – programação de sistemas. Nesse cenário, foi totalmente recomposta a força de trabalho nos cartórios eleitorais e quase à totalidade na Secretaria, medida muito positiva considerando-se as Eleições Municipais 2024 que se avizinham.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

Além do recrutamento de pessoas por meio de concurso público, o Tribunal também provê oportunidade de aprendizado a cerca de uma centena de jovens em Goiás, preparando-os para o mercado de trabalho por meio de estágio remunerado.



Figura 50: Estágio remunerado

Em razão de transição contratual do agente de integração de estágios, houve redução do número de estagiários ao final de 2023, quantitativo esse objeto de recomposição desde fevereiro/2024.

Durante o processo eleitoral, o Tribunal conta com o apoio de mesários voluntários, conforme programa desenvolvido pela unidade de gestão de pessoas. Em 2023, observou-se superávit de mais de 67 mil mesários no estado de Goiás, em termos globais, em que pese haver dificuldades em determinadas localidades, o que tem sido objeto de estudos, visando à ampliação da disponibilidade.



Figura 51: Mesário Voluntários



Figura 52: Valor aplicado e número de diligências

Despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição

As despesas com pessoal ativo apresentaram crescimento, em razão do reajuste salarial concedido aos servidores, no montante de 6%. Considerando que o referido reajuste ocorreu a partir de fevereiro/2023, bem como o fato de não incidir sobre todas as verbas, o crescimento dessas despesas foi de 5,2%. Por outro lado, o crescimento das despesas com inativos/pensionistas foi de 1,8%, enquanto as despesas com pessoal de pleitos foram substancialmente menores que em 2022 (ano eleitoral), uma vez que se restringiram às eleições suplementares realizadas nos municípios de Bom Jesus de Goiás, Cachoeira Alta, Iaciara, São Simão e Turvelândia.

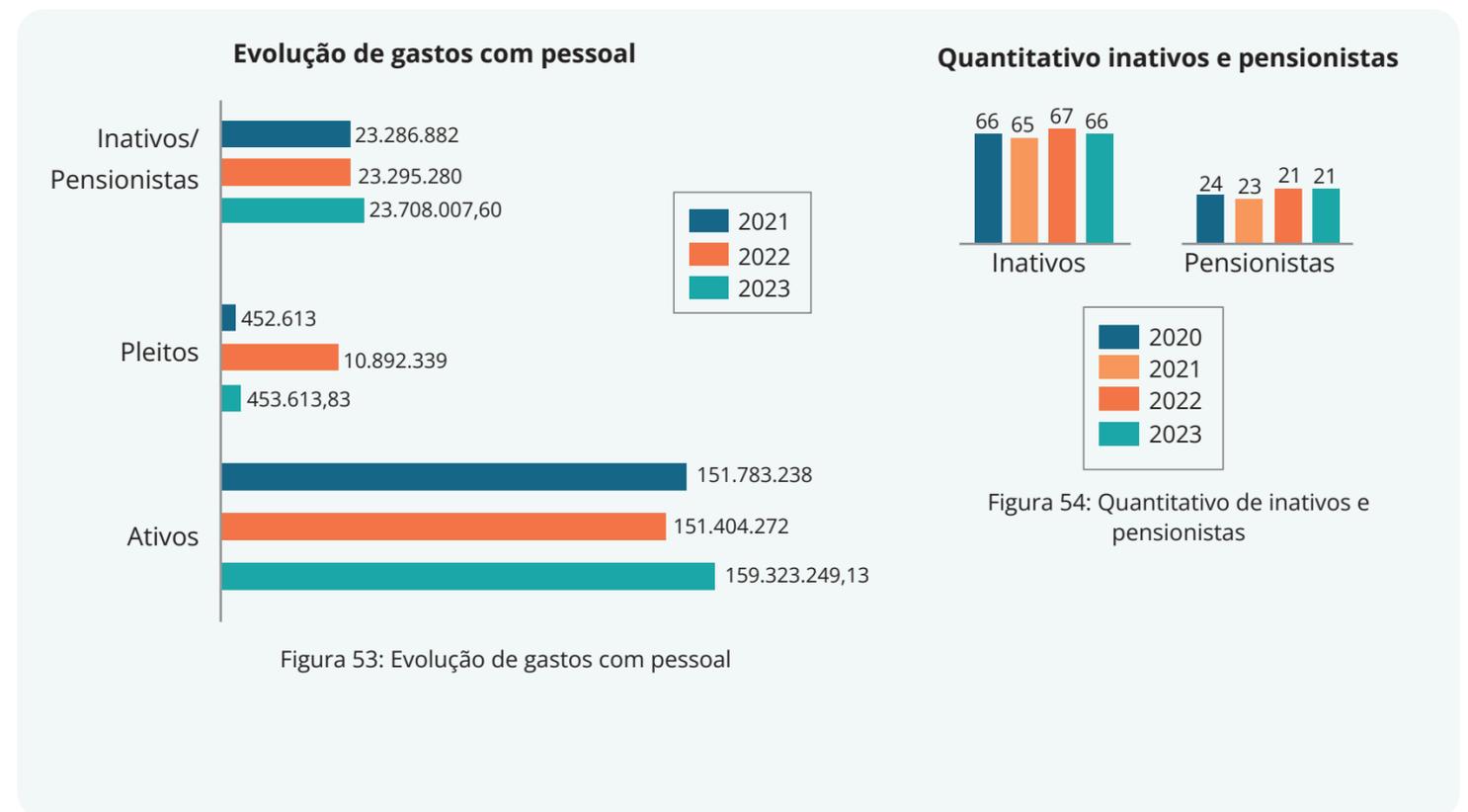


Figura 53: Evolução de gastos com pessoal

Figura 54: Quantitativo de inativos e pensionistas

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia

Com a edição da Portaria PRES nº 193/2023, a avaliação de desempenho no Tribunal passou a ser aplicável a todos os servidores e gestores do quadro próprio e àqueles oriundos da Justiça Eleitoral em exercício no Tribunal, durante toda sua vida funcional, além dos servidores que ainda se encontram em progressão na carreira, nos termos da Resolução TSE nº 22.582/2007. A metodologia prevê o uso de questionário, anualmente, no qual servidor e gestor avaliam a performance em diversos quesitos. A aprovação da nova norma trouxe aperfeiçoamentos ao modelo de avaliação de desempenho do Tribunal, o que trará contribuições para a melhoria contínua do desempenho de servidores e aumento da produtividade.

O estágio probatório dos servidores também é regido pela Resolução TSE nº 22.582/2007.

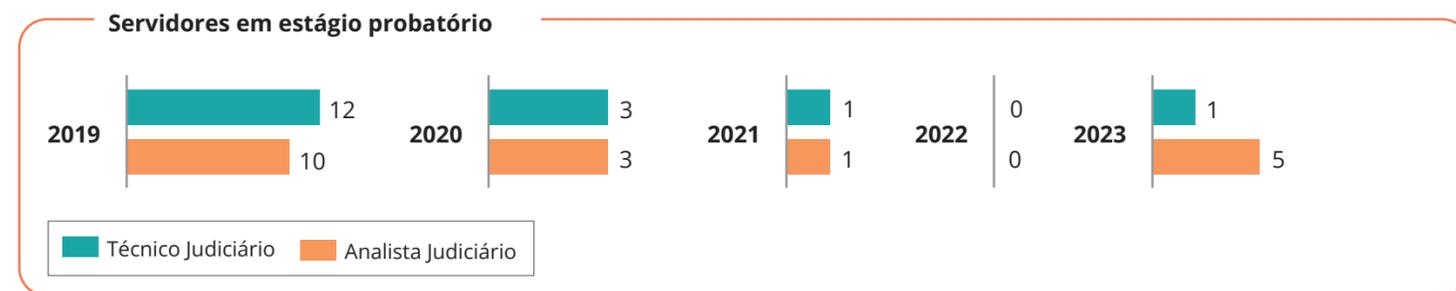


Figura 55: Servidores em estágio probatório

Com as novas admissões, há 6 servidores em estágio probatório no Tribunal ao final de 2023, enquanto a quase totalidade do quadro é composta por servidores estáveis.

Progressão e promoção funcional

A movimentação na carreira, entre classes e padrões, ocorre se o servidor for aprovado em avaliação de desempenho, de acordo com critérios previstos no citado normativo.

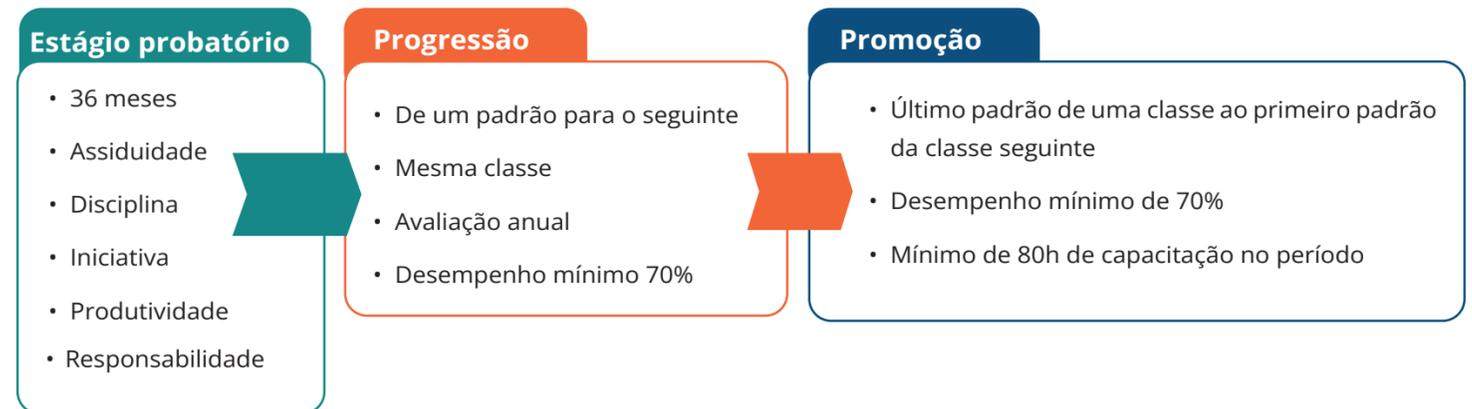


Figura 56: Progressão e promoção funcional

Percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

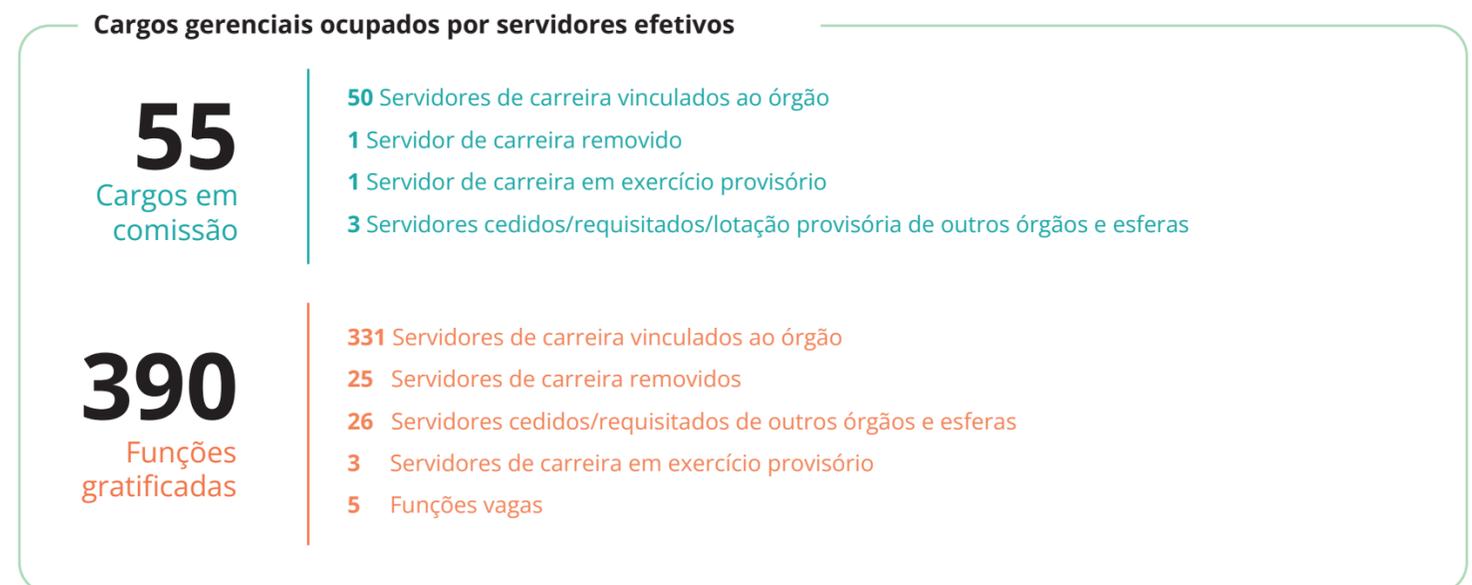


Figura 57: Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos

Capacitação: estratégia e números

O Tribunal investe continuamente no desenvolvimento dos servidores como fator essencial para a melhor prestação de serviços ao público e para o alcance das metas institucionais.

O aprendizado formal ocorre mediante custeio parcial em cursos de graduação e pós-graduação, restritos às áreas de interesse da Justiça Eleitoral, conforme estabelecido na [Resolução TSE n. 23.380/2012](#).

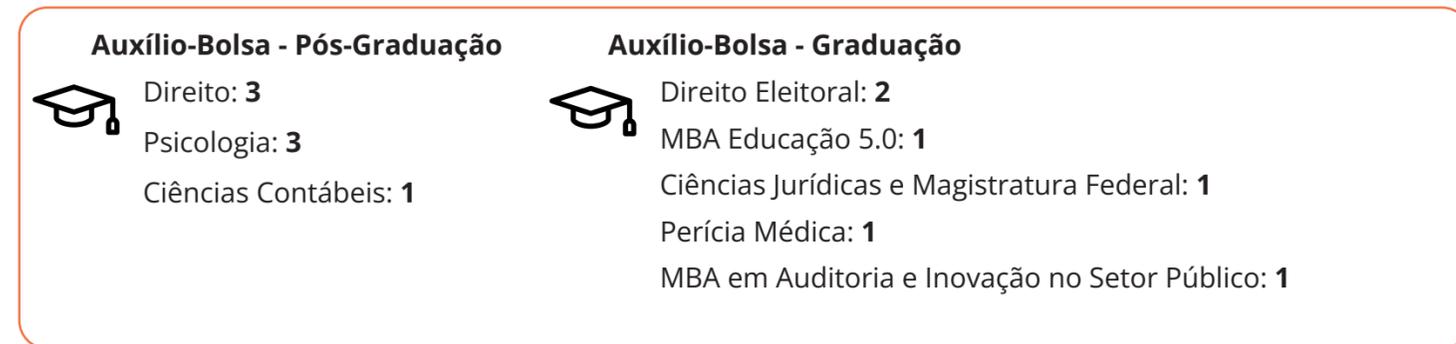


Figura 58: Auxílio-Bolsa - Graduação e Pós-graduação

As ações de formação e aperfeiçoamento não formais ocorrem de diversas maneiras. As que são estruturadas como capacitações podem apresentar as seguintes modalidades:

Modalidade de contratação

- Instrutoria interna ou externa em EaD
- Instrutoria interna presencial ou semipresencial
- Instrutoria externa *in company*
- Ações fora das dependências do Tribunal

Os treinamentos e capacitações são aprovados anualmente, compondo o Plano Anual de Capacitação (PAC). No ano de 2023 foram realizadas 1.687 inscrições em capacitações, alcançando um total de 386 pessoas.



Figura 59: Capacitações e capacitados

Em 2023, foram priorizadas capacitações com foco na Nova Lei de Licitações, desenvolvimento de lideranças, comunicação eficiente, sistema de gestão de compliance, elaboração de trilhas de desenvolvimento, gestão de riscos, Lei Geral de Proteção de Dados, dentre outras. Além dessas, merece destaque a realização de investimentos em duas turmas de pós-graduação, sendo uma *latu sensu* na área de Direito Eleitoral, ministrada pela Universidade Federal de Goiás; e outra *stricto sensu* (mestrado e doutorado profissional) na área de Governança e Transformação Digital, conduzida pela Universidade Federal do Tocantins. Essa última prevê o desenvolvimento de 15 projetos de pesquisa com foco em inovação, integralmente voltados para o Tribunal.

Com isso, observa-se no exercício a manutenção dos investimentos em capacitação. Comparando-se dois anos não-eleitorais, verifica-se que o montante de R\$ 1.841,6 mil investido em 2023 se encontra em linha com o montante de 1.905,7 investido em 2021.

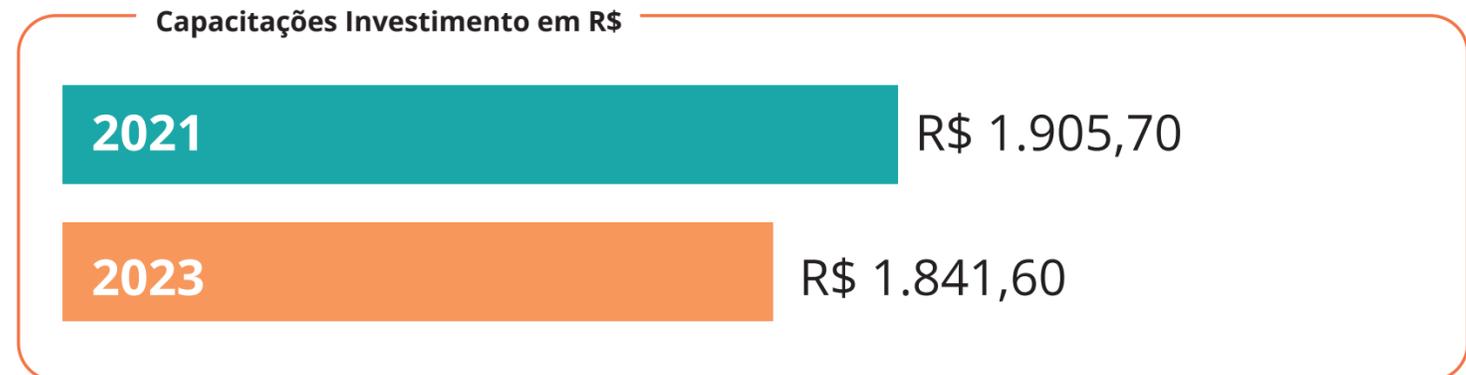


Figura 60: Investimento em capacitações

Atenção à saúde

Em 2023, foram desenvolvidas diversas ações com foco em saúde e segurança no trabalho, além das atividades ordinariamente desenvolvidas na área de saúde como consultas, perícias, exames periódicos, a saber:

• Projeto de Segurança no Trabalho:

- Vistoria nos Extintores de Incêndio: Ed. Des. Ialba-Luza Guimarães de Melo; Anexo II – Setor Aeroporto; e Sede;
- Inspeção nas instalações e sinalizações do Ed. Ialba-Luza;
- Vistoria detalhada em Segurança do Trabalho no Ed. Des. Ialba-Luza;
- Levantamento para aquisição de EPIs (apoio de pulso para mouse e teclado, apoio de descanso de pés) em todos os cartórios do TRE-GO;

- Parecer técnico referente a troca das cadeiras do cartório de Firminópolis;
 - Análise das condições no ambiente de trabalho e emissão de parecer técnico em relação a servidor;
 - Avaliação das cadeiras no Ed. Ialba-Luza e na Sede do Tribunal;
 - Brigada de incêndio (pesquisa);
 - Levantamento de EPIs em todas Zonas Eleitorais (atualização dos dados);
 - Elaboração de relatório geral referente a segurança do trabalho no Ed. Ialba-Luza;
 - Relatório referente a segurança do trabalho na Sede;
 - Relatório referente a segurança do trabalho no Anexo II; e
 - Vistoria técnica da obra no Anexo II.
- **Projeto TRE em Cores:** atividades mensais voltadas para campanhas de conscientização social, prevenção à saúde e melhoria de relacionamento, como:
- Prevenção à saúde mental;
 - Melhoria da comunicação e desenvolvimento de relacionamentos;
 - Incentivo à doação de sangue;
 - Campanha de valorização da vida;
 - Prevenção ao câncer de mama;
 - Prevenção ao câncer de próstata e rodas de conversa para o público LGBTQIAP+.

Merecem destaque as ações:

- Janeiro Roxo - Campanha Nacional de Prevenção e Combate à Hanseníase;
- Março Azul: mês de conscientização da prevenção do Câncer de Intestino;
- Campanha 24 horas pelo glaucoma;
- Campanha sobre Doação de Sangue;
- Setembro Amarelo: mês de prevenção ao suicídio;
- Outubro Rosa: mês de prevenção ao câncer de mama;
- Novembro Azul: mês de prevenção ao câncer de próstata;
- Participação da campanha 24h pelo Diabetes.

O Tribunal continua desenvolvendo ações consistentes na prevenção de riscos de segurança e saúde no trabalho, o que possibilita maior bem-estar no ambiente de trabalho, redução dos riscos de adoecimento e menores níveis de absenteísmo por parte dos servidores.

Principais desafios e ações futuras

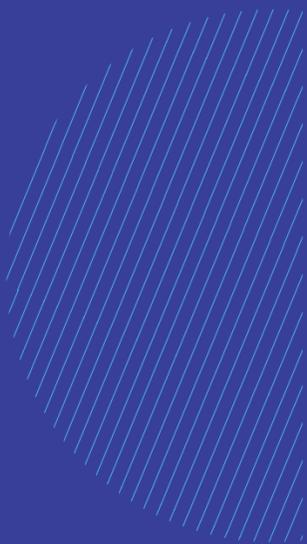
A exemplo do exercício anterior, os desafios continuam sendo evoluir em direção a melhores práticas em governança de gestão de pessoas, manter os esforços de capacitação e racionalização de processos operacionais, com o objetivo de melhorar a produtividade.

No tocante à governança, o Tribunal continuará se esforçando para promover a ampliação da maturidade em gestão de pessoas no iGG (índice integrado de governança e gestão públicas / Tribunal de Contas da União).

Além disso, buscar-se-á ampliar o foco em ações preventivas na área de saúde e segurança no trabalho, bem como ações que visem manter os níveis de engajamento das pessoas em períodos não eleitorais.

3.3

Gestão de
Licitações e
Contratos



Conformidade legal

Principais normas internas

As contratações do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás estão em conformidade com as normas vigentes, principalmente:

	Lei nº 8.666/1993	Decreto nº 10.024/2019	Além disso, são observadas as recomendações do Tribunal de Contas da União e as instruções normativas do Governo Federal como boa prática.
	Lei nº 14.133/2021	Resolução CNJ nº 182/2013	
	Lei nº 10.520/2002,	Resolução CNJ nº 347/2020	
	Decreto nº 7.892/2013	Resolução TSE nº 23.702/2022.	

As principais normas internas sobre licitações e contratos são:

	Portaria nº 423/2013 - PRES	Portaria nº 94/2018 - PRES	Portaria nº 276/2018 - PRES
	Portaria nº 318/2019 - PRES	Portaria nº 204/2018 - PRES	Portaria nº 246/2018 - PRES
	Portaria nº 657/2016 - PRES	Resolução TRE-GO nº 320/2020	Portaria nº 674/2014 - PRES
	Portaria nº 190/2021 - PRES	Portaria nº 70/2019 - PRES	

Desde fevereiro de 2023, com a publicação das Portarias DG nº 24/2023 e 83/2023, todas as contratações do TRE-GO passaram a ser realizadas exclusivamente à luz da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

Mecanismos de controle e de prevenção de irregularidades ou falhas utilizados

O TRE-GO adota um processo de gerenciamento sistemático de riscos tanto no processo de planejamento das contratações, com análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação, quanto na seleção externa dos fornecedores e na gestão contratual, com amparo do Manual de Implantação de Política de Gestão de Riscos e mapa de riscos e controles.

No âmbito de cada unidade envolvida no processo de contratação são adotadas rotinas administrativas de aplicação de controles internos administrativos, com a utilização de listas de verificação em todas as etapas do procedimento licitatório, além da análise de risco nas etapas relevantes do macroprocesso de contratação. São adotadas minutas padronizadas de editais e contratos elaboradas nos moldes das minutas-padrão da AGU, bem como o uso de ferramentas de tecnologia que auxiliam no controle de vigência dos contratos e atas de registro de preços, como o painel de Gestão da Contratações na plataforma [Business Intelligence](#) e o sistema [contratos.gov](#).

Detalhamento dos gastos

Principais pagamentos realizados em 2023:

Funcionamento administrativo - detalhamento - ORDINÁRIO	Pago
Apoio administrativo, técnico e operacional	R\$ 7.580.999,67
Apoio técnico e administrativo de tecnologia da informação	R\$ 1.209.482,82
Capacitação de Recursos Humanos	R\$ 495.234,52
Comunicação e redes de dados	R\$ 2.028.037,13
Condomínios	R\$ 583.366,76
Eleições Suplementares	R\$ 12.919,30
Estagiários	R\$ 1.152.479,50
Limpeza e conservação	R\$ 2.291.351,59
Locação de imóveis	R\$ 285.272,35
Manutenções gerais (equipamentos, veículos, predial)	R\$ 2.809.934,17
Materiais (consumo, expediente, odontológico, médico e TI)	R\$ 2.452.921,01
Obras (reformas)	R\$ 806.895,19
Outras Despesas (divulgação, passagens)	R\$ 157.865,00
Seguros	R\$ 58.848,51
Serviços de logística	R\$ 89.237,74
Tecnologia da Informação - TI	R\$ 1.520.488,23
Telefonia	R\$ 185.308,24
Vigilância e segurança	R\$ 1.817.492,32
TOTAL	R\$ 25.538.134,65

Tabela - Funcionamento administrativo - detalhamento - Ordinário

Contratações mais relevantes

Durante o ano de 2023, destacam-se as seguintes contratações:

Nº Contrato	Empresa	Objeto	Valor R\$	Modalidade
18/2023	POSITIVO TECNOLOGIA S.A	Aquisição de microcomputadores	R\$ 1.125.800,00	Pregão
21/2023	SM&P CONTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA	Reforma em cartórios eleitorais do interior	R\$ 260.180,75	Pregão
25/2023	ANDERSON JOSE DA SILVA CONSTRUÇÃO ME	Reforma em cartórios eleitorais do interior	R\$ 174.575,66	Pregão
34/2023	JM MIX CONSTRUTORA E COMÉRCIO LTDA	Obra de reforma geral do Anexo II do TRE-GO - Goiânia	R\$ 1.315.000,00	Concorrência
38/2023	MAXI ENGENHARIA LTDA	Obra de reforma do Cartório Eleitoral de Aparecida de Goiânia	R\$ 1.112.571,24	Concorrência
49/2023	MAXI ENGENHARIA LTDA	Obra de reforma do Cartório Eleitoral de São Domingos	R\$ 550.000,00	Concorrência
55/2023	ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA	Prestação de serviços de suporte e atualização de software das ferramentas Oracle	R\$ 734.350,32	Inexigibilidade
57/2023	ENGESYSTEMS SISTEMAS DE ARMazenagens LTDA	Aquisição de estruturas de armazenamento do tipo porta pallets drive-in	R\$ 418.500,00	Pregão
60/2023	CAELI SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA	Serviços comuns de engenharia – Anexo I do TRE-GO	R\$ 345.600,00	Pregão
63/2023	AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS	Equipamentos para coleta de informações biométricas	R\$ 1.359.672,00	Pregão
66/2023	TELMEX DO BRASIL S.A.	Serviços especializados de segurança cibernética	R\$ 150.145,00	Pregão



Figura 61: Contratações

Justificativas referentes às contratações

As contratações firmadas pelo Tribunal Regional Eleitoral de Goiás foram planejadas e executadas em consonância com o Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral de Goiás, com o objetivo de garantir a infraestrutura adequada às atividades institucionais, a fim de assegurar boas condições de trabalho aos servidores, magistrados e demais colaboradores, refletindo no melhor atendimento ao público e na facilidade e segurança na prestação jurisdicional e dos serviços disponibilizados por este Tribunal.

Todos os objetos e fundamentações legais das contratações realizadas encontram-se no [Portal da Transparência](#) deste Tribunal.

Contratações diretas

5

Dispensa – Art. 24, II, da Lei 8.666/93
Valor total contratado: R\$ 17.495,00

7

Inexigibilidade - Art. 74, I, da lei 14.133/2021
Valor total contratado: R\$ 1.018.851,16

38

Inexigibilidade - Art.74, Inciso III, alínea "f" da Lei 14.133/2021
Valor total contratado: R\$ 1.354.914,27

- 4 *Inexigibilidade - Art.74, V, da Lei 14.133/202*
Valor total contratado: R\$ 2.435.000,00
- 2 *Inexigibilidade - Art.74, V, §5º da Lei 14.133/2021*
Valor mensal contratado: R\$ 8.400,00
- 2 *Dispensa Eletrônica - Art. 75, I, da Lei 14.133/2021*
Valor total contratado: R\$ 54.470,11
- 17 *Dispensa Eletrônica - Art. 75, II, da Lei 14.133/2021*
Valor total contratado: R\$ 164.963,35
- 1 *Dispensa Eletrônica - Art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021*
Valor total contratado: R\$ 136.907,60

Os maiores riscos são: descumprimento de prazos, o não atendimento de requisitos legais, garantia de transparência e lisura de todo processo. Nesse ponto, é essencial a continuidade nas capacitações e treinamentos aos servidores do Tribunal e a adoção de ferramentas de gestão eficientes, como os sistemas integrados de controle, a exemplo do BI e do [contratos.gov](https://contratos.gov.br).

A elaboração de documentos padronizados e pré-aprovados, à luz da [Lei nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2021/Lei_14133.html), é também é um importante instrumento para a mitigação de riscos e erros na gestão de licitações e contratos.

Desafios, fraquezas e riscos na gestão de licitações e contratos

Com a modernização do sistema de contratações públicas implementada conforme a [Lei nº 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2021/Lei_14133.html), a gestão de licitações e contratos apresenta diversos desafios, especialmente em relação à complexidade dos processos envolvidos. Além disso, a identificação e a superação de fraquezas internas, como falta de conhecimento técnico e escassez de recursos humanos nas unidades representam obstáculos significativos.

No TRE-GO a aplicação da nova lei foi implementada desde fevereiro de 2023, com a publicação das [Portarias DG nº 24/2023](#) e [83/2023](#).

Os servidores receberam capacitações ao longo do ano e está sendo amplamente defendida uma cultura de planejamento, com adoção do Plano de Contratação Anual, bem como a utilização de um controle rígido na análise dos Estudos Técnicos Preliminares e no Termo de Referência. Ademais, o aperfeiçoamento da Gestão de contratações na Justiça Eleitoral de acordo com os parâmetros estabelecidos no Levantamento de Governança e Gestão do Tribunal de Contas da União é uma iniciativa inserida no Planejamento Estratégico.

3.4

Gestão
Patrimonial e
Infraestrutura



Conformidade legal



Para a gestão dos bens deste Regional, é observado o estabelecido na [Lei nº 4.320/64](#), que institui, dentre outras regras, normas gerais para a contabilidade patrimonial pública e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

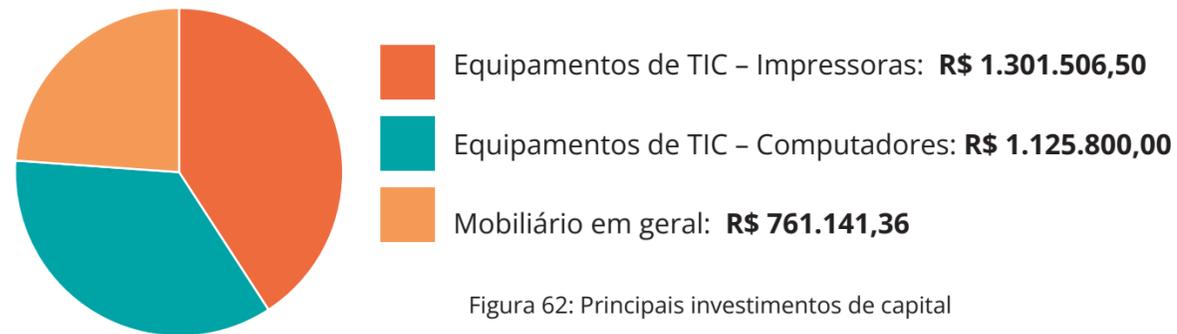
Em 2023, foi realizado inventário de bens permanentes em todo o Regional, inclusive com registro de imagens por bem e placa de patrimônio. Assim, é possível fazer correções quanto à existência ou localização dos bens.

Para minimizar os impactos ambientais da geração e disposição final dos resíduos de construção, são observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, bem como a [Política Nacional de Resíduos Sólidos](#).



Principais investimentos de capital

No ano de 2023, foram realizados R\$ 3.731.213,95 (três milhões, setecentos e trinta e um mil, duzentos e treze reais e noventa e cinco centavos) de investimentos de capital, tendo como principais itens:



Destaca-se o recebimento de 5.800 urnas eletrônicas, no importe total de R\$ 34.597.870,00 (trinta e quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil, oitocentos e setenta reais).

No que diz respeito a imóveis, é relevante mencionar que em dezembro de 2023 teve início o processo de aquisição de dois terrenos urbanos adjacentes aos edifícios Sede e Anexo I do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás. Esses terrenos possuem áreas de 315,30 m² e 675,78 m² e foram adquiridos pelo valor de R\$ 2.435.000,00 (dois milhões e quatrocentos e trinta e cinco mil reais). O objetivo dessa aquisição é viabilizar futuras construções, visando à ampliação e modernização das instalações.

Além disso, foram realizadas pequenas reformas em 16 prédios próprios, que abrigam cartórios eleitorais no interior. O investimento total nessas reformas foi de R\$ 592.050,78 (quinhentos e noventa e dois mil e cinquenta reais e setenta e oito centavos). Essas reformas incluíram melhorias de acessibilidade, com o intuito de proporcionar um atendimento mais eficiente aos cidadãos. Mesmo que essas ações não sejam consideradas investimentos de capital, são igualmente relevantes.

Impacto sobre os objetivos estratégicos

Os investimentos realizados estão relacionados e impactam os seguintes objetivos previstos no mapa estratégico do Tribunal:

Objetivo Estratégico 7

Aperfeiçoar a Gestão Administrativa e a Governança da Justiça Eleitoral

Objetivo Estratégico 9

Aperfeiçoar a Gestão Orçamentária e Financeira

Objetivo Estratégico 10

Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Dos investimentos mais expressivos

- Aquisição de **licenças de software de segurança da informação**, com direitos de suporte e de atualização destes programas, para aprimorar medidas técnicas de segurança da informação visando à defesa, proteção e monitoramento de dados organizacionais em bancos de dados.
- Módulos de armazenagem do tipo porta pallet** para ampliação da capacidade do depósito de urnas e do depósito de bens, visando ao armazenamento adequado das urnas eletrônicas, que viabilizará a completa desocupação do prédio que abriga o depósito de bens permanentes, que será devolvido à União, otimizando espaços ocupados pelo Regional e reduzindo despesas de custeio.
- Aquisição de dois **veículos de carga**, do tipo furgão, e dois veículos de representação, tipo SUV, totalizando R\$ 1.162.006,00, em 2022.

Quanto ao Relatório de Movimentação de Bens Móveis – RMB

Destaca-se o recebimento de 6.224 urnas eletrônicas no importe total de R\$ 25.609.892,80, adquiridas pelo Tribunal Superior Eleitoral.

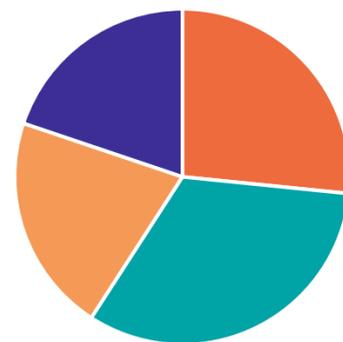
Desfazimento de ativos

Quanto aos bens permanentes, no ano de 2023 tramitou procedimento para **desfazimento** de diversos mobiliários, eletrodomésticos e equipamentos de informática, avaliados no montante de **R\$ 1.000.227,31** (um milhão, duzentos e vinte e sete reais e trinta e um centavos), classificados como bens antieconômicos pela Comissão de Alienação do TRE-GO.

Foi realizada **doação em favor da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia**, que utilizará os referidos bens para suprir as necessidades das unidades educacionais da Rede Municipal de Educação, assim como da sede daquela Secretaria. No entanto, o Órgão ainda não retirou os bens, razão pela qual o desfazimento não consta nos relatórios contábeis.

Locações de imóveis e equipamentos

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás é composto por 92 zonas eleitorais, Tribunal Pleno e unidades administrativas. Para abrigá-los, os imóveis são disponibilizados da seguinte forma:



- Pago em locações: R\$ 289.650,40
- Pago ao TJGO: R\$ 354.443,10
- Pago pelo Vapt-Vupt: R\$ 228.923,66
- Repassado ao TRT: R\$ 215.980,35

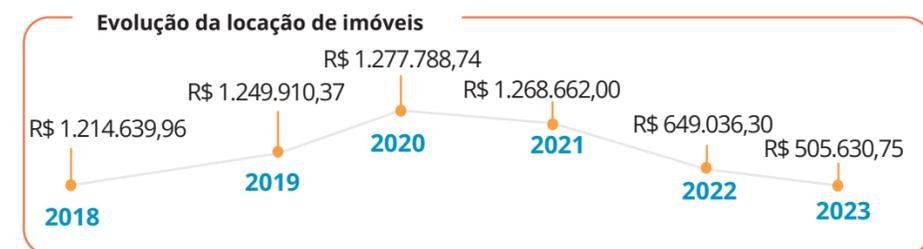


Figura 64: Evolução da locação de imóveis

A locação de imóveis teve uma considerável diminuição no ano de 2023 devido à mudança dos cartórios eleitorais de Goiânia, de imóvel locado para o edifício Ialba-Luza, cedido pelo TRT, em abril de 2022. O gasto com locações em 2021 foi de R\$ 1.268.662,00. Em 2023 os gastos com locações no valor de R\$ 289.650,40 acrescidos do repasse relativo ao rateio de despesas da área ocupada no imóvel do TRT, no valor de R\$ 215.980,35, totalizaram R\$ 505.630,75. Assim, percebemos que houve uma economia de R\$ 763.031,25.

Custeio

Já com orçamento destinado a custeio, foram pagos no TRE-GO **R\$ 26.862.679,27**, sendo alguns dos elementos de despesa:

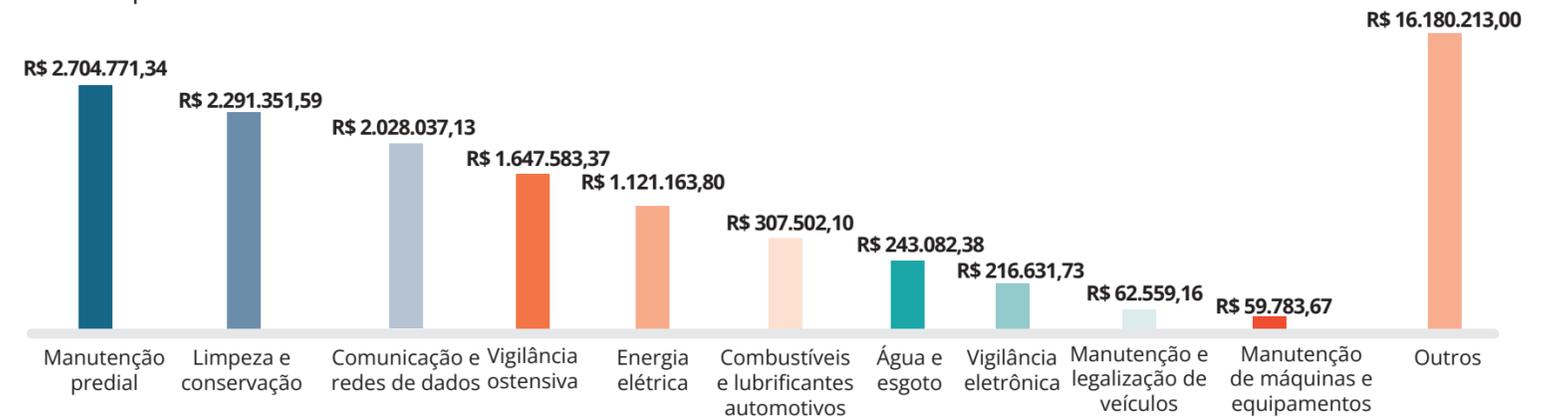


Figura 65: Manutenção da infraestrutura mobiliária e imobiliária

Atualmente o Tribunal conta com 60 veículos próprios, sendo 2 de representação e 58 de serviço.

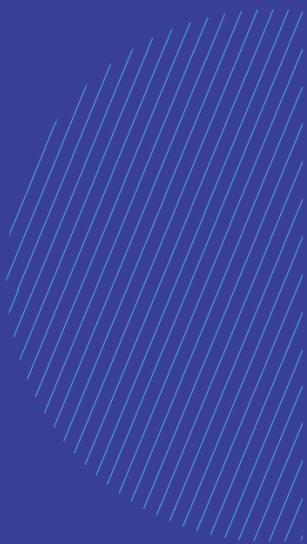
Principais desafios e ações futuras

O cenário para o próximo exercício é restritivo, com limites da Proposta Orçamentária 2025 menores que a LOA 2024. Diante deste quadro, é exigido cada vez mais dos gestores a eficiência e eficácia na sua aplicação.

Outro desafio para o Regional será o aperfeiçoamento do controle dos bens, através da realização de inventários com metodologia mais simples e eficaz. Além disso, será importante a utilização de ferramentas que possam automatizar o controle de movimentação dos bens entre as unidades.

3.5

Gestão da
Tecnologia da
Informação



Conformidade legal



O TRE-GO, visando garantir a conformidade legal da gestão de TI, observa um acervo de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, Tribunal de Contas da União (TCU), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), além de cumprir os normativos internos.

Modelo de governança de TI

O Modelo de Governança de TIC do TRE-GO tem como instância diretiva o **Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC)**.

Esse comitê tem como objetivo definir políticas e diretrizes, coordenar e articular as ações de tecnologia da informação e comunicação no âmbito da Justiça Eleitoral de Goiás.



O CGTIC é composto pelo:

- Diretor-Geral, que o preside;
- Titular da Assessoria Especial de Planejamento Estratégico, Governança e Gestão da Diretoria-Geral;
- Titulares das Secretarias do Tribunal;
- Titular da Assistência da Qualidade;
- Representante da Comissão Permanente de Apoio à Estratégia e Integração das Zonas Eleitorais.

Ressalta-se que, dentre as atribuições do CGTIC, estão a orientação e aprovação dos planos estratégico, tático e de contratações de TIC. Além disso, o CGTIC destaca-se como importante estrutura deliberativa que visa à consecução de projetos estratégicos e de alto valor para a sociedade.

A Gestão de TIC é realizada pelo **Comitê Técnico de Gestão de Tecnologia da Informação (CTGTI)**, sendo composto por:



- Titular da Secretaria de Tecnologia da Informação
- Titulares das Coordenadorias de Infraestrutura, de Sistemas Corporativos, e de Sistemas Eleitorais e Logística
- Titular da Assessoria de Planejamento, Governança e Gestão da Secretaria de Tecnologia da Informação.

O CTGTI é responsável pela gestão dos planos estratégicos, táticos e operacionais no âmbito da TI.

No ano de 2023, ocorreu a **revisão do Planejamento Estratégico Institucional (PEI)** no qual foram atualizados os indicadores estratégicos e as iniciativas no âmbito da TI. Em dezembro de 2023, o desempenho aferido foi de **100% no alcance das metas** estabelecidas pelos indicadores do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC).

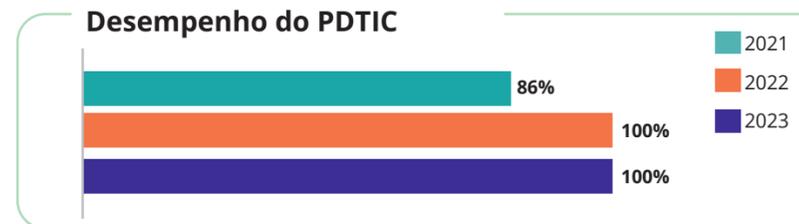


Figura 66: iGovTIC-JUD

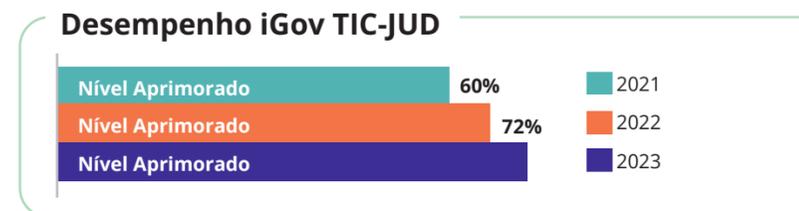


Figura 67: iGovTIC-JUD

Este resultado assegurou o êxito na realização de sete eleições comunitárias e quatro eleições suplementares, na disponibilidade dos serviços essenciais, na implementação de soluções de segurança cibernética e na disponibilização de infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação adequada, além de fomentar ações voltadas à implantação da governança, da melhoria da gestão e do gerenciamento dos serviços de TIC.

Ainda no quesito governança, o resultado alcançado no iGovTIC-JUD, promovido pelo CNJ, **evoluiu de 72,42 (2022) para 84,55 em 2023**, mantendo-se no nível Aprimorado.

Montante de recursos aplicados em TI

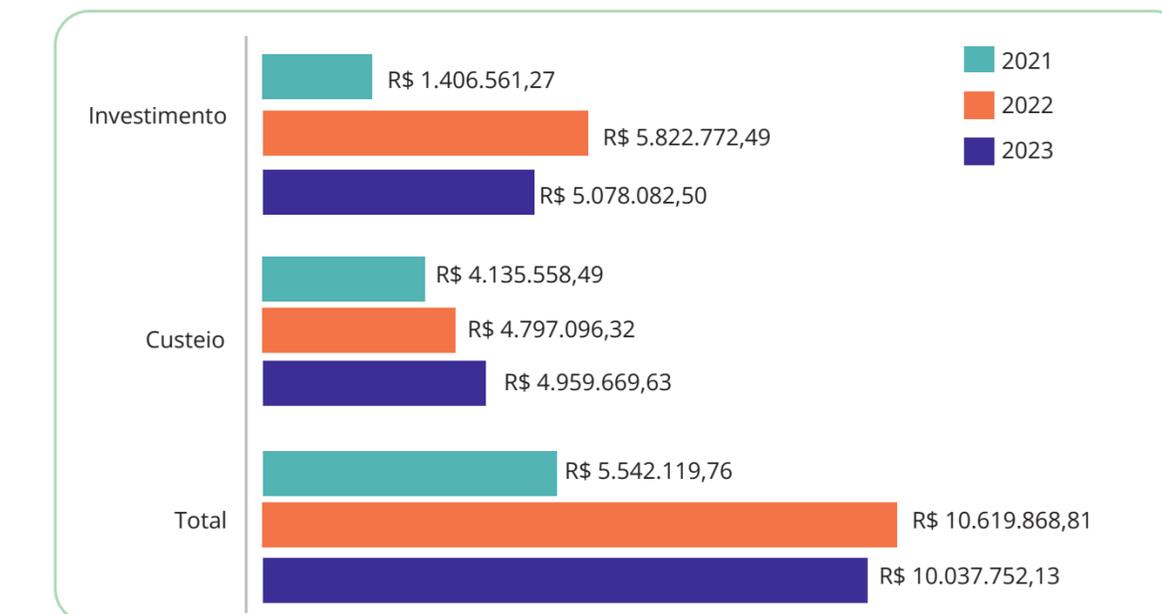
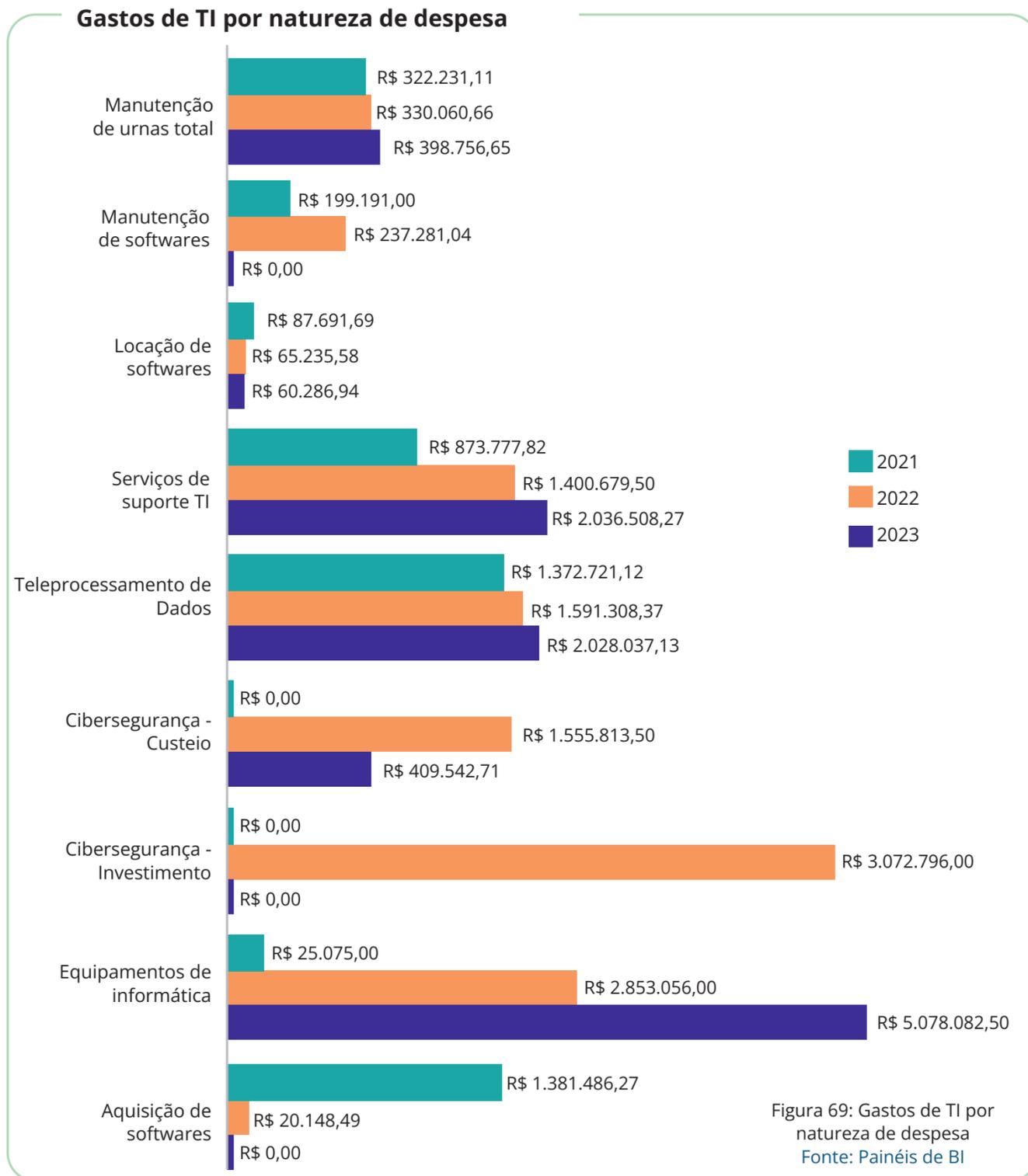


Figura 68: Montante de recursos aplicados em TI
Fonte: Painéis de BI

Gastos de TI por Natureza de Despesa



Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2023)



Figura 70: Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2023)

Gastos de TI por Natureza de Despesa

Objetivo Estratégico	Principais iniciativas na área de TI (sistemas e projetos)	Cadeia de Valor	Principais resultados (benefícios e impactos)
Garantir os direitos da cidadania	Eleições Comunitárias	Macroprocessos Finalísticos Cadastro eleitoral Tecnologia da Informação e Comunicação Infraestrutura e Logísticas Relação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Treinamento e capacitação de mesários e eleitores fora do período eleitoral ✓ Divulgação da urna eletrônica e conscientização dos eleitores ✓ Realização de eleições comunitárias de forma segura e ágil
Garantir a legitimidade do processo eleitoral	Eleições Suplementares	Macroprocessos Finalísticos Gestão Controle Cadastro eleitoral Prestação jurisdicional (1º e 2º graus) Eleições Pessoas Orçamento e finanças Tecnologia da Informação e Comunicação Infraestrutura e Logísticas Relação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Garantia da representatividade democrática ✓ Promoção da cidadania ✓ Garantia da legitimidade do processo eleitoral ✓ Efetiva prestação jurisdicional ✓ Fortalecimento da democracia

Objetivo Estratégico	Principais iniciativas na área de TI (sistemas e projetos)	Cadeia de Valor	Principais resultados (benefícios e impactos)
Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Modernização e atualização da Infraestrutura de TI	Macroprocessos Finalísticos Cadastro eleitoral Prestação jurisdicional (1º e 2º graus) Eleições Orçamento e finanças Tecnologia da Informação e Comunicação Infraestrutura e Logísticas Relação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Melhoria da infraestrutura de microinformática dos cartórios eleitorais para as eleições gerais, bem como para o atendimento ao público; ✓ Maior disponibilidade de equipamentos para atender às demandas dos usuários; ✓ Redução de suporte técnico devido à aquisição de novos equipamentos; ✓ Atualização do parque computacional e de impressoras; ✓ Aquisição de kits biométricos para atendimento dos eleitores nas Zonas Eleitorais.
Fortalecer a Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados	Projeto de cibersegurança	Macroprocessos Finalísticos Governança Gestão Prestação jurisdicional (1º e 2º graus) Eleições Pessoas Orçamento e finanças Tecnologia da Informação e Comunicação Infraestrutura e Logísticas Relação Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementação de requisitos de Segurança da Informação mediante aquisição de equipamentos e softwares; ✓ Proteção do ambiente computacional, contra ameaças cibernéticas, por meio da obtenção de solução integrada de Antivírus para Servidores Linux e Windows. ✓ Salvaguarda de contas privilegiadas através da aquisição de Solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados (Cofre de senhas); ✓ Conscientização em cibersegurança mediante ação de treinamento; ✓ Fortalecimento da segurança cibernética, no uso dos sistemas da Justiça Eleitoral, por meio da aquisição de serviço de autenticação de múltiplos fatores.

Figura 71: Principais resultados de TI

Segurança da Informação

A instituição da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-JUD) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e da Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), vêm exigindo a adoção de investimentos e o norteamento de ações, no âmbito do TRE-GO, direcionados à cibersegurança. Em 2023, destacam-se as seguintes iniciativas:

- 
 • Implementação de requisitos de Segurança da Informação mediante a manutenção das soluções adquiridas, bem como a contratação de serviços especializados;
- 
 • Fortalecimento da segurança cibernética no uso dos sistemas da Justiça Eleitoral por meio da ampliação da utilização de serviço de autenticação de múltiplos fatores;
- 
 • Proteção do ambiente computacional contra ameaças cibernéticas, por meio da manutenção da solução integrada de antivírus para Servidores Linux e Windows;
- 
 • Contratação de serviços especializados de segurança cibernética;
- 
 • Salvaguarda de contas privilegiadas através da aquisição de Solução de Gerenciamento de Acessos Privilegiados (Cofre de senhas);
- 
 • Implementação de solução de segurança para o Active Directory (banco de dados e um conjunto de serviços que conectam os usuários aos recursos de rede de que precisam para realizar seu trabalho);
- 
 • Conscientização em cibersegurança mediante a realização de treinamento e conscientização em segurança da informação utilizando plataforma contratada;
- 
 • Implementação de solução de gestão de patches (A gestão de patches é fundamental para a proteção dos sistemas informatizados de uma organização. O objetivo principal dos patches é corrigir bugs funcionais e falhas de segurança que são suscetíveis a ataques cibernéticos, ajudando a reduzir o risco de segurança da informação).

Medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão

PDI Plano de Demandas Internas, compreende os projetos relativos às prioridades internas do TRE-GO

ENSEC Segurança da informação e segurança cibernética, alinhadas às diretrizes do CNJ e da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética da JE, coordenada pelo TSE

PTE Plano de Trabalho da ENTIC-JUD onde foram priorizadas as iniciativas alinhadas à Estratégia Nacional de TIC do Poder Judiciário, estabelecido pelo CNJ

ELE24 ELE24 - Suporte às Eleições 2024, que abrange as iniciativas e projetos relacionados às Eleições Municipais de 2024.

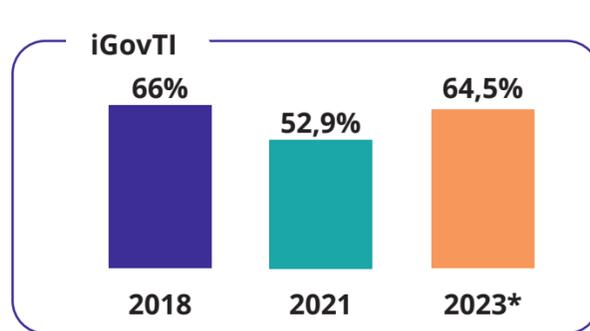


Figura 72: iGovTI

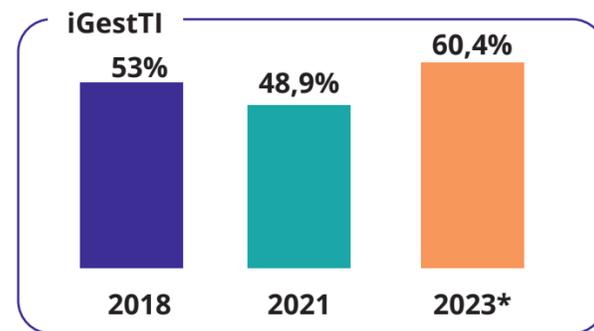


Figura 73: iGestTI

(*) Medição realizada por meio do questionário de autoavaliação disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União.

Medidas adotadas

✓ Instituição do normativo de gestão de incidentes de segurança da informação;

✓ Instituição dos protocolos de segurança cibernética: Prevenção de incidentes cibernéticos, Gerenciamento de crises cibernéticas e Investigação para ilícitos cibernéticos;

✓ Implementação de solução de gestão de patches (a gestão de patches é fundamental para a proteção dos sistemas informatizados de uma organização);

✓ Implementação da plataforma de conscientização e capacitação em segurança cibernética;

Implementação de links redundantes tendo como finalidade a continuidade dos serviços prestados pelo TRE-GO, contemplando especialmente as unidades que atuam diretamente com os usuários dos processos finalísticos (zonas eleitorais);

Modernização da infraestrutura de TIC;

Capacitação do corpo técnico da Secretaria de Tecnologia da Informação em temas voltados para o desenvolvimento de seguro de softwares, análise de riscos, continuidade de negócio e proteção a ataques cibernéticos.

Desafios e perspectivas futuras

Considerando as estratégias de segurança cibernética do CNJ e do TSE; a atenção com a Proteção de dados pessoais (LGPD); a manutenção do teletrabalho; a grande defasagem da força mínima de trabalho específica de TI; a ausência de perspectiva de incremento e reposição de servidores nos próximos anos; o posicionamento estratégico da TI no processo de transformação digital dos serviços finalísticos prestados à sociedade; a necessidade de elevar o nível de maturidade dos processos de apoio, controle e gestão; e o cenário de inovações tecnológicas que tendem a ser implementadas no setor público, a exemplo de computação em nuvem, inteligência artificial (IA), blockchain, bigdata e análise de dados, internet das coisas (IoT) etc, destacam-se como principais desafios em futuras ações:

- Aprimoramento da gestão da Segurança da Informação e Gestão de Dados;
- Segurança de dados pessoais;
- Implementação de iniciativas direcionadas ao fortalecimento da segurança cibernética;
- Transformação digital de serviços;
- Integração de canais digitais;
- Gestão da continuidade do negócio e dos serviços de TIC;
- Interoperabilidade, usabilidade e acessibilidade dos serviços de TI;
- Inclusão digital;
- Aperfeiçoamento de recursos tecnológicos que viabilizem o teletrabalho de forma mais segura e eficiente;
- Redesenho de estruturas organizacionais de TIC adequadas e suficientes para suportar todos os processos de inovação, de governança, de gestão de serviços e de segurança cibernética compatíveis com a relevância para o negócio e atendimento às demandas de TIC.

3.6

Gestão de Custos



Conformidade legal

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da [Resolução TSE nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016](#), foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:

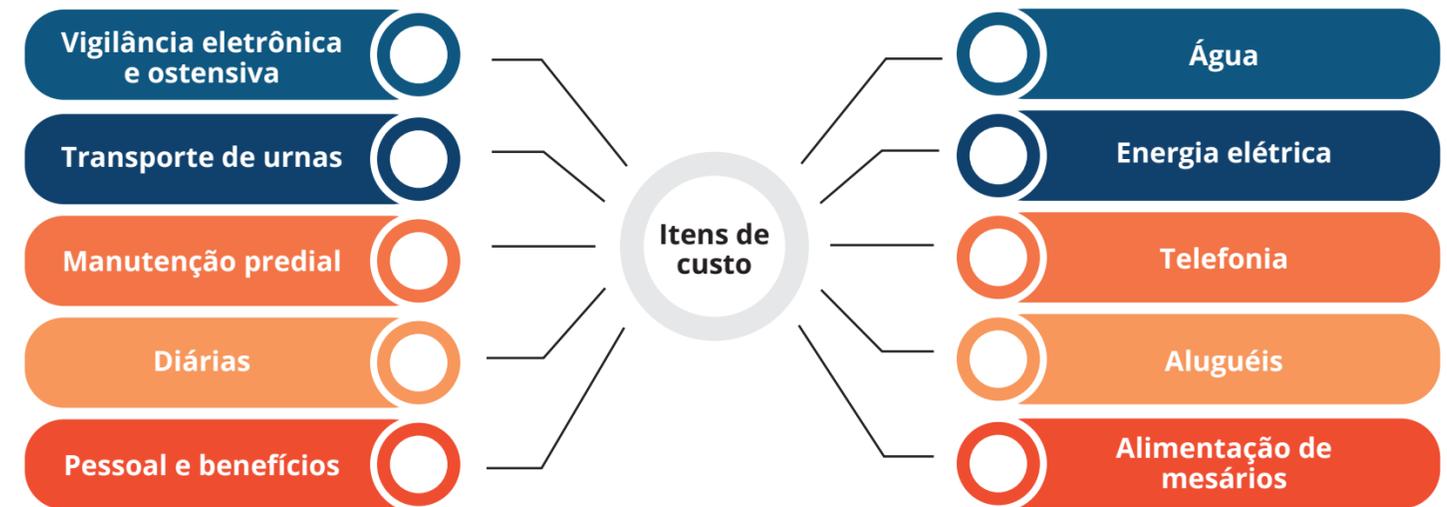
Estimativa de custos



Figura 74: Estimativas de custos

Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações: **Itens de Custos** e **Atividades/Serviços**.

No eixo **Itens de Custos**, procura-se responder à questão “**com o quê?**”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

Figura 75: Itens de custos

No eixo das **Atividades/Serviços**, procura-se responder à questão “**para quê?**”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Figura 76: Atividades/serviços

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral de Goiás no exercício de 2023**, que totalizam **R\$ 209,7 milhões**, os dez maiores itens de custo estão demonstrados no gráfico a seguir:

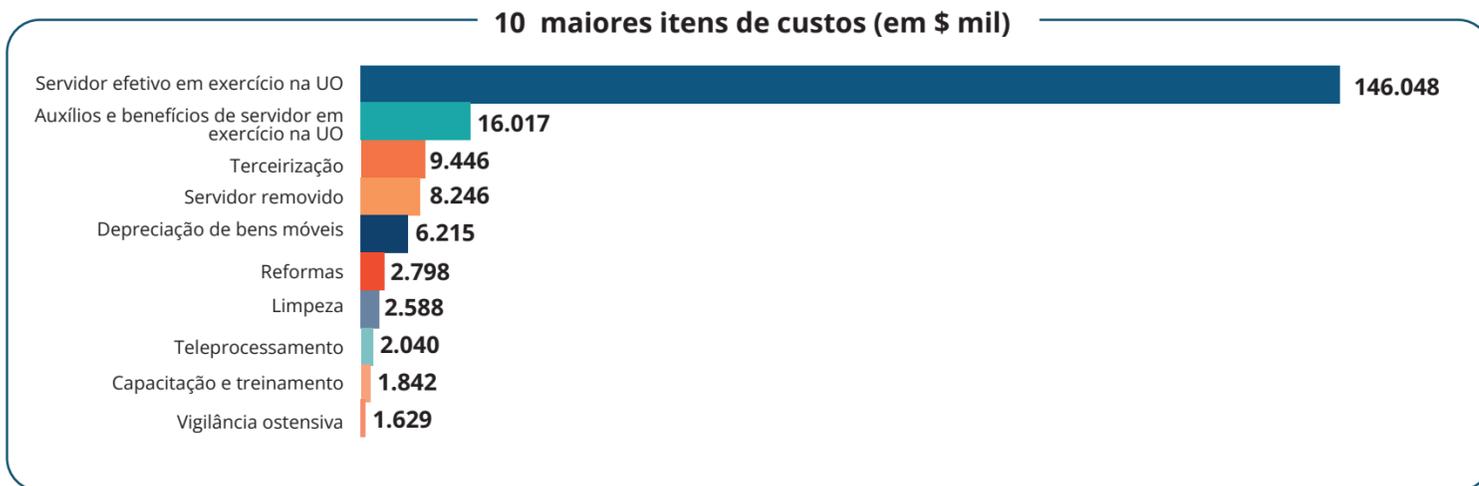


Figura 77: 10 maiores itens de custos

Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:

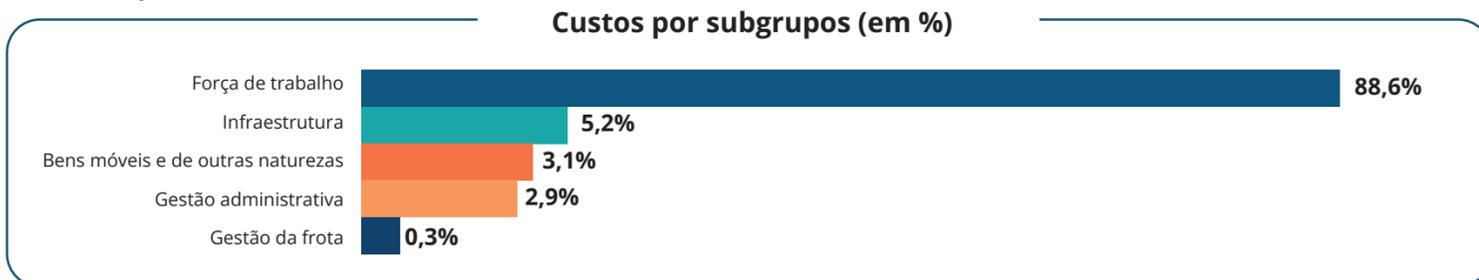


Figura 78: Custos por subgrupos (em %)

Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:

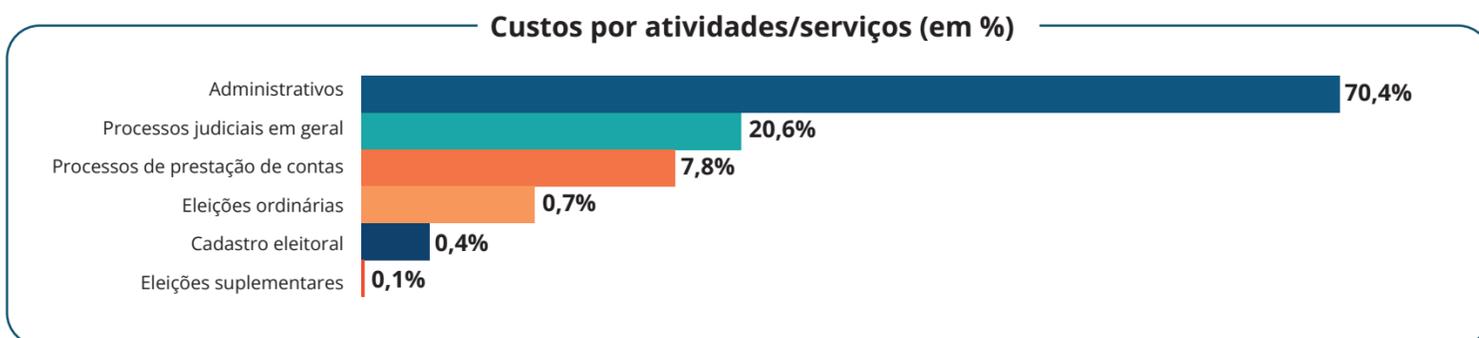


Figura 79: Custos por atividades/serviços (em %)

Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

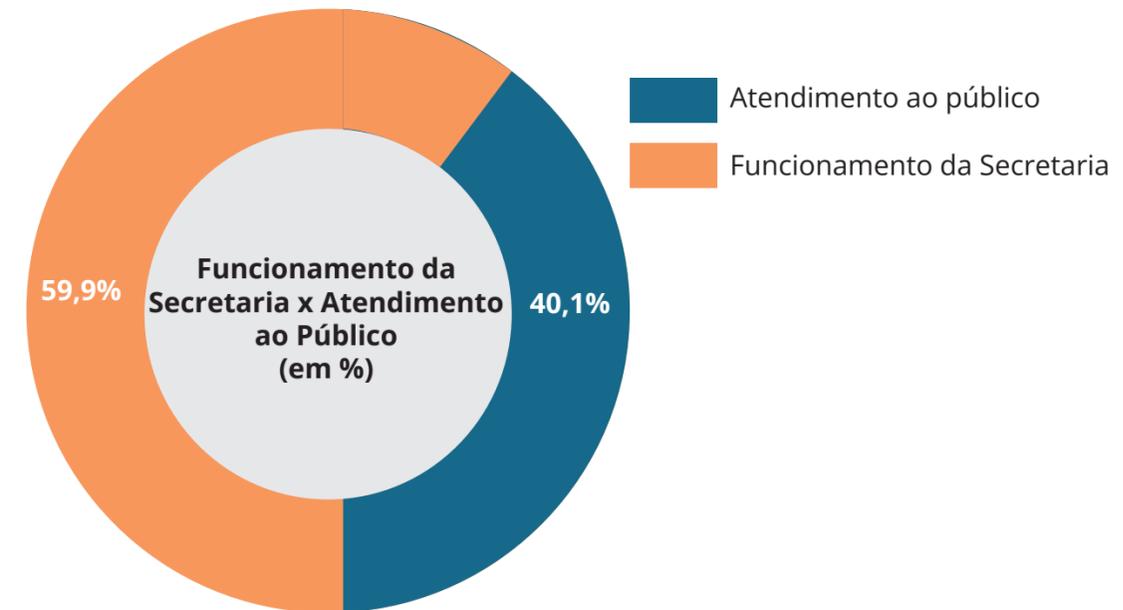
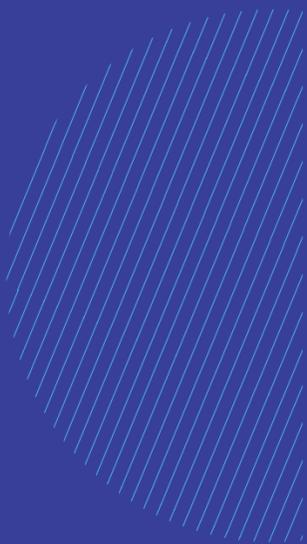


Figura 80: Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)

Principais desafios e ações futuras

Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais, novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.

3.7 Sustentabilidade Ambiental



Critérios de sustentabilidade nas contratações e aquisições

Os critérios de sustentabilidade em contratações são medidos por meio do Selo Verde, que mede a maturidade em três graus.

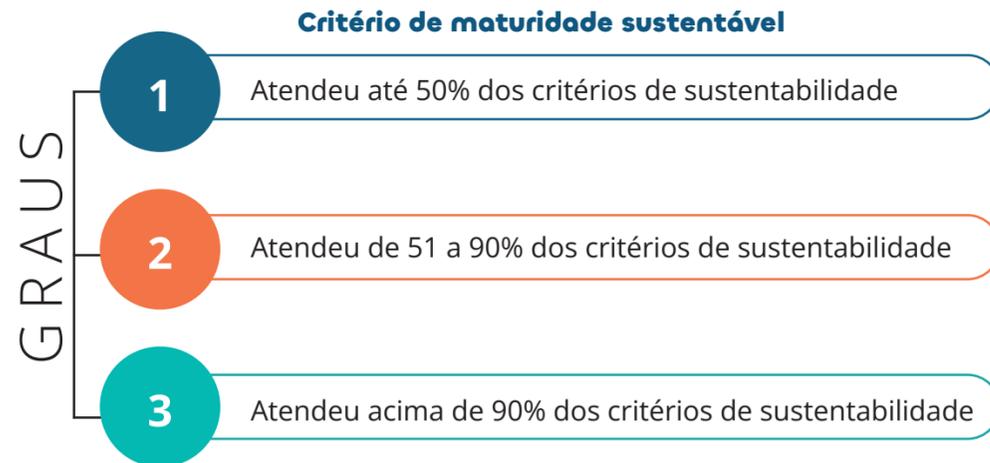


Figura 81: Critérios de sustentabilidade

A medição é realizada ao final de cada exercício por meio dos checklists implementados pela [Portaria nº 35/2021 da Diretoria-Geral](#).

Em 2023, foram **99 processos de contratações ao todo, sendo 70 com critérios de sustentabilidade**. Em casos de mais de uma contratação por processo, consideramos somente um processo.

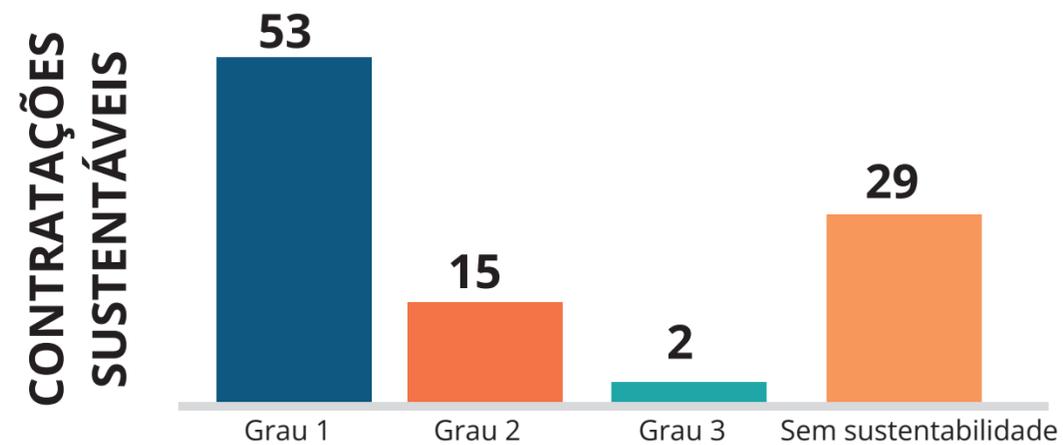


Figura 82: Contratações com critérios de sustentabilidade

Ações para redução do consumo de recursos naturais

Em 2023, foram realizadas as seguintes ações para a redução do consumo de recursos naturais:



- Elaboração de **Painel de BI** para monitoramento em tempo real do consumo de papel e copos descartáveis por unidade;
- **Comunicação** por meio do SEI nº 23.0.000010481-7, indicando medidas para uma melhor utilização dos recursos naturais;
- Solicitação para substituir copos descartáveis por **copos biodegradáveis**;
- **Pílulas de sustentabilidade** via e-mail e infográfico para redução do consumo de papel e plástico;
- Distribuição de **canecas de palha de arroz** em substituição a copos plásticos;
- **Exposição de imagens** no hall do Edifício Anexo I para sensibilizar os servidores sobre a má utilização de recursos naturais.

Redução de resíduos poluentes

O Tribunal Regional Eleitoral de Goiás tem como instrumento-guia para a sustentabilidade o [Plano de Logística Sustentável 2021-2026 \(PLS\)](#), que alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, propõe metas e ações para as perspectivas meio ambiente, econômica, social e cultural. Especificamente em relação aos resíduos, destacam-se três objetivos: não geração, redução e reciclagem de resíduos sólidos.

No TRE-GO, os **resíduos são doados para reciclagem e destinados a associações de catadores formalmente constituídas**. Os resíduos médicos e de classe II são direcionados para empresas legalmente habilitadas para este fim.

Inventário de Gases de Efeito Estufa

Em 2023, o Tribunal Superior Eleitoral iniciou projeto em conjunto com todos os Tribunais Regionais Eleitorais para realizar o Inventário de Efeito de Gases Estufa. Houve uma primeira capacitação de alguns servidores.

Principais desafios e ações futuras

A área de sustentabilidade tem sido muito cobrada pelo Conselho Nacional de Justiça, principalmente, por meio do Prêmio de Qualidade do CNJ. Os principais desafios para 2024 são:



Conscientização das pessoas

- Servidores
- Sociedade



Melhorar a gestão de resíduos

- Aperfeiçoar as coletas atuais
- Expandir a lista de materiais a serem coletados



Reduzir o consumo de recursos naturais

- Água
- Energia
- Papel
- Combustível

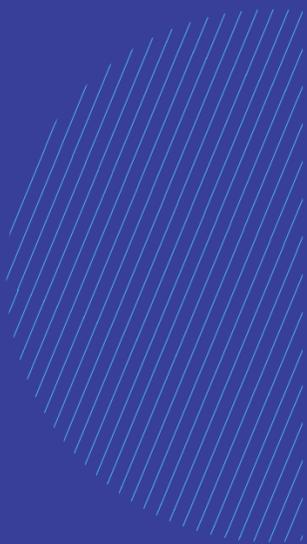


Aprimorar o plano de logística sustentável

- Melhorar a performance no Balanço Socioambiental do Poder Judiciário;

4

Informações
Orçamentárias,
Financeiras e Contábeis



Normas legais e técnicas adotadas nas atividades orçamentárias, financeiras e contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBCT SP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP-9ª edição) da Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos vigentes.

As estruturas e a composição das Demonstrações Contábeis, que estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP e MCASP, são compostas por:

- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);

A base das Demonstrações Contábeis foram as informações constantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI e tiveram como escopo as informações consolidadas das contas contábeis da unidade gestora - UG 070023 – Tribunal Regional Eleitoral de Goiás do órgão 14000 – Justiça Eleitoral, administração direta, que é integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - OFSS.

Resumo da Situação Financeira e Contábil

A Unidade Prestadora de Contas - UPC vem aprimorando ao longo dos anos o seu planejamento orçamentário e financeiro, bem como o alinhamento às normas contábeis. Nesse sentido, tem investido em treinamento constante, tanto em temas da contabilidade quanto de planejamento estratégico e orçamentário.

Em 2023, o Regional alcançou excelente execução orçamentária e financeira, tendo empenhado 99,63% de seu orçamento autorizado e pago 94,71%. O resultado demonstra a efetividade dos processos de melhoria de suas áreas técnicas e gerenciais.

Balanço Patrimonial



Figura 83: Execução da despesa

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA					
Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	% Empenhado Líquido	Despesas Pagas	% Pago
Despesas Correntes	238.162.318	235.316.160	98,8%	228.931.215	96,1%
Pessoal e Encargos Sociais	187.911.277	186.124.107	99,0%	183.247.093	97,5%
Outras Despesas Correntes	50.251.041	49.192.053	97,9%	45.684.123	90,9%
Despesas de Capital	7.492.416	9.429.979	125,9%	3.731.214	49,8%
Investimentos	7.492.416	9.429.979	125,9%	3.731.214	49,8%
Total Despesas Orçamentárias (II)	245.654.734	244.746.139	99,6%	232.662.429	94,7%

Fonte: SIAFI

Ativo

As principais contas de ativos são:

- ✓ **Ativo Circulante:** Caixa e equivalente de caixa (conta única), Créditos a Curto Prazo e Estoques (principalmente de material de expediente, de informática e suprimentos eleitorais);
- ✓ **Imobilizado:** Bens móveis e imóveis; e
- ✓ **Intangíveis:** softwares.

O gráfico abaixo evidencia a composição:

Composição do ativo 2022-2023

Ativo Circulante	2023	2022	AH
	5.243.275	6.873.674	-24%
Caixa e Equivalentes de Caixa	866.604	500.698	73%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	776.083	2.554.186	-70%
Estoques	3.600.589	3.818.790	-6%
VPD Pg Antecipada			
Ativo Não Circulante	2023	2022	AH
	199.092.085	107.768.491	85%
Créditos a Longo Prazo		85.000	
Imobilizado	190.842.976	99.598.219	92%
Bens Móveis	90.376.648	48.542.986	86%
Bens Móveis	127.979.954	84.078.344	52%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	(37.603.306)	(35.535.358)	6%
Bens Imóveis	100.466.328	51.055.233	97%
Bens Imóveis	100.474.188	51.915.409	94%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	(7.860)	(860.176)	-99%
Intangível	8.249.109	8.085.272	2%

(grupos do ativo com maior evolução patrimonial)

Percebe-se que o maior volume de recursos está alocado no Ativo Não Circulante, composto por bens móveis, imóveis e intangíveis. Devido à natureza da Entidade e seu objetivo principal de realizar eleições, o TRE-GO necessita de infraestrutura física e equipamentos de TIC (computadores e urnas eletrônicas) para cumprir sua missão institucional. O mesmo ocorre quanto ao Intangível, que registra os softwares em utilização pelo Tribunal.

Evolução patrimonial

No exercício 2023, ocorreram variações significativas nos grupos de contas do Ativo Não Circulante, conforme é evidenciado no gráfico a seguir. As principais variações ocorreram nas seguintes contas:

- **Ativo Imobilizado/ Bens Móveis** - ao final do exercício 2023, o grupo de bens apresentou um acréscimo de aproximado de 86% quando comparado ao exercício anterior. Isso se deve especialmente à incorporação de 5.800 urnas eletrônica encaminhadas pelo TSE, aquisição de equipamentos de informática e mobiliário em geral.

- **Ativo Imobilizado/ Bens Imóveis** - o grupo de bens imóveis, representado por edificações, terrenos e galpões pertencentes à UPC, teve um acréscimo significativo no exercício, em decorrência da realização de procedimento de reavaliação aplicado a seus imóveis, que resultou em acréscimo patrimonial.

Demonstração das Variações Patrimoniais - Resumida					
Variações Patrimoniais Aumentativas	2023		2022	AV	AH
Impostos, Taxas e Contribuições			0		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0	0,0%	0		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	9.602		12.663		
Transferências Intragovernamentais Recebidas	238.575.672	85,4%	245.572.912	88,4%	-2,8%
Outras Transferências e Delegações Recebidas *	17.797	0,0%	1.167.355		100,0%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	35.958.776	12,9%	26.438.156	9,5%	36,0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.722.655	1,7%	4.643.142	1,7%	1,7%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	279.284.502		277.834.228	100%	0,5%
Variações Patrimoniais Diminutivas	2023		2022	AV	AH
Pessoal e Encargos*	167.423.039	68,2%	175.690.986	69,2%	-4,7%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34.123.005	13,9%	31.619.349	12,5%	7,9%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34.709.516	14,1%	39.806.986	15,7%	-12,8%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.109		8.307		
Transferências e Delegações Concedidas	7.023.774	2,9%	5.482.007	2,2%	28,1%
Tributárias	6.766		3.523	0,0%	92,1%
Desvalorização, Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.247.949	0,5%	58.283	0,0%	2041,2%
Outras Variações Patrimoniais diminutivas	1.038.949	0,4%	1.044.719	0,4%	-0,6%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	245.574.107		253.714.160	100%	-3,2%
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	33.710.395		24.120.068		

Passivo e patrimônio líquido

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2023	2022	AH
Passivo Circulante	4.563.282	18.129.360	-75%
Obrigações Trabalhistas e Prev e Assist. a Pagar Curto Prazo	4.531.043	18.091.424	-75%
Fornecedores e Contas a Pagar Curto Prazo	32.239	26.632	21%
Demais Obrigações Curto Prazo	0	11.305	-100%
Passivo Não Circulante			
Provisões a Longo Prazo			
Demais Obrigações Longo Prazo			
TOTAL DO PASSIVO	4.563.282	18.129.360	-75%
Patrimônio Líquido	199.772.079	96.512.805	107%
Demais Reservas	56.318.930	0	
Resultados Acumulados	143.453.149	96.512.805	49%
Resultado do Exercício	33.710.394	24.120.068	40%
Resultados de Exercícios Anteriores	96.512.805	71.161.487	36%
Ajustes de Exercícios Anteriores	13.229.951	1.231.249	
TOTAL DO PASSIVO + PL	204.335.360	114.642.165	78%

No exercício 2023 ocorreram variações significativas, tanto na composição do passivo, quanto na situação líquida da UPC, as quais são atribuídas a movimentações patrimoniais relacionadas, especialmente, à baixa de passivos inconsistentes transferidos para a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores (Patrimônio Líquido), constituição de reserva de reavaliação dos imóveis reavaliados e acréscimos patrimoniais decorrentes da aquisição e incorporação de bens móveis e intangíveis.

Todo o Passivo Exigível da UPC se concentra no grupo Passivo Circulante, totalizando, ao final do exercício de 2023, o valor de R\$ 4.563.281,62. A principal obrigação é referente a férias a pagar aos servidores, cujo registro se dá pelo regime contábil de competência.

O Patrimônio Líquido ao término de 2023 apresentou o valor de R\$ 199.772.078,64, representando a equação patrimonial ATIVO – PASSIVO EXIGÍVEL, com uma evolução de aproximadamente 107% no comparativo com o exercício anterior (2022), que foi de R\$ 96.512.804,50. Os principais eventos responsáveis pelo acréscimo significativo da situação líquida foi a constituição de reserva de reavaliação dos imóveis pertencentes à UPC, acréscimos patrimoniais decorrentes da aquisição e incorporação de bens móveis e intangíveis e baixas de passivos inconsis-

tentes, cujos saldos foram transferidos para a conta de Ajustes de Exercícios Anteriores.

Resumo das principais variações patrimoniais ocorridas no Passivo Exigível e Patrimônio Líquido:

GRUPO	2023	2022	VARIAÇÃO	
PASSIVO CIRCULANTE E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	OBRIG TRABALHISTAS, PREVID E ASSIST A PAGAR-CP	4.531.043	18.091.424	(74,95%)
	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	32.239	26.632	21,05%
	RESERVA DE REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS	56.318.930	0,00	
	RESULTADOS ACUMULADOS	143.453.149	96.512.804	48,64%

Fonte: SIAFI

Demonstração das variações patrimoniais - DVP

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP é um demonstrativo contábil exigido pela Lei nº 4.320/64, que tem como objetivo evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. No setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Ela é elaborada utilizando-se as classes 3 (variações patrimoniais diminutivas) e 4 (variações patrimoniais aumentativas) do PCASP, correspondentes às variações patrimoniais diminutivas (classe 3) e às variações patrimoniais aumentativas (classe 4).

O resultado patrimonial do período compõe o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

O Resultado Patrimonial do Exercício 2023 ficou na ordem de R\$ 33.710.394, evidenciando um crescimento de 39,76 % no comparativo com exercício anterior (2022), que foi de R\$ 24.120.068.

Situações que impactaram o resultado:

Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações aumentativas ocorreram basicamente em função dos seguintes eventos:

- **Transferências e Delegações recebidas**, ou seja, sub-repasses recebidos para o custeio de despesas ordinárias, transferências recebidas para pagamento de Restos a Pagar e receitas decorrentes de multas ou devoluções de despesas de exercícios anteriores;
- **Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**, compreendendo em maior relevância a incorporação de 5.800 urnas eletrônicas e outros itens patrimoniais encaminhados pelo TSE;
- **Outras Variações Patrimoniais Aumentativas**, compreendendo multas do Código Eleitoral, devoluções de campanhas e outras indenizações e restituições.

Variações Patrimoniais Aumentativas	2023		2022	AV	AH
Impostos, Taxas e Contribuições			0		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0	0,0%	0		
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	9.602		12.663		
Transferências Intragovernamentais Recebidas	238.575.672	85,4%	245.572.912	88,4%	-2,8%
Outras Transferências e Delegações Recebidas *	17.797	0,0%	1.167.355		100,0%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	35.958.776	12,9%	26.438.156	9,5%	36,0%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.722.655	1,7%	4.643.142	1,7%	1,7%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	279.284.502		277.834.228	100%	0,5%

Fonte: SIAFI

Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas indicam onde foram aplicados os recursos recebidos pela UPC, bem como os registros de despesas por competência independentes da execução orçamentária, destacando-se como mais relevantes no exercício 2023 as seguintes despesas: Pessoal e Encargos, Benefícios Previdenciários e Assistenciais, Uso de Material de Consumo, Contratos de Prestação de Serviços, Depreciação de Bens Móveis e Imóveis, Transferências Intragovernamentais Compensatórias com as variações aumentativas, Reavaliação Negativa de Imóveis, Desincorporação de Ativos, despesas tributárias relacionadas a taxas de serviços urbanos, ART's e RRT's, contribuições previdenciárias sobre contratos e outras indenizações e restituições.

Variações Patrimoniais Diminutivas	2023		2022		AH
Pessoal e Encargos*	167.423.039	68,2%	175.690.986	69,2%	-4,7%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	34.123.005	13,9%	31.619.349	12,5%	7,9%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	34.709.516	14,1%	39.806.986	15,7%	-12,8%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	1.109		8.307		
Transferências e Delegações Concedidas	7.023.774	2,9%	5.482.007	2,2%	28,1%
Tributárias	6.766		3.523	0,0%	92,1%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	1.247.949	0,5%	58.283	0,0%	2041,2%
Outras Variações Patrimoniais diminutivas	1.038.949	0,4%	1.044.719	0,4%	-0,6%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	245.574.107		253.714.160	100%	-3,2%
Resultado Patrimonial do Período (III) = (I-II)	33.710.395		24.120.068		

Fonte: SIAFI

Conforme se observa no demonstrativo, a principal despesa patrimonial do TRE-GO, no valor de R\$ 167.423.038, é o gasto com pessoal e encargos, o que representa 68,2% das variações diminutivas totais, que somaram no período R\$ 245.574.108. Esse índice é considerado normal, uma vez que, em essência, a UPC é uma prestadora de serviços à sociedade, o que requer um elevado número de servidores realizando a prestação jurisdicional.

O segundo maior gasto, absorvendo cerca de 14,13% (R\$ 34.709.516) das variações diminutivas é o uso de bens, serviços e consumo de Capital Fixo, que está relacionado com o funcionamento e manutenção da estrutura física da Entidade, tais como gastos com energia elétrica, água, limpeza e conservação, segurança, serviços terceirizados em geral, consumo de bens de almoxarifado, e ainda, a depreciação dos bens móveis e imóveis.

No mesmo sentido é o terceiro maior gasto, compreendendo os benefícios previdenciários e assistenciais (aposentadorias e pensões, auxílio-saúde, auxílio-creche, auxílio-alimentação) dentre outras despesas similares que foram responsáveis por 13,89% (R\$ 34.123.005).

Gastos menores, que completam as variações diminutivas, são as transferências e delegações concedidas que se referem, principalmente, à transferências de recursos de multas eleitorais ao TSE (R\$ 7.023.774), desvalorização e perda de ativos (R\$ 1.247.949) e outras variações patrimoniais diminutivas (R\$ 1.038.949).

Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia quanto de recursos foram disponibilizados à UPC, seus grupos de gastos e a execução destes recursos.

O total da dotação atualizada do orçamento ordinário de 2023 foi R\$ 245.654.734, que está distribuído entre as categorias de gasto da seguinte forma:

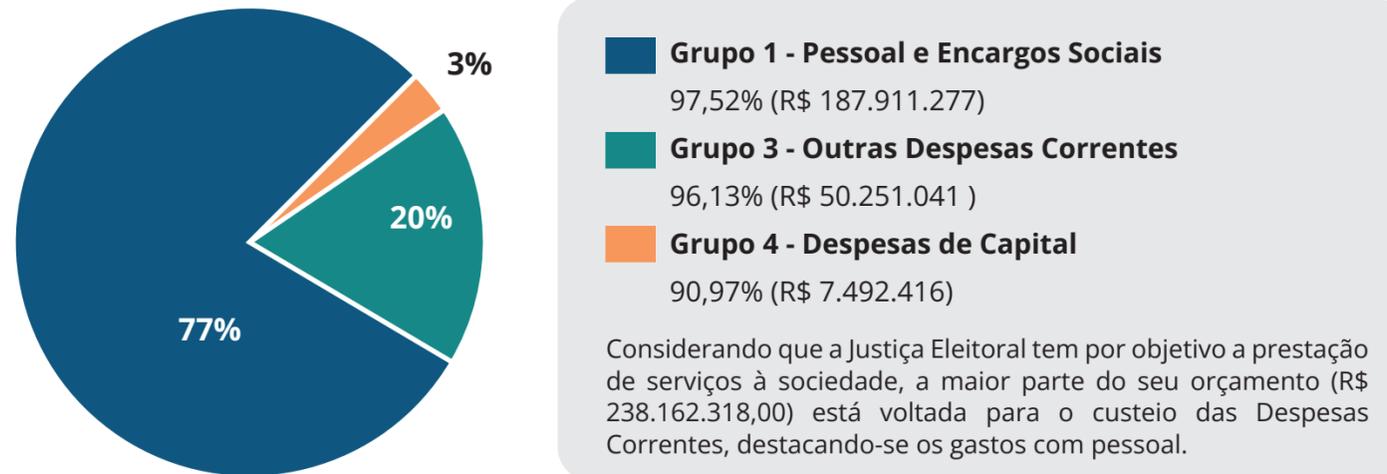


Figura 84: Balanço Orçamentário

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS											
Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	% Emp	Despesas Empenhadas	% Liquid	Despesas Liquidadas	% Pago	Despesas Pagas	Saldo		
Despesas Correntes	218.434.728	238.162.318	99	235.316.160	97	228.963.454	96,1%	228.931.215	2.846.158		
Pessoal e Encargos Sociais	174.373.677	187.911.277	99	186.124.107	98	183.247.093	97,5%	183.247.093	1.787.170		
Outras Despesas Correntes	44.061.051	50.251.041	98	49.192.053	93	45.716.361	90,9%	45.684.123	1.058.988		
Despesas de Capital	4.681.416	7.492.416	126	9.429.979	40	3.731.214	49,8%	3.731.214	-1.937.563		
Inversões Financeiras		2.435.000		2.435.000							
Investimentos	4.681.416	5.057.416	138	6.994.979	53	3.731.214	73,8%	3.731.214	-1.937.563		
Total Despesas Orçamentárias (II)	223.116.144	245.654.734	100	244.746.139	95	232.694.668	94,7	232.662.429	908.595		
Resultado Orçamentário III = (I - II)											
Total (IV)				223.116.144		245.654.734		100	244.746.139	95	232.694.668

Conforme se observa, a principal despesa patrimonial do TRE-GO, no valor de R\$ 175.690.987, é o gasto com pessoal e encargos, o que representa 69,2% das variações diminutivas totais, que somaram no período R\$ 253.714.160. Esse índice é considerado normal, uma vez que em essência, a UG é uma prestadora de serviços à sociedade, o que requer um elevado número de servidores realizando a prestação jurisdicional. Ademais, a variação de valor entre 2021 e 2022 é decorrente das despesas com serviços extraordinários das Eleições 2022.

O segundo maior gasto, absorvendo cerca de 15,7% das variações diminutivas, é o uso de bens, serviços e consumo de Capital Fixo, que está relacionado com o funcionamento e manutenção da estrutura física da Entidade, tais como gastos com energia elétrica, água, limpeza e conservação, segurança, serviços terceirizados em geral, consumo de bens de almoxarifado, e ainda, a depreciação dos bens móveis e imóveis pertencentes ao Órgão. Também houve um acréscimo em 2022 em função dos contratos e aquisições para realização das eleições.

No mesmo sentido, é o terceiro maior gasto, com benefícios previdenciários como aposentadorias e pensões, e assistenciais, tais como auxílio-creche, auxílio-saúde e auxílio-alimentação, dentre outras despesas similares, que foram responsáveis por 12,5%.

Gastos menores, que completam as variações diminutivas, são as transferências e delegações concedidas que se referem, principalmente, à transferência de recursos de multas eleitorais ao TSE (R\$ 5.482.007), à desvalorização e, por fim, Perda de Ativos e Incorporação de Passivos (R\$ 58.285).

Balanço financeiro e demonstração do fluxo de caixa

Ambas as demonstrações têm a mesma finalidade, que é a demonstração dos ingressos e dispêndios financeiros da UPC, sendo diferentes apenas na forma de apresentação dos dados.

Enquanto o Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Os ingressos financeiros do fluxo de caixa das atividades operacionais no exercício 2023 constantes na DFC, no valor de R\$ 243.368.297, foram predominantemente recebidos da União (98%), destinados ao pagamento das despesas ordinárias do TRE-GO e aquisições de bens móveis e softwares, distribuídas entre atividades operacionais e atividades de investimento.

Atividades Operacionais e de Investimentos

As atividades operacionais incluem ingressos e desembolsos relacionados às atividades ordinárias, enquanto as atividades de investimento registram dispêndios relacionados à aquisição de bens e serviços de tecnologia.

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	2023	AV	2022	AH
Ingressos	243.368.297		250.235.520	-2,7%
Outros Ingressos Operacionais	243.368.297		250.235.520	-2,7%
Ingressos Extraorçamentários	60.375	0,0%	13.347	352,3%
Transferências Financeiras Recebidas	238.575.672	98,0%	245.572.912	-2,8%
Arrecadação de Outra Unidade	4.732.250	1,9%	4.649.261	1,8%
Demais recebimentos	0	0,0%	0	0,0%
Desembolsos	-238.520.455		-245.011.812	-2,6%
Pessoal e demais Despesas Correntes	-210.261.339	88,2%	-218.177.851	-3,6%
Transferências Concedidas	-21.430.270	9,0%	-21.571.163	-0,7%
Outros Desembolsos Operacionais	-6.828.845	2,9%	-5.262.797	29,8%
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Operacionais	4.847.842		5.223.708	-7,2%

(Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais)

Fluxos de Caixa das Atividades Investimentos	2023	AV	2022	AH
Ingressos	0		0	
Desembolsos	-4.481.936		-7.677.648	-41,6%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-4.318.099	96,34%	-4.657.403	-7,3%
Outros Desembolsos de Investimentos	-163.837	3,66%	-3.020.244	-94,6%
Fluxos de Caixa Líquido das Ativid Investimentos				
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	365.906		-2.453.940	
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial	500.698		2.954.637	
Caixa e Equivalentes de Caixa Final	866.604		500.697	

Fonte: SIAFI

(Balanço Financeiro e Demonstrativo do Fluxo de Caixa das Atividades operacionais)

A estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis da UPC estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras do setor público NBCT SP, o MCASP, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Sistema Integrado Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Principais critérios e políticas contábeis

Estoques – São ativos, na forma de materiais ou suprimentos, a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços, mantidos em almoxarifado pela UPC. Na entrada, são mensurados pelo custo de aquisição ou produção, enquanto na saída, o registro da VPD (Variação Patrimonial Diminutiva) se dá pelo custo médio ponderado, conforme o art. 106 Inciso III da lei 4.320/64 e Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 04 – Estoques, do Conselho Federal de Contabilidade. Há, também, a possibilidade de redução dos valores do estoque, mediante as contas de ajustes para perdas ou para redução ao valor recuperável, quando o valor reconhecido estiver superior ao valor justo (valor de mercado);

Imobilizado – O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de custo (aquisição, construção ou produção). Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar potencial de serviços ou benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente no resultado do período como variações patrimoniais diminutivas;

Intangível – Composto por direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. São mensurados e avaliados com base no valor de custo (aquisição ou produção), deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment). Na UPC, tais bens são representados por soluções de tecnologia - softwares;

Depreciação, Amortização e Exaustão dos Bens Móveis e Imóveis - A base de cálculo para a depreciação, a amortização e a exaustão é o valor de custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação para os bens móveis é o das quotas constantes. Para os imóveis, os critérios e políticas contábeis adotados são aqueles previstos na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014. Como regra geral, a depreciação dos bens móveis e imóveis deve ser iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data em que o bem estiver em condições de uso. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês forem relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável – Diversos fatores podem fazer com que o valor contábil de um ativo não corresponda ao seu valor justo. Assim, após o reconhecimento inicial de uma classe de ativo imobilizado a entidade pode avaliar a necessidade de realizar a reavaliação visando adequar o seu valor

contábil. Nesse diapasão, a UPC realizou a reavaliação de sua classe de bens Imóveis, refletindo em acréscimo patrimonial consignado em conta de Reserva de Reavaliação, no Patrimônio Líquido da entidade. Igualmente, também realizou, sob a coordenação do TSE, a reavaliação de 7.074 urnas eletrônicas, modelo 2020, devidamente mensurada em conta de Ajuste de Exercício Anteriores.

A Redução ao Valor Recuperável pode ser entendida como uma perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. A UPC não registrou Redução ao Valor Recuperável no exercício.

Benefícios a Empregados - Benefícios a empregados referentes a férias e décimo terceiro salário são reconhecidos pelo regime contábil de competência.

Mecanismos para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade e da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis da organização

Para controle e garantia da confiabilidade, da regularidade, da completude e abrangência dos lançamentos e procedimentos contábeis, a UPC dispõe em sua estrutura organizacional da Seção de Contabilidade Gerencial e Analítica - SCGEA, unidade responsável por assegurar a integridade, fidedignidade e a confiabilidade da informação contábil, que possui, dentre suas atribuições, as seguintes:

- a) Verificação dos processos de despesa quanto aos seus aspectos legais e contábeis, visando à correta escrituração dos atos orçamentários, financeiros e patrimoniais da Administração, solicitando, quando necessário, a regularização de impropriedades verificadas;
- b) Prestação de assistência e orientação na aplicação de normas e técnicas contábeis às unidades responsáveis pela execução orçamentária e financeira;
- c) Procedimentos contábeis necessários ao encerramento do exercício e abertura de cada exercício financeiro;
- d) Análise de balancetes, contas irregulares e saldos invertidos e inconsistentes, efetuando ajustes, com vistas à consistência das demonstrações contábeis;
- e) Elaboração e publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal, nos prazos legais, a fim de permitir a transparência, controle e a prestação de contas;
- f) Registro de conformidade contábil, em sistema informatizado específico;
- g) Exame dos balanços patrimoniais, a qualificação econômico-financeira de licitantes, a fim de assegurar a

saúde financeira dos mesmos e adequação da documentação apresentada nos procedimentos licitatórios;

h) Acompanhamento e validação da inclusão, no SIAFI, dos agentes responsáveis por despesas e demais bens e valores públicos.

- i) Verificação do cumprimento das obrigações tributárias e acessórias emanadas da legislação vigente;
- j) Análise mensal do Relatório de Movimentação do Almojarifado (RMA) e o Relatório de Movimentação de Bens (RMB), verificando se os seus valores estão em consonância com os saldos contábeis registrados no SIAFI, efetuando as retificações necessárias;
- k) Analisar contabilmente a folha de pagamento de pessoal.

Em garantia à observância ao princípio da segregação de função, a Setorial de Contabilidade da UPC, no exercício de seu mister de conformista contábil, não executa serviços de empenho, liquidação e pagamento. Igualmente, a estrutura administrativa é toda organizada de forma a segregar as funções entre aqueles servidores que empenham, os que liquidam e os que realizam o pagamento da despesa.

Além desses procedimentos, a alta Administração da UPC acompanha e orienta todo o ciclo orçamentário, desde a fase de proposta orçamentária à execução da despesa, realiza o gerenciamento de créditos orçamentários iniciais e adicionais, análise jurídica e administrativa de procedimentos licitatórios, auditoria por amostragem, publicação de relatórios na página da transparência do TRE-GO, entre outros.

Informações acerca do setor de contabilidade da UPC

Estrutura Orgânica

A Seção de Contabilidade Gerencial e Analítica conta com três servidoras do quadro efetivo, com formação em Contabilidade, sendo duas devidamente registradas no Conselho de Classe, e uma servidora terceirizada, como apoio administrativo, sendo responsáveis:

Maria de Lourdes Macedo de Andrade

Técnico Judiciário - CRC nº GO 011264/0-4

Contadora Substituta da Unidade Gestora

Período de atuação: 01/01/2023 a 10/11/2023, conforme Portaria nº 176 de 10/11/2023.

Lucélia Cunha Moraes

Analista Judiciária - Contadora Titular da Unidade Gestora

CRC nº PA 011317/0-1 T-AP

Período de atuação: 11/11/2023 a 31/12/2023, conforme Portaria nº 176 de 10/11/2023.

Declaração do Contador

Declaro que as demonstrações contábeis compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as notas explicativas aos balanços, encerrados em 31 de dezembro de 2023, estão, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com a Lei nº 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e o Manual SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

LUCÉLIA CUNHA MORAES

Analista Judiciária - Contadora Titular da Unidade Gestora

CRC nº PA nº 011317/0-1

Por fim, tendo em vista todas as informações elencadas relativas às Demonstrações Contábeis do Tribunal Regional Eleitoral de Goiás, comunicamos que, os demonstrativos citados neste documento são de acesso público e encontram-se disponíveis para consulta no [portal da internet da unidade prestadora de contas](#).

Confira as NOTAS EXPLICATIVAS

Lista de figuras

- Figura 1: Processo de elaboração do Relatório Integrado
- Figura 2: Pirâmide Justiça Eleitoral
- Figura 3: Estrutura TRE/GO
- Figura 4: Missão, visão, valores e política de qualidade
- Figura 5: Organograma
- Figura 06: Estrutura de governança
- Figura 07: Cadeia de Valor
- Figura 08: Processos de trabalho certificados
- Figura 09: Relação com o ambiente externo
- Figura 10: Relação com usuários dos bens e serviços
- Figura 11: Canais de Comunicação
- Figura 12: Determinação da Materialidade das Informações
- Figura 13: Modelo de negócios
- Figura 14: Política da qualidade
- Figura 15: Registro do processo de gestão de risco
- Figura 16: Riscos estratégicos
- Figura 17: Principais oportunidades específicas identificadas
- Figura 18: Linhas de defesa do TRE-GO
- Figura 19: Conselho e principais comitês
- Figura 20: Partes interessadas
- Figura 21: Objetivo estratégico e atendimento
- Figura 22: Atendimento aos eleitores
- Figura 23: Mapa Estratégico
- Figura 24: Objetivos Estratégicos
- Figura 25: Planos do Poder Judiciário
- Figura 26: Principais planos do TRE-GO
- Figura 27: Execução do Plano de Gestão
- Figura 28: Execução do Plano de Gestão - Sociedade
- Figura 29: Execução do Plano de Gestão - Processos internos
- Figura 30: Execução do Plano de Gestão - Aprendizagem e crescimento
- Figura 31: Destaques da execução do PTD
- Figura 32: PDTIC
- Figura 33: Plano de Logística Sustentável - PLS
- Figura 34: Metas PLS
- Figura 35: Indicadores Estratégicos
- Figura 36: Índice de cumprimento das metas - indicadores estratégicos
- Figura 37: Comparação do desempenho 2021-2023
- Figura 38: Índice Integrado de Governança e Gestão Públicas - IGG
- Figura 39: Levantamento do Perfil Integrado de Governança Organizacional e Gestão Públicas do TCU
- Figura 40: iGovTIC-JUD
- Figura 41: Ranking da Transparência CNJ
- Figura 42: Prêmio CNJ de Qualidade
- Figura 43: Eleições Suplementares
- Figura 44: Eleições dos Conselhos Tutelares
- Figura 45: Achados de Auditoria
- Figura 46: Situação das recomendações de auditoria até dezembro de 2023
- Figura 47: Orçamento 2023
- Figura 48: Resultado indicador estratégico maturidade em gestão de pessoas
- Figura 49: Estatística força de trabalho
- Figura 50: Estágio remunerado
- Figura 51: Mesário Voluntários
- Figura 52: Valor aplicado e número de diligências
- Figura 53: Evolução de gastos com pessoal
- Figura 54: Quantitativo de inativos e pensionistas
- Figura 55: Servidores em estágio probatório
- Figura 56: Progressão e promoção funcional
- Figura 57: Cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos
- Figura 58: Auxílio-Bolsa - Graduação e Pós-graduação
- Figura 59: Capacitações e capacitados
- Figura 60: Investimento em capacitações
- Figura 61: Contratações
- Figura 62: Principais investimentos de capital
- Figura 63: Imóveis do TRE-GO em 2023
- Figura 64: Evolução da locação de imóveis
- Figura 65: Manutenção da infraestrutura mobiliária e imobiliária
- Figura 66: iGovTIC-JUD
- Figura 67: iGovTIC-JUD
- Figura 68: Montante de recursos aplicados em TI
- Figura 69: Gastos de TI por natureza de despesa
- Figura 70: Contratações mais relevantes de recursos de TI (Vigentes em 2023)
- Figura 71: Principais resultados de TI
- Figura 72: iGovTI
- Figura 73: iGestTI
- Figura 74: Estimativas de custos
- Figura 75: Itens de custos
- Figura 76: Atividades/serviços
- Figura 77: 10 maiores itens de custos
- Figura 78: Custos por subgrupos (em %)
- Figura 79: Custos por atividades/serviços (em %)
- Figura 80: Funcionamento da Secretaria x Atendimento ao Público (em %)
- Figura 81: Critérios de sustentabilidade
- Figura 82: Contratações com critérios de sustentabilidade
- Figura 83: Execução da despesa
- Figura 84: Balanço Orçamentário



Tribunal Regional Eleitoral
de Goiás